

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

JAMILE DA SILVA DE OLIVEIRA

**ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA:
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DE 2010 A 2019**

RIO BRANCO - ACRE

JULHO DE 2020

JAMILE DA SILVA DE OLIVEIRA

**ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA:
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DE 2010 A 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Marques Gonçalves

RIO BRANCO - ACRE

JULHO DE 2020

JAMILE DA SILVA DE OLIVEIRA

**ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA:
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DE 2010 A 2019**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Acre, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Educação, na área de currículo e políticas públicas, inserida na linha de pesquisa em Políticas e Gestão Educacional.

Aprovada em ____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Marques Gonçalves (Orientador)

Universidade Federal do Acre - UFAC

Profa. Dra. Tânia Mara Rezende Machado (Examinador Interno)

Universidade Federal do Acre - UFAC

Prof. Dr. Renan Antônio da Silva (Examinador Externo)

Universidade de Mogi das Cruzes - UMC

AGRADECIMENTOS

É com o sentimento de muita alegria e satisfação que nesse momento faço meus agradecimentos. Em primeiro lugar a Deus que em sua infinita misericórdia me alcança todos os dias, me oportunizando viver e concretizar meus sonhos e objetivos.

Agradeço aos meus queridos e amados irmãos Janaina, Renildo, Ronilson e Denilson por sempre se fazerem presentes, não apenas nesse momento, mas em tantos outros de alegrias e tristezas, nossa união e admiração recíproca é o que me inspira a prosseguir.

Ao meu amado Cássio Pinheiro Bandeira, por sua paciência, amor, carinho, dedicação e incentivo os quais me proporciona todos os dias. Obrigada, meu amor!

Ao meu orientador, professor Dr. Rafael Marques Gonçalves, pela belíssima condução deste trabalho, com sua competência, tranquilidade e paciência ímpares.

Aos meus amigos queridos Cristiano Queiroz, Eloysa Reis, Carlos Augusto, Stefany Nascimento, Elciane Silva e Isaias Souza pelo apoio e incentivo. Desejo sucesso a todos.

Às poucas, mas valorosas amizades que fiz durante essa trajetória, as quais tornaram o ambiente leve e agradável, em especial as companheiras de artigos e seminários Conceição Moura e Yarlis Conde.

E, por fim, expresso imenso orgulho por ter alcançado mais uma das minhas metas.

Gratidão a todos!

Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo e nem ensino.

Paulo Freire

A história é uma resposta a perguntas que o homem de hoje, necessariamente se põe

Lucian Febvre

RESUMO

Esta pesquisa possui como objeto de estudo artigos sobre o ensino de história publicados em periódicos da área. Seu principal objetivo consiste em analisar, a partir da produção periódica nacional de história, os impactos da influência política no ensino de história, tendo em vista que este passou por diversas mudanças ao longo de sua trajetória, e os escritos sobre o assunto refletem essas modificações, portanto mapear e analisar as produções científicas dessa última década que compreende os anos de 2010-2019 e essencial para que possamos ter conhecimento dos assuntos que estão sendo pesquisados e debatidos. Para alcançar tal meta a investigação insere-se metodologicamente nos pressupostos da pesquisa qualitativa do tipo “estado do conhecimento” que se caracteriza por mapear e analisar produções de uma determinada área. O ponto de partida consistiu em mapear e selecionar os periódicos participantes da pesquisa, os escolhidos foram a Revista História Hoje da ANPUH e a Revista Cadernos de história da PUC de Minas Gerais, que juntas possuem um quantitativo de 66 artigos com a temática central deste estudo. No que se refere às contribuições teóricas para o desenvolvimento de todo o texto e da análise dos dados, nós apoiamos em Bittencourt (2009, 2018), Ferreira (2002), Mainardes (2006), Saviani (1997), Silva (2009), entre outros que contribuem de forma significativa durante toda a pesquisa. Os resultados obtidos denotam que o ensino de história continua sendo fortemente palco de disputas políticas, das quais influenciam de acordo com seus ideais, assim sendo verificou-se que os conteúdos destacáveis para o período pesquisado são relativos à cultura afro-brasileira e africana, indígenas, gênero, democracia, novas tecnologias, inovação metodológica, educação profissional.

Palavras-chave: Ensino de História; Periódicos; Influências políticas; Estado do conhecimento.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Página inicial da revista história hoje.....	25
FIGURA 2 - Página Inicial da Revista Cadernos de História – PUC-MG.....	25
FIGURA 3 - Página com o compromisso dos <i>fellows</i> da Royal Society e a assinatura de seus Membros.....	34
FIGURA 4 - Primeiros periódicos científicos.....	36
FIGURA 5 - Amostra do quadro de alguns periódicos com publicações sobre ensino de história nos anos de 1970-2016.....	50

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Amostra do quadro elaborado para seleção de periódicos conforme critérios pré-estabelecidos.....	24
QUADRO 2 - Periódicos mapeados durante a pesquisa.....	26
QUADRO 3 - Amostra do quadro-síntese das informações dos artigos selecionados.....	27

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Total de programas e cursos de Pós-Graduação na área de história.....	51
TABELA 2 - Quantidade e porcentagem de artigos publicados entre 2010-2019.....	88
TABELA 3 - Problemática dos artigos – distribuição entre as cinco subcategorias.....	89
TABELA 4 - Relevância dos artigos – distribuição entre as quatro subcategorias.....	94
TABELA 5 - Objetivos dos artigos – distribuição entre as cinco subcategorias.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Frequência das subcategorias relativas à problemática de pesquisa.....	92
GRÁFICO 2 - Porcentagem das subcategorias relativas à relevância dos artigos no período de 2010-2019.....	96
GRÁFICO 3 - Porcentagem das subcategorias relativas ao objetivo dos artigos no período de 2010-2019.....	98
GRÁFICO 4 - Períodos pesquisados nas publicações.....	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. METODOLOGIA DA PESQUISA: OS CAMINHOS TRILHADOS PELO PESQUISADOR	18
1.1. Definições do objeto, abordagem, tipo de pesquisa e objetivos	19
1.2. Coleta e sistematização dos dados	23
2. POR UMA HISTORIOGRAFIA DOS PERIÓDICOS: DA CRIAÇÃO À ATUALIDADE	29
2.1. Periódicos científicos e sua essência histórica: elementos para difusão do saber científico	31
2.2. Os primeiros periódicos do Brasil	41
2.3. A publicação periódica na área de história	48
2.4. A publicação periódica na atualidade: fator de regulação e avaliação na Pós-Graduação	53
3. O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: ABORDAGEM SOBRE ACEPÇÕES DE ORDEM POLÍTICA	59
3.1. O ensino de história permeado pelo poder político	60
3.2. Período Republicano	64
3.3. As modificações no ensino durante a ditadura militar	71
3.4. As reformas educacionais no ensino de história nos governos de FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro	75
3.4.1. <i>Reforma Educacional Brasileira na Era Fernando Henrique Cardoso: A Política Neoliberal no Centro do Poder</i>	78
3.4.2. <i>Políticas Educacionais nos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff</i>	80
3.4.3. <i>O (des)governo Jair Messias Bolsonaro</i>	84
3.5. Resultados da pesquisa: descobertas e entrelinhas	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	106
ANEXOS	110

INTRODUÇÃO

“A história é vital para a formação da cidadania porque nos mostra que para compreender o que está acontecendo no presente é preciso entender quais foram os caminhos percorridos pela sociedade.”

(Boris Fausto)

É possível que, em determinados momentos da vida social, nós, seres humanos, tenhamos nos questionado ou posto o ponto controverso para nossos professores sobre qual a finalidade de se aprender história. Pergunta que respondo hoje através das palavras do historiador Boris Fausto, o qual nos remete à importância do ensino de história na constituição da sociedade e na compreensão da relação entre os indivíduos, em determinada esfera social, espaço e tempo.

Ao longo de toda sua trajetória, como disciplina obrigatória da grade curricular, o ensino de história foi modificado tanto nos métodos, quanto nos conteúdos fornecidos ao longo da vida escolar; mudanças essas ocorridas de acordo com as influências políticas e sociais e que se apresentam através de leis, decretos e atos normativos sobre educação e ensino de história, bem como por meio de publicações científicas da área de historiografia.

Nesse sentido, esta dissertação tem como objeto de análise os artigos que versam sobre o ensino de história, publicados em periódicos da área, tendo em vista que o ensino de história passou por diversas mudanças ao longo de sua trajetória, e os escritos sobre o assunto refletem essas modificações. Então, mapear e analisar os artigos dessa última década, que compreende os anos de 2010-2019, é essencial para que se ter um panorama dos assuntos que estão sendo privilegiados pelos autores, bem como descobrir de que forma a influência da política reflete no ensino de história e nas publicações dessa área.

A escolha dessa temática está, intrinsecamente, ligada a minha trajetória pessoal e ao meu interesse constante para com o ensino de história que surgiu ainda na adolescência, quando em um quadro improvisado (e com alguns gizes quebrados) sonhava em ser uma professora. Assim, colocava meus dois irmãos mais novos sentados na cama, lhes dava lápis e papel e os ensinava a ler e a escrever: primeiro as vogais, depois o alfabeto, a junção das sílabas e assim por diante; nessa maravilhosa brincadeira consegui alfabetizá-los, ganhei muito gosto pelo ensino que até aquele momento apresentava-se como uma brincadeira de criança.

O tempo foi passando e a paixão por ensinar continuou presente em minha vida, bem como a dedicação em aprender com meus professores. Nessa caminhada, percebi que o ensino

de história passou por algumas modificações, tanto nos conteúdos como também nos métodos de ensino. Porém como ainda não possuía muitas leituras e conhecimentos, que só adquiri no ensino superior, seguia aquilo que era proposto no momento. Então concluí o ensino médio e, logo em seguida, naquele mesmo ano, prestei o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – onde obtive êxito e escolhi cursar licenciatura em história por unir duas coisas que tinha grande apreço: o ensino e a disciplina de história.

Ao adentrar no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre – UFAC senti-me realizada e tive a certeza de que aquele era o caminho a seguir. Sabia que não seria fácil lidar com o ensino em um país que não valoriza devidamente os professores, principalmente de uma disciplina que não apenas privilegia conteúdos históricos, mas que também forma pessoas com senso crítico.

No decorrer da graduação, ingressei no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, onde tive um contato direto com a escola, bem como aprendi mais profundamente sobre o ensino de história em palestras e oficinas do programa; foi também nesse período que lecionei pela primeira vez e lembro-me do nervosismo e ao mesmo tempo da satisfação de estar diante dos alunos podendo partilhar dos conhecimentos que havia adquirido, bem como aprender com eles.

Estive neste programa durante dois anos e possuo uma imensa gratidão por todos os ensinamentos, formação e experiência com a docência. A partir disso, passei a valorizar ainda mais a história e o ensino de história que se moldou conforme o tempo e a influência da política em determinados períodos. E, de veras, é muito instigante investigar a história sob a perspectiva do presente, olhando para o passado.

Quando formei, no ano de 2017, logo comecei a lecionar em uma escola pública de ensino fundamental; percebi que muitos alunos não gostavam de história ou até mesmo não entendiam o porquê de estudar essa disciplina, naquele momento os ensinamentos que havia adquirido, sobre o ensino de história, foram fundamentais para proporcionar aos alunos uma aula cheia de descobertas e curiosidades. História não era apenas para copiar ou decorar textos e foi isso que busquei levar para a sala de aula.

Durante os estudos realizados na obra de Bittencourt (2009) sobre ensino de história (e seus fundamentos e métodos) consegui colocar em prática boa parte da inovação requerida pelo ensino de história do século XXI, com assuntos diversificados e focalizados na realidade dos alunos. E, nesse contexto, fiquei a pensar na trajetória e nas modificações que este ensino passou

durante todos esses anos, então me surgiu uma inquietação e decidi que era necessário adentrar mais profundamente nos estudos sobre a educação.

Com esse anseio pelo conhecimento e o desejo de levar uma educação de qualidade para meus alunos, adentrei no Mestrado Acadêmico em educação da UFAC, e deveras obtive muita satisfação ao cursar disciplinas que me apresentaram um vasto campo de conhecimentos. Entre as disciplinas, destaco História da Educação Brasileira da qual tivemos um amplo panorama de como foi tratada a educação ao longo do tempo. Além desta, a disciplina de Estado, Políticas Públicas e Educação que nos proporcionou uma aprendizagem primordial, para entendermos como são elaboradas as políticas públicas voltadas à educação e a sua aplicabilidade.

Com o término das disciplinas e em momentos de orientação decidimos que a pesquisa envolveria o ensino de história por se tratar da minha formação inicial, bem como investigaríamos os periódicos que possuem uma instigante trajetória e um papel essencial na promoção das pesquisas científicas. Assim, foi feita essa junção e de início o título ficou da seguinte forma: “O Estado do conhecimento sobre o ensino de história nas publicações dos periódicos de história de 2010 a 2019”.

Dessa forma, o recorte histórico de uma década recente se estabeleceu por entender que, nesse período, as publicações de pesquisas voltadas à educação, obtiveram um considerável aumento. Além disso, por meio das produções e publicações sobre o ensino de história, um assunto deveras importante, teremos uma noção de como caminha a educação.

Sendo assim, a pesquisa parte do estudo de um problema ou de uma questão a ser investigada: **quais os impactos da influência política nas publicações de periódicos sobre o ensino de história?** Sabendo-se que historicamente a política tem interferência direta nos caminhos trilhados pela educação e conseqüentemente nos assuntos tratados nas salas de aula.

A partir desse questionamento, objetiva-se analisar, a partir da produção periódica nacional de história, os impactos da influência política no ensino de história. Através do mapeamento de publicações de periódicos de história que tratem sobre os assuntos relacionados a ensino de história de 2010-2019, identificando os conteúdos que estão sendo privilegiados em trabalhos científicos pelos pesquisadores nesse período. E, por fim, discutir as formas de controle que a política exerceu e ainda exerce sobre o ensino de história e os impactos causados na educação.

A pesquisa encontra-se organizada em três capítulos. O primeiro denominado de “Metodologia da Pesquisa: os caminhos trilhados pelo pesquisador”, é voltado para parte metodológica deste trabalho, esclarecendo todos os caminhos trilhados para alcançar os

resultados da pesquisa a qual esta dissertação se propõe. Nele, se apresenta o passo a passo do que foi pensado e elaborado ao longo de toda investigação, bem como as explicações de como se deu a escolha dos periódicos e a escolha da metodologia da pesquisa denominada de “estado do conhecimento”. O capítulo também conta com a demonstração das tabelas que foram elaboradas para análise dos dados de forma que eles ficassem organizados e coerentes com as palavras-chave utilizadas nas buscas e no estudo dos mesmos.

O segundo capítulo, intitulado “Por uma Historiografia dos Periódicos: da criação à atualidade”, busca a valorização de uma parte importante dessa investigação, que são os periódicos. Estes fazem parte tanto do objeto quanto das fontes dessa pesquisa, portanto a eles é dedicado inteiramente um capítulo, versando sobre sua trajetória e sua importância para todos os pesquisadores que divulgam seus trabalhos científicos. Inicialmente, é apresentada a historiografia dos periódicos em um texto dividido por quatro tópicos: o primeiro trata da criação de forma geral, iniciando com o resgate histórico desde o final do século XV, momento que foi inventada a máquina de impressão tipográfica que modernizou a forma de reproduzir cópias de textos, tornando maior e mais acessível a propagação desses, para a época em questão.

Além disso, analisar-se-á os dois primeiros periódicos oficiais que foram publicados no século XVII e os avanços que esse meio de divulgação do conhecimento foi adquirindo ao longo dos séculos, até chegar ao periódico eletrônico que conhecemos hoje. O atual possui muitas facilidades, quando comparado ao periódico impresso, tanto para publicar pesquisas quanto para ter acesso ao conteúdo das mesmas.

O segundo tópico discorre sobre os primeiros periódicos do Brasil, que chegaram ao conhecimento dos habitantes do país em meados do século XIX, dois séculos depois das primeiras publicações oficiais na Europa. Esse novo meio de comunicação e divulgação do conhecimento chegou, juntamente, com a corte portuguesa e se desenvolveu a exemplo dos periódicos Europeus, conforme os avanços humanos e tecnológicos.

O terceiro tópico trata, especificamente, do desenvolvimento dos periódicos na área de história que ganharam maior destaque no Brasil através da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1838. Bem como, contou com o aumento e fortalecimento das universidades, que atualmente são as maiores responsáveis por pesquisas científicas publicadas em periódicos no país.

O último tópico, do segundo capítulo, aborda uma discussão em torno da publicação periódica na atualidade que está em constante crescimento, uma vez que se tornou um instrumento de regulação dos cursos de pós-graduação no país. De tal modo, esse foi um dos

motivos mais expressivos para o aumento da produção e publicação, além de outros fatores de avanços tecnológicos. Portanto, o assunto tratado nesse tópico expõe como é feito esse controle da produção científica e algumas consequências, positivas e negativas, ao medir a qualidade de um curso, através da quantidade de publicações que ele venha a possuir.

O terceiro capítulo, intitulado “O ensino de História no Brasil: abordagem sobre acepções de ordem política” organiza-se em quatro tópicos que tratam sobre a influência da política no ensino de história, ao longo de sua trajetória enquanto disciplina escolar. A investigação teve embasamento na análise dos Governos brasileiros, a partir do ano de 1838, quando a disciplina de história se tornou obrigatória. Investigar a partir dessa perspectiva justifica-se, historicamente, pelo “jogo” político, pois utiliza a educação como um meio de controle social da população. Assim, a disciplina de história, como se verá durante todo o capítulo, teve papel destacável nesse quesito.

Desse modo, o primeiro tópico resgata o início da trajetória do ensino de história no Brasil que ocorreu em 1838, através da obrigatoriedade de incluir essa disciplina na grade curricular de ensino. Fato este que ocorreu, juntamente, com a fundação do colégio Dom Pedro II – uma instituição elitista de ensino conservador e tradicional, fortemente influenciada e controlada pelo Estado. Em um período de incertezas políticas, viu-se no ensino de história uma ferramenta disseminadora de uma educação cívica, voltada a exaltação de “heróis” nacionais intencionalmente adequados aos interesses políticos da classe dominante, que naquele momento objetivavam fortalecer o sentimento de identidade nacional na população brasileira.

O tópico seguinte tratará do ensino de história no período republicano, no qual se tem a expansão do ensino secundário e da oferta da educação como um todo: a fundação do primeiro curso superior de história, várias reformas educacionais – a fim de estruturar o ensino primário e secundário no país. Além de mudanças significativas no ensino de história, com intuito de fortalecimento do nacionalismo, bem como decretos para uma educação voltada ao trabalho. E, por fim, o descontentamento de professores acerca dos conteúdos e das práticas por parte do governo.

O terceiro tópico expõe as mudanças que ocorreram no ensino de história, no período do regime militar – que a exemplo dos demais governos utilizou de seu poder para adequar o ensino aos seus interesses. Nesse período, algumas medidas foram benéficas como o aumento da oferta de vagas escolares, outras foram regressivas, a exemplo da junção das disciplinas de história e geografia transformadas em estudos sociais e descaracterizadas com conteúdos

superficiais e voltados ao patriotismo. Ver-se-á também questões relativas ao controle social e as lutas de movimentos estudantis em prol da democracia.

Em sequência, o quarto tópico focará nas principais reformas educacionais dos quatro últimos governos do Brasil iniciando por Fernando Henrique, passando por Lula e Dilma até chegar ao atual governo de Jair Bolsonaro. Mostrar-se-á os progressos e os regressos do campo educacional, de acordo com a atuação de cada governo, nos diferentes níveis educacionais. Quanto ao ensino de história é interessante notar que, em alguns desses governos, os conteúdos antes marginalizados e esquecidos ganharam lugar de destaque e tornaram-se essenciais nos currículos escolares, como demonstração de democracia e justiça social. No entanto, em outros governos, há certo desdém e tentativa de regresso.

Por fim, o último tópico apresenta e discute os resultados dos dados coletados nos periódicos selecionados, ou seja, fornece as respostas às perguntas feitas no início de todo o processo de investigação do tema. Além disso, mostra como a política influenciou e influencia o ensino de história e, conseqüentemente, as publicações dessa área e como os atores políticos se manifestam nessa interferência.

Através da análise constatou-se que a educação sempre foi palco de disputas políticas, e o ensino de história destaca-se por ser considerado como responsável pela construção da identidade cultural e social da sociedade. Nesse sentido verificou-se que conforme mudam os atores políticos, também se modificam as prioridades de conteúdos pesquisados e debatidos. Em referência à presente pesquisa constatou-se que os conteúdos destacáveis para o período são relativos à cultura afro-brasileira e africana, indígenas, gênero, democracia, novas tecnologias, inovação metodológica, educação profissional, entre outros de menor intensidade.

1. METODOLOGIA DA PESQUISA: OS CAMINHOS TRILHADOS PELO PESQUISADOR

A metodologia é a parte primordial da pesquisa realizada. Portanto, merece um destaque especial. Toda investigação demarca a trajetória que nos leva a conhecer e aprender sobre o objeto da pesquisa ou fato investigado, a partir dos procedimentos realizados no decorrer da dissertação, como a escolha do tipo de pesquisa e formas de coleta e análise de dados; trata-se de algo que sistematiza e delinea todo o processo de construção da pesquisa.

Assim, o ato de lançar a si próprio em uma pesquisa pressupõe muito mais que atitude, força, ímpeto, coragem ou a pura e simples vontade. Trata-se de um passo que se dá em momentos da vida, o qual não pode ser realizado de modo abrupto, sem o mínimo de coesão, coerência e lógica. Exige-se disciplina, conhecimento do que se pode usar no decorrer da pesquisa e como isso influenciará no ato de investigação de documentos e na coleta de dados; é algo que pode chamar-se de “conhecimento para conhecimento”. Ou seja, para se produzir uma pesquisa de conteúdo científico, tem de se obter informações acerca do que se pode ter como instrumento de análise. Ainda que no curso de uma pesquisa ocorram consideráveis mudanças quanto ao objeto de estudo, isso pressupõe um momento de “ajustes científicos”, um “rearranjo de ordem acadêmica”, na qual oferecerá ao pesquisador subsídios metodológicos para decidir quais direções a pesquisa seguirá.

Isso pode muito bem ser assim delineado, de acordo com a citação que, a seguir, tecerá maiores acepções sobre os apontamentos acima expressos:

A produção do conhecimento científico exige algumas regras/métodos imprescindíveis para o seu sucesso, o que a Metodologia Científica explica detalhadamente. Um produto acadêmico não nasce do vazio e muito menos deve ser escrito de qualquer forma. Além do passo-a-passo científico (problema, objeto, fontes, recorte temporal, metodologia, aporte teórico, debate historiográfico, entre outros), a escrita tem que ser clara e acadêmica. Aqui é a parte onde será indicado o tipo de pesquisa que será empregado, as etapas a serem realizadas, como: revisão de literatura, coleta de dados (delimitar o universo da pesquisa, os instrumentos de coletas, indicando a seleção dos sujeitos), análise dos dados e da redação final. Na maioria dos trabalhos acadêmicos geralmente utiliza-se a pesquisa bibliográfica, complementada com tema e dos objetivos da pesquisa, sendo esta parte redigida em texto contínuo, isto é, não deve apenas apresentar os tópicos, mas explicitar conceitualmente a pesquisa que se pretende realizar. (OLIVEIRA e VALENÇA, 2015, p. 7483 e 7484)

E assim as autoras seguem sua sequência de ideias, colocando em foco a necessidade veemente de se estabelecer parâmetros regulares de pesquisa científico-acadêmica, defendendo

o conhecimento dos materiais de investigação, pois isso aproximará cada vez mais o desempenho do pesquisador aos caracteres de seu objeto de investigação e conhecimento:

No conhecimento científico, o pensar deve ser sistemático, verificando uma hipótese (ou conjunto de hipóteses), atribuindo o rigor na utilização de métodos científicos. Dessa forma, o trabalho científico configura-se na produção elaborada a partir de questões específicas de estudo. De acordo com o especialista Galliano (1986, p. 26), “ao analisar um fato, o conhecimento científico não apenas trata de explicá-lo, mas também busca descobrir suas relações com outros fatos e explicá-los”. Seguindo uma ordem pré-estabelecida: a definição do problema é o primeiro passo e um dos mais difíceis, pois devemos escolher a questão ou questões a serem respondidas. O desafio em formular a pergunta para um estudo não está baseado somente nas incertezas sobre o assunto, mas também na escolha de uma questão importante que possa ser transformada numa pesquisa possível de ser realizada e que seja válida. É difícil para o pesquisador selecionar uma pergunta principal para o seu estudo, pois a vontade é de responder a muitas perguntas em um único projeto. Por isso, é importante não frear o espírito aguçado e criativo que deve fazer parte dos requisitos de um pesquisador, mas ser suficientemente criterioso para dar credibilidade e realmente responder à questão proposta. Lembrar que para cada pergunta há um tipo de desenho mais apropriado. (OLIVEIRA e VALENÇA, 2015, p. 7484)

Como se pode verificar existe toda uma cadeia de ideias e procedimentos, *interna corporis*, na vida de um pesquisador e que lhe remete a um mundo de hipóteses, conhecimento e processos a serem desenvolvidos para fins de construir o saber. E dessa forma se procurou, desde o início desta pesquisa, delinear os caminhos pelo qual percorri até aqui, pois o pesquisador, mais do que o tempo gasto nas investigações científicas, torna-se parte essencial no desenvolvimento do conhecimento a que pretende criar. Tudo isso para fins de idealizar um mundo melhor, mesmo que solitário, em muitos momentos do trabalho científico.

1.1. Definições do objeto, abordagem, tipo de pesquisa e objetivos

Como destacado na introdução, o objeto dessa pesquisa são os artigos, sobre o ensino de história, publicados em periódicos da área. Para chegar a essa decisão, observou-se que o número de publicações na área da educação havia crescido consideravelmente nas duas últimas décadas (como já destacado no primeiro capítulo dessa dissertação) e, dentre esse volumoso número de publicações, estavam às relativas ao ensino de história. Tendo preliminarmente essas informações, considerou-se relevante o estudo que busca mapear e analisar essas publicações para ter um panorama ampliado dos assuntos que estão sendo privilegiados pelos autores, bem como descobrir de que forma a influência da política reflete no ensino de história e nas publicações dessa área.

Para melhor definir o objeto, inicialmente foram feitas buscas preliminares por revistas de história em sites de universidades brasileiras e também no site da Associação Nacional de História – ANPUH. Durante essas buscas, foram utilizadas algumas palavras-chave como ensino de história; currículo; formação de professores, pois a ideia inicial seria pesquisar sobre estas três temáticas.

Porém, nesse percurso, percebeu-se um número considerável de publicações que traziam como temática principal o ensino de história. É a partir desse resultado preliminar, bem como ao se levar em consideração que o tempo de pesquisa da pós-graduação é curto, para se trabalhar três temáticas tão extensas e de extrema relevância para o campo educacional; considerou-se mais apropriado focar somente no ensino de história, visando um trabalho mais completo e coeso.

Outra questão importante, da definição do objeto, foi refletir sobre como os pesquisadores necessitam do periódico para divulgar seus trabalhos científicos, sabendo-se que essa ferramenta é uma das mais importantes formas de divulgação da pesquisa e do conhecimento científico no mundo.

Desse modo, publicações contidas nos periódicos são objetos de regulação dos cursos de pós-graduação e a partir disso percebe-se o quão primordial é o seu papel, diante da pesquisa de todas as áreas do conhecimento. Por essa razão, tal meio de comunicação faz parte tanto do objeto quanto do destaque do primeiro capítulo dessa pesquisa, onde se encontra a sua história de criação, as modificações que sofreu ao longo do tempo e a importância que carrega para as ciências.

É sabido também que os escritos publicados, de alguma forma, refletem a realidade social, política e econômica da época. Nesse sentido, a pesquisa em artigos, relativos ao ensino de história, pode refletir as influências que o ensino oferecido nessa área sofreu ao longo da última década. Pensando nesse aspecto, o segundo capítulo dessa pesquisa dedicou-se a demonstrar formas de influências políticas na educação e no ensino de história, desde a sua consolidação como disciplina obrigatória da grade curricular até os moldes que conhecemos na contemporaneidade. Essa parte da pesquisa foi pensada tanto para destacar a história do ensino de história quanto para refletirmos como o ensino é moldado conforme os momentos históricos vivenciados e os atores que possuem o poder.

Todos esses aspectos, acima citados, foram levados em consideração para definição deste objeto de pesquisa que considero ser complexo, pois ao passo em que possibilita a extração de vários outros pontos interessantes a serem estudados, traz reflexões à construção de

um ensino com grande valor social. Além disso, historicamente, foi e continua sendo modificado para atender aos interesses políticos, ideológicos e sociais.

Com o objeto bem delineado e visando uma investigação aprofundada e detalhada, a abordagem da pesquisa escolhida para essa dissertação foi qualitativa que segundo Spratt, Walker e Robison (2004, p. 9-10), é uma abordagem que busca a emergência de uma teoria e considera o fenômeno social como algo construído pelas pessoas. Sendo assim, possibilita ao pesquisador realizar uma investigação através do uso de métodos compatíveis com a sua linha de pesquisa e dentro de um paradigma, fazendo o levantamento das atitudes das pessoas, suas crenças e valores.

As características de abordagem qualitativa se encaixam perfeitamente nessa pesquisa, que busca, através dos artigos publicados, estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais, no âmbito educacional e político e as influências que um possui sobre o outro.

No que tange a definição do tipo da pesquisa, observou-se o contexto do estudo proposto e o que melhor se adequou foi o tipo denominado “Estado do conhecimento” que possui caráter bibliográfico e possibilita mapear as produções científicas de determinado tema. Segundo Ferreira (2002), a pesquisa com essa denominação busca:

[...] discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo privilegiadas em diferentes épocas e lugares, de que forma e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002, P. 257)

Essa descrição do “estado do conhecimento”, destacado pela autora, contempla com muita eficiência o que essa pesquisa propõe. Qual seja, discutir a produção acadêmica sobre o ensino de história na última década e buscar responder quais conteúdos foram privilegiados em determinadas épocas e por quais condições, influências ou interferências políticas e sociais.

Em relação aos pesquisadores que escolhem este tipo de pesquisa como metodologia, Ferreira (2001) destaca que eles:

[...] parecem dispostos a atender a uma determinada demanda social que “cobra” propostas e soluções para certos problemas, principalmente o reiterado fracasso da escola brasileira. Um dos caminhos que vislumbram é conhecer o que já está construído e produzido e então buscar o que ainda não foi feito. (FERREIRA, 2001, p. 54)

Para melhor compreensão do tipo da pesquisa adotado nesta dissertação o trecho a seguir pontua as seguintes características, acerca do estado de conhecimento:

[...] é identificação, registro, categorização que levam à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo na monografia.

Nesta reflexão, faz-se necessário considerar que a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas às influências da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global. Em outras palavras, a produção está inserida no campo científico e, conseqüentemente, em suas regras constitutivas, [...]. (MOROSINI e FERNANDES, 2014, p. 155)

Análise, identificação, leitura, como se vê são palavras que enaltecem uma das características mais fundamentais do estado de conhecimento, qual seja um acentuado aprofundamento em relação ao objeto de conhecimento. Há de se notar que tal fundamento tem por base as diversas produções científicas e legitimadoras da própria pesquisa. Isso porque a coleta de dados, as informações obtidas por meio de documentos, artigos e livros, ainda que não tratem diretamente do objeto de pesquisa, mas sendo assunto correlato, pode muito bem ser utilizado no desenvolvimento da atividade realizada pelo pesquisador.

Além disso, pode-se deduzir que o intitulado *corpus* é uma síntese das investigações, leituras e análises realizadas. O somatório de trabalhos, dotados de envergadura científico-acadêmicas, formam um pequeno texto que representa o desempenho do estudioso. Isso configura o trabalho investigativo a fomentar a criação de referenciais bibliográficos e leituras contínuas dos textos, argumentos e dados coletados na pesquisa, os quais serão essenciais ao desenvolvimento da produção científica pretendida por quem deseja promover o conhecimento e exortar a produtividade acadêmica.

Soares (2000) destaca a relevância dessa metodologia, que considerada ainda recente no Brasil:

As pesquisas de caráter bibliográfico, com o objetivo de inventariar e sistematizar a produção em determinada área do conhecimento são recentes, no Brasil, e são, sem dúvida, de grande importância, pois pesquisas desse tipo é que podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas. (SOARES, 2000, p. 09)

Através do destaque da referida autora compreende-se que o “estado do conhecimento” é algo muito além de um simples levantamento bibliográfico sobre pesquisas com a mesma

temática. Ele é um estudo analítico que leva o pesquisador a conhecer e ter uma dimensão e compreensão ampliadas dos conhecimentos produzidos sobre a temática pesquisada.

Sobre o “estado do conhecimento” Romanowski e Ens (2006), destacam o seguinte:

[...] não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódico da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de “estado do conhecimento”. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39-40)

Além de um estudo minucioso, esse tipo de pesquisa exige que o pesquisador tenha um olhar atento diante das produções, pois cada uma possui sua peculiaridade sobre um mesmo tema, por exemplo, o tipo de abordagem, recorte temporal, referencial teórico e a sistematização dos dados. Dessa forma, temos várias produções sobre um mesmo tema, porém possuindo diferenças significativas.

Essa particularidade é exatamente o elemento que dá a este tipo de pesquisa uma amplitude, uma vez que o tema analisado pode ser tratado de diversas formas e em diferentes épocas. Como exemplo, esta pesquisa que versa sobre o ensino de história. Pois dentro de um universo de dezenas de produções, certamente teremos diferenças significativas, levando em consideração o ano em que cada artigo foi escrito, os contextos político, social e econômico que foi inserido, bem como, as metodologias e abordagens.

Assim, busca-se explicar que esse tipo de pesquisa, por mais que seja recente no país, como mencionado anteriormente, é extremamente relevante para compreender como se encontra a produção do ensino de história.

1.2. Coleta e sistematização dos dados

A coleta e sistematização dos dados decorreram de um planejamento prévio, no qual se considerou pertinente a elaboração de um quadro para organizar e delimitar a busca por periódicos. Antes de apresentar o quadro é necessário explicar que as regras estabelecidas para as buscas foram por publicações de 2010 a 2019, ou seja, periódicos que possuíssem uma década de criação, para que as publicações pudessem refletir conteúdos e aspectos do período vivenciado ao longo desse tempo.

Acerca disso, Lüdke e André (2015) argumentam que cada pesquisador apresenta diferentes trajetórias de pesquisas guiadas por suas problemáticas, objetivos e interesses, nesse sentido destacam que:

[...] a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferências e interesses e princípios que orientam o pesquisador. Claro está que o pesquisador, como membro de um determinado tempo e de uma específica sociedade, irá refletir em seu trabalho de pesquisa os valores, os princípios considerados importantes naquela sociedade, naquela época. Assim, sua visão do mundo, os pontos de partida, os fundamentos para a compreensão e explicação desse mundo influenciarão a maneira como ele propõe suas pesquisas ou, em outras palavras, os pressupostos que orientam seu pensamento vão também nortear sua abordagem de pesquisa. (LÜDKE; ANDRÉ, 2015, p. 03)

Juntamente com as definições de recorte temporal, outro quesito estabelecido diz respeito à quantidade de artigos, no mínimo cinco, a serem encontrados nas edições de um mesmo periódico com a temática “ensino de história”, sendo essa a palavra-chave para fazer a busca em todos os periódicos pesquisados.

Portanto, com os devidos esclarecimentos observa-se que o quadro abaixo contém os critérios utilizados para mapear e selecionar os periódicos participantes da pesquisa.

QUADRO 01: Amostra do quadro elaborado para seleção de periódicos conforme critérios pré-estabelecidos.

PERIÓDICOS	ANO DE CRIAÇÃO	QUANTIDADE DE EDIÇÕES	QUANTIDADE DE ARTIGOS COM TEMA “ENSINO DE HISTÓRIA”
OBSERVAÇÕES:			

Fonte: autora

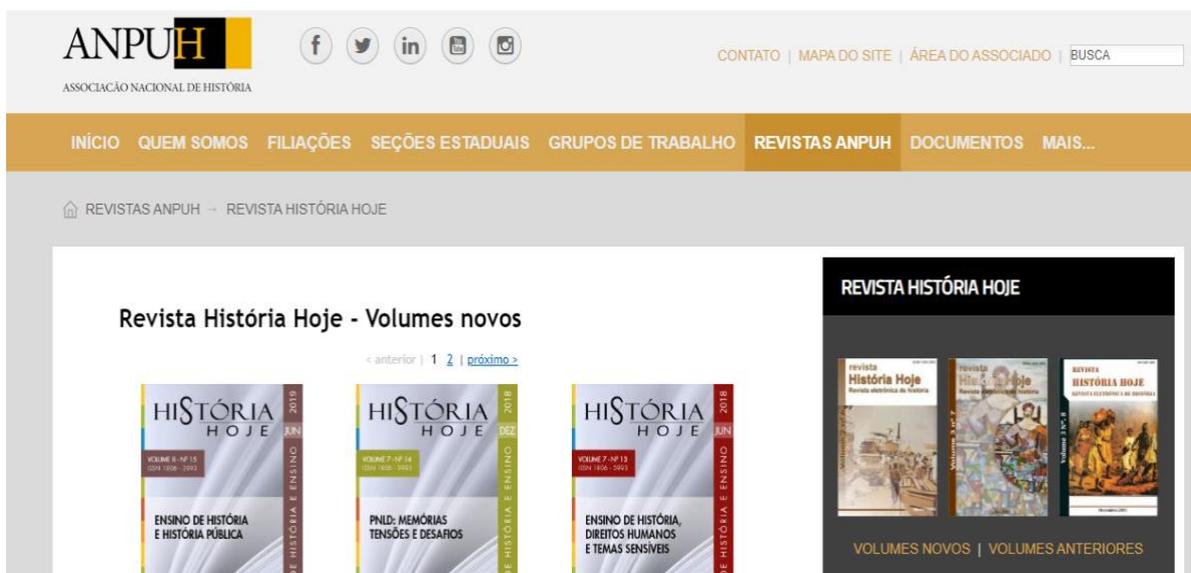
A pré-seleção dos periódicos se mostrou essencial, tendo em vista que a publicação periódica da área de história é vasta, com um universo amplo de assuntos e de diversas épocas, cada um com seu grau de importância e finalidades específicas. Então, esse mecanismo possibilitou delimitar e descartar os periódicos que não atenderiam aos critérios propostos para essa investigação.

Além disso, tornou possível a seleção de dois periódicos, que juntos possuem a somatória de sessenta e seis artigos com a mesma temática e preenchem todos os requisitos de

busca inicial, ou seja, têm edições desde o ano de 2010 a 2019 e possuem um quantitativo mínimo de artigos sobre o tema trabalhado.

O primeiro periódico selecionado é a Revista História Hoje da ANPUH, que possui um quantitativo de sessenta e um artigos sobre o Ensino de história, nas edições que vão de 2010 a 2019. Antes de selecioná-la, pesquisaram-se todas as outras revistas disponíveis de história presentes no site da ANPUH, sendo ela a que melhor se adequou a proposta dessa dissertação.

FIGURA 01: Página Inicial da Revista História Hoje



Fonte: <https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/revista-historia-hoje-i>

O segundo periódico selecionado é a revista Cadernos de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que possui o quantitativo mínimo estabelecido como critério de buscas, em um total de cinco artigos e também atende ao período da investigação.

FIGURA 02: Página Inicial da Revista Cadernos de História – PUC-MG



Fonte: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria>

Cabe ressaltar que a seleção dos periódicos se mostrou desafiadora, dado os critérios de busca estabelecidos previamente como forma de construir e organizar a pesquisa. Antes de se chegar aos periódicos escolhidos para a investigação, todas as revistas de história com links disponíveis no site da ANPUH foram mapeadas, em sites de grandes universidades do país, como USP e UNB, e em duas revistas bastante conhecidas no meio acadêmico as revistas RBEP e Em aberto.

QUADRO 02: Periódicos mapeados durante a pesquisa

PERIÓDICO	LINK DE ACESSO
Revista em aberto	http://emaberto.inep.gov.br/
Revista Brasileira de estudos pedagógicos – RBEP	http://rbep.inep.gov.br/
Revista História Hoje	https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/search
Cadernos de história – PUC/ Minas	http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria
História questões e debates	https://revistas.ufpr.br/historia
Boletim historiar	https://seer.ufs.br/index.php/historiar
Revista Labirinto	http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/index
Revista tempo e argumento	http://revistas.udesc.br/index.php/tempo
Revista Brasileira de história	https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh

Fonte: a autora

Todos estes periódicos possuem uma produção significativa para a área de história, entretanto a maioria deles não atendia especificamente ao “ensino de história”. Como já mencionado, o número de publicações cresceu consideravelmente, mas temos uma área ampla com vertentes em várias temáticas e encontrar periódicos com um número razoável de artigos que atendessem de forma satisfatória a investigação, exigiu maior grau de atenção e dedicação ao objeto da pesquisa.

Após a conclusão do mapeamento dos periódicos da área de história, seguimos para a organização dos dados dos sessenta e seis artigos selecionados em um quadro-síntese, com as principais e mais relevantes informações para a pesquisa, observando os objetivos a alcançar.

QUADRO 03: Amostra do quadro-síntese das informações dos artigos selecionados

PERIÓDICO		REVISTA HISTÓRIA HOJE – ANPUH/ REVISTA CADERNOS DE HISTÓRIA		
PALAVRA-CHAVE		ENSINO DE HISTÓRIA		
DADOS DOS ARTIGOS				
AUTOR	TÍTULO\ANO	CONTEÚDO	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS
DADOS COMPLEMENTARES				
PROBLEMÁTICA	GOVERNO VIRGENTE NO ANO DA PUBLICAÇÃO	RESULTADO	OBSERVAÇÕES	

Fonte: a autora

Neste modelo de quadro, foram arquivadas todas as informações pertinentes para a investigação de cada um dos sessenta e seis artigos objetos de estudo dessa pesquisa. Essa organização e arquivamento proporcionaram uma visualização ampla dos dados e, com isso, permitiu uma análise reflexiva em relação aos conteúdos trabalhados, os contextos social e político do ano de publicação dos artigos, a relevância das pesquisas, os objetivos traçados pelos autores, entre outros aspectos de observação geral.

Além do quadro-síntese, para organização dos dados, considerou-se pertinente a construção de categorias de análise dos artigos, com a intenção de valorizar e contemplar a questão do estudo e os objetivos presentes no início dessa dissertação. Desse modo, foram elencadas três categorias que somadas às informações presentes no quadro três, proporcionam um aprofundamento da pesquisa e a chegada aos resultados, sendo elas:

1. A problemática dos artigos - essa categoria busca avaliar o assunto objeto de discussão pelo pesquisador.

Subcategorias - Inovação no ensino; Cultura afro-brasileira e africana; Ensino de história e o livro didático; Os desafios do ensino de história; Outros.

2. A relevância dos artigos, segundo o(s) autor(es), para a área de história - motivos que guiaram o pesquisador a tratar sobre determinado assunto dentro da temática do ensino de história.

Subcategorias - Problematizar questões sociais; Aprofundamento de pesquisas existentes; Ampliação do conhecimento; Outros.

3. Os objetivos dos artigos - conhecer o objetivo geral que o autor possui ao pesquisar determinado assunto.

Subcategorias - Analisar a inovação; Discutir a inserção de novos conteúdos; Analisar conteúdo do livro didático; Conhecer os desafios do ensino; Outros.

Essas três categorias de análise foram norteadoras da escrita do próximo capítulo, através delas apresentaremos dados e reflexões teóricas das influências políticas e sociais presentes no ensino de história que se estendem às publicações da área.

Através do exposto nesse capítulo, cumpre-se o objetivo de apresentar os caminhos percorridos pelo pesquisador durante a coleta e sistematização das informações da pesquisa, no qual foram evidenciadas todas as definições e planejamentos para uma melhor compreensão dos resultados da análise, presentes no próximo capítulo.

2. POR UMA HISTORIOGRAFIA DOS PERIÓDICOS: DA CRIAÇÃO À ATUALIDADE

A história não só se apresenta reveladora como tende a ser o começo de qualquer coisa que se pretenda pesquisar ou analisar, enquanto instrumento de um conhecimento científico em construção. Pode até aparentar uma explanação genérica e controversa, mas, na verdade, o que está em questão é o fato de se afirmar que o começo de uma produção científica tende a valorizar o conhecimento histórico, não somente como ponto de partida para o início da pesquisa, mas para formação das bases desta mesma pesquisa. Afinal, a partir da história busca-se a devida segurança para se fixar a essência e importância da análise científica, algo necessário sobre determinado objeto.

Além disso, vale destacar o fato de que através do aporte histórico se reconstrói e se reinterpreta o objeto de alguma pesquisa. A história possui um campo bem vasto de possibilidades de análise, estando presente na maior parte das investigações científicas, de modo que isso proporciona, aos estudos, uma amplitude de caminhos a serem seguidos pelo pesquisador, na realização de seus intentos científicos (mesmo que não seja um aspecto a ser valorizado em primeiro plano).

Nesse sentido, vale a citação de Lee (2011, p. 01 e 02) quando delinea o fenômeno da história, no campo da busca de conhecimento e construção do saber:

Não se escapa do passado. Ele é construído a partir de conceitos que nós empregamos para lidar com o dia a dia do mundo físico e social. Algumas vezes os conceitos encapsulam o passado sob a forma de processos causais (ex. "árvore", "mãe", "bombas"). Algumas vezes, é envolvido um passado institucional no caso de se falar em um governo ou uma criança ilegal, ou em casos que alguns critérios de legitimidade não foram encontrados. Mas, o controle do passado é sempre menos formal. "Ciência", "Comunismo" ou "Estado-nação" podem ser definidos de uma maneira mais ou menos informal pelos dicionários. Mas comunismo não é apenas o nome de símbolos de crenças ou atitudes, que nós podemos encontrar numa definição do dicionário ou mesmo numa análise escolar destas crenças ou atitudes. Parte do comunismo deve ser procurada no que os comunistas fizeram. E também para liberalismo, capitalismo e outros. Da mesma maneira, nossa noção de ciência importa a concepção de como determinadas formas ou atividades têm dado conta cientificamente do passado e um quadro de mudanças que a ciência tem causado na vida cotidiana. Da mesma forma, a noção que nós obtemos de estados-nações é inevitavelmente influenciada pela nossa compreensão do passado. O passado dá concreticidade aos nossos conceitos. Em muitas áreas do conhecimento, o passado é a referência para o nosso conhecimento de regras e para a nossa capacidade de selecionar acontecimentos. Alternativamente, o passado será o árbitro quando se precisa determinar se a aplicação de uma regra pode ser satisfatória ou não. Os conceitos carregam uma bagagem temporal. Mas nosso mundo não consiste somente em exemplos de conceitos. Ele é povoado também por coisas

individuais e particulares, com passados particulares. O Mercado Comum, Alemanha ou Guerra Fria de diferentes maneiras derivam muito das substâncias de suas extensões temporais. O Mercado Comum, por exemplo, é uma instituição que fez aumentar os preços na Grã-Bretanha e instalou um controle burocrático sobre a vida cotidiana das pessoas. É o passado que revela a natureza da instituição e, certamente, uma instituição dificilmente poderá ser considerada como algo espontâneo. Falar em renascer de uma instituição somente será inteligível como uma invocação do passado. Da mesma maneira, Alemanha é menos uma entidade geográfica do que uma entidade temporal e o que quer que o seu passado revele, ela será. A Guerra Fria é o nome de uma "série de eventos particulares" e também de certa espécie de comportamento por parte de pessoas, governos e estados. A vida útil desse conceito é incerta: recentemente pensou-se que ele morreu, mas os jornais, de tempos em tempos, predizem ou anunciam seu *revival*. Falar na ressurreição desses conceitos parece inteligível somente como uma invocação do passado. (LEE, 2011, p. 01 e 02)

A partir desse preceito pode-se afirmar que uma das funções da história está em reavaliar o passado e assim reconfigurar conceitos e redefinir o papel de certos institutos (e instituições), em dado espaço de tempo. Além disso, tem algo a mais que a história irá revelar, para fins de reconstrução de conceitos e “papéis sociais” desempenhados em algum lugar no tempo e espaço: as ações humanas, sempre tendentes a promover mudanças conjunturais no espaço social em que constrói, destrói, muda de ideias e se relaciona com outros seres humanos das mais diversas formas.

Assim sendo, e agora tecendo menções à temática proposta neste capítulo, o instituto da história utiliza os elementos iniciais da pesquisa dos periódicos, enquanto instrumento de junção e difusão do conhecimento científico, produzido sobre as mais diversas áreas científicas, sejam em ciências sociais, naturais ou físicas. A proposta, finalidade e intento deste primeiro capítulo será apresentar os delineamentos da pesquisa realizada e, ao mesmo tempo, começar a desenvolver os estudos referentes à história de produção dos periódicos.

Sob tais afeições têm-se uma verificação de aspectos e características que estão presentes na formação da história da constituição dos periódicos. Revelando que essa história apresenta-se necessária não somente a um fragmento referente à história da produção da ciência e à difusão do conhecimento científico – algo tão necessário à promoção do saber e do suscitar do pensamento crítico-científico –, mas na forma como se produz a ciência.

O compartilhamento de saberes e de conhecimentos entre os pesquisadores e cientistas possui a importância crucial de se desenvolver a ciência, nas mais diversas formas. As críticas promovem um aspecto reflexivo sobre a promoção da ciência, no intuito de torna-se um meio de promoção do desenvolvimento sócio humanístico de cada cidadão.

Assim, os periódicos são a fonte principal desta pesquisa e por essa razão a busca por uma compreensão da História dos mesmos é primordial para o restante da investigação a ser desenvolvida. Ademais, é fundamental para contextualização do documento que se coleta, como destacado por Bacellar (2005):

[...] é preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental [...] contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador! (BACELLAR, 2005, p. 63)

Portanto, partindo desse pressuposto, o capítulo a seguir será dedicado a contar a história dessa fonte de pesquisa que se constituiu ao longo do tempo e se tornou um importante meio de disseminação do conhecimento.

2.1. Periódicos Científicos e sua essência histórica: elementos para difusão do saber científico

No fim século XV, a partir do Renascimento, destacam-se várias invenções importantes. Dentre elas a que revolucionou a escrita e a leitura: a máquina de impressão tipográfica (conhecida como imprensa), inventada pelo alemão Johann Gutenberg, em 1430. A partir desta invenção não houve mais a necessidade de replicar os textos a mão, assim, tornando mais fácil a reprodução e a propagação de livros – o que trouxe praticidade para divulgação de muitas pesquisas e novas descobertas.

Importante salientar que na idade moderna não se utilizavam tantos recursos de comunicação como os que utilizamos nestes “tempos contemporâneos”, como a internet, mesmo porque esse mecanismo é, relativamente, recente. Assim, a interação entre cientistas e pensadores ocorria através de correspondências ou os estudos eram enviados e divulgados através de agremiações científicas. Entretanto, este tipo de comunicação não era tão eficiente, pois apenas um público restrito tinha acesso – em sua maioria, amigos e simpatizantes das mesmas linhas de pensamento, para que não houvesse muita refutação das ideias, como bem destaca Stumpf (1996, p. 01):

A correspondência pessoal foi o primeiro meio utilizado pelos cientistas para a transmissão de suas ideias. As cartas eram enviadas pelos homens de ciência a seus amigos para relatar suas descobertas mais recentes e circulavam entre pequenos grupos de interessados que as examinavam e discutiam criticamente. Sua divulgação era então direcionada, uma vez que seus autores

quase nunca as enviavam para aqueles que podiam refutar suas teorias ou rejeitar seus experimentos. Por serem muito pessoais, lentas para a divulgação de novas ideias e limitadas a um pequeno círculo de pessoas, essas "dissertações epistolares", como foram chamadas por McKIE, não se constituíram no método ideal para a comunicação do fato científico e das teorias. (STUMPF, 1996, p. 01)

Esse formato de divulgação de pesquisas permite inferir que se tratava de um processo desatualizado, vez que a sociedade havia saído da idade das trevas, como era chamada a Idade Média, mais precisamente pelos iluministas do século XVIII, e encontrava-se em um período de descobertas no meio científico, artístico e filosófico. Sem dúvidas um período de grande valorização da busca pelo conhecimento.

Nesse sentido, Freitas (2006, p.54) afirma que “tais modificações nos modos de fazer e relatar ciência somente foram possibilitadas pelo surgimento de uma nova concepção de saber e pela crença na ideia de progresso humano através desse conhecimento.” Então, as formas anteriores de divulgação de pesquisas e experimentos apresentavam-se isoladas e para um grupo restrito. Por outro lado, acabaram por influenciar a criação das revistas que passaram a ter um papel essencial na divulgação das investigações de diversos cientistas e pensadores.

Como parte do progresso humano e científico da época, o periódico de natureza científica inovou a forma de comunicação no século XVII. Por meio da publicação de seus textos em periódicos, os pesquisadores estavam tornando seus estudos públicos e mais acessíveis a outros pesquisadores e, com isso, ganhando o reconhecimento por descobertas importantes para a sociedade, como destacado por Freitas (2006, p. 54) ao elucidar que:

ao publicarem textos, os estudiosos registram o conhecimento (oficial e público), legitimam disciplinas e campos de estudos, veiculam a comunicação entre os cientistas e propiciam ao cientista o reconhecimento público pela prioridade da teoria ou da descoberta. (FREITAS 2006, p. 54)

A trajetória das primeiras revistas publicadas inicia-se em Londres quando alguns pequenos grupos passam a se reunir para discutir questões filosóficas, depois de alguns acontecimentos importantes, como a restauração da monarquia em 1660 – que marcou o fim de quase 20 anos de guerra civil – e o governo parlamentar, segundo Meadows (1999, p. 05).

Essas reuniões tornaram-se regulares e oficializaram-se em 1662, com a formação da *Royal Society* uma entidade organizada para obter recursos, a fim de cobrir as despesas com suas investigações e experimentos. Com vistas a este objetivo, os membros estipularam quantias semanais e fizeram uma publicação intitulada *Journal Book*, onde todas as suas

páginas iniciam com uma declaração dos objetivos da *Royal Society*, seguida das assinaturas daqueles aptos a dela tomar parte e com ela contribuir, segundo Lainson (2010, p. 09).

Além disso, se pode demonstrar o quanto a criação do periódico foi de extrema relevância para o desenvolvimento de ideais voltados à difusão dos conhecimentos científicos, de modo a chamar atenção, inclusive, do governo britânico, que se apresentava, conforme afirma contundentemente Lainson (2010, p. 10):

o governo britânico apelava constantemente à Royal Society em busca de aconselhamento acerca de seus principais empreendimentos científicos, como a organização e o financiamento das expedições de Cook à Antártida, em 1772, que depois foram ampliadas até a circum-navegação do mundo e as observações com vistas à determinação da densidade do planeta; as pesquisas submarinas, em 1872; a expedição denominada "Challenger" de 1879; as pesquisas sobre daltonismo, em 1895; entre muitos outros estudos. Nos anos seguintes, a Royal Society assumiu uma posição de liderança em pesquisas sobre diversas doenças tropicais, particularmente tripanossomose em bovinos e humanos na África e os grandes desafios da malária e da leishmaniose (foi realizada uma expedição especificamente para estudar a leishmaniose visceral na China). Outra importante atribuição foi a concessão de um incentivo anual para a promoção de pesquisas científicas e suporte para a publicação de seus resultados. Palestras especiais foram realizadas por intermédio da Royal Society; as conferências denominadas *Croonian*, *Bakerian* e *Ferrier Lectures*, sobre os avanços do conhecimento científico na área da estrutura e funcionamento do cérebro; a *Wilkins Lecture*, sobre a história da ciência; e a *Leeuwenhoek Lecture*, sobre muitos assuntos da área da microbiologia. (LAINSON 2010, p. 10)

Lainson (2010, p. 09) destaca ainda uma imagem bem interessante e enriquecedora para esta investigação, uma reprodução de um documento memorável do início das publicações dos periódicos:

FIGURA 03: página com o compromisso dos *Fellows* da Royal Society e a assinatura de seus membros



Figure 1 – Reproduction of a recent page with the Obligation of the Fellows of the Royal Society and the signature of its members

Fonte: http://scielo.iec.gov.br/pdf/rpas/v1n3/pt_v1n3a01.pdf

Vários nomes de grande importância, que temos como referências nos meios científico e filosófico, fizeram parte da Royal Society e foram essenciais na produção do conhecimento para a sua época e para a nossa atualidade, alguns desses nomes são comentados por Lainson (2010, p. 09 e 10):

nas três primeiras páginas do ano de 1660, vários nomes notáveis poderiam ser vistos em meio às assinaturas, como Lorde Brouncker, um eminente matemático e primeiro presidente da Royal Society; Sir Robert Moray, um importante naturalista; o Honrável Robert Boyle, pioneiro em pesquisas em física e química; Sir William Petty, especialista em matemática, anatomia, mecânica e geodésia; Isaac Barrow, o tutor de Isaac Newton; Christopher Wren, celebrado como o maior de todos os arquitetos e o homem que construiu a Catedral de Saint Paul, em Londres; e John Wilkins, posteriormente Bispo de Chester, um especialista em matemática e mecânica, que previu o advento da navegação submarina e da aviação. Como seria de se esperar, a área médica teve muitos representantes na Royal Society, e contribuiu com diversos nomes para a presidência da Royal College of Physicians. Em 1671, Isaac Newton, famoso por sua Lei da Gravidade, foi eleito membro (Fellow) da Royal Society (FRS, Fellow of Royal Society, usado como título após o nome), e, em 1703, foi nomeado presidente – posto que manteve até a sua morte, em 1727. (LAINSON, 2010, p. 09 e 10)

Não obstante, Lainson (2010) tece o seguinte comentário sobre as normas de organização da intitulada Royal Society, a saber:

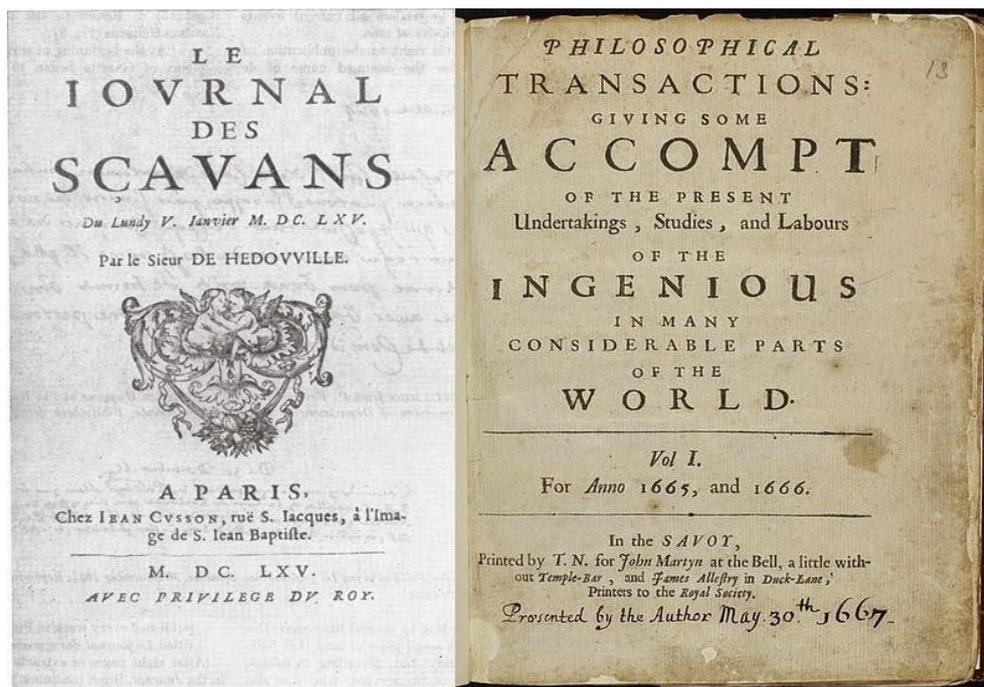
de acordo com as normas da Royal Society, todos os candidatos a membro devem ser indicados por meio do envio de um certificado assinado por seis ou mais *Fellows*, dos quais pelo menos três devem afirmar ter conhecimento da contribuição do candidato para o desenvolvimento da ciência. Dentre as indicações, o Conselho seleciona um número relativamente pequeno de nomes, que são então escolhidos pela Society por votação. Membros estrangeiros podem ser escolhidos pelo Conselho entre indivíduos de maior relevância na área científica em outros países e submetidos à eleição pela Society. (LAINSON, 2010, p. 10)

Como se pode perceber, a organização da sociedade científica em comento buscava uma ênfase científica na seleção de seus membros. A contribuição para o desenvolvimento da ciência apresentava-se como algo essencial ao crescimento do agrupamento científico, principalmente para os fins da Royal Society, a qual, mesmo em um processo embrionário, mostrava-se ousada em suas funções, sempre na busca pelo aprimoramento da ciência.

Através dessa organização, a produção e comunicação científicas ganharam contornos e expandiram-se com as viagens de seus membros em busca de informações sobre ciência, filosofia e conhecimentos diversificados. Quando se tornaram conhecidos e reconhecidos, o número de membros aumentou em inúmeras partes do mundo e as informações eram enviadas de vários países para a Royal Society, através de cartas. No entanto, com o passar do tempo, o volume de cartas foi aumentando e se tornou um ônus segundo Meadows (1999, p. 06). Para resolver esse problema a solução, pensada como plausível, seria fazer publicações impressas com as informações mais importantes e divulgá-las.

Em Paris havia uma situação semelhante, no que diz respeito ao volume de informações em cartas segundo Meadows (1999, p.06). A partir de então como tentativa de solucionar o problema com o aglomerado de informações, em 1665, o parisiense Denis de Sallo começou a desenvolver um periódico chamado *Journal des Sçavants*, publicado em 05 de janeiro do mesmo ano. Esse se tornou o primeiro periódico científico publicado que se tem notícia.

Assim que o periódico foi publicado, a Royal Society tomou conhecimento de seu conteúdo e isso foi essencial para a consolidação de suas ideias sobre a publicação das informações que possuíam. Acerca disso, Meadows (1999, p. 06) afirma que o conselho da *Royal society* determinou que a *Philosophical Transactions* fosse publicada na primeira segunda feira de cada mês e que os textos fossem aprovados pelo conselho.



Fonte: blog.scielo.org - 350-anos-de-publicacao-cientifica.

Na imagem observam-se as capas dos primeiros periódicos científicos que foram publicados em 1665 e sobre eles a Revista Stumpf (1996, p. 02-03) assim destaca:

o periódico francês *Journal des Sçavans* começou a ser publicado em Paris, semanalmente, a partir de 6 de janeiro daquele ano, e foi o primeiro a prover informações regulares sobre a ciência, disseminando relatos de experimentos e observações em física, química, anatomia e meteorologia. Dava ênfase, porém, à apresentação de livros que estavam sendo publicados sobre um dos ramos da ciência, porque seu editor, Dennis de Sallo, resumia todos os livros que lia e supunha que o que interessava a ele poderia interessar a outras pessoas. Incluía também decisões legais e teológicas em suas seções, bem como apresentava o necrológico de cientistas famosos. Depois do décimo terceiro número, em 30 de março do mesmo ano, a revista teve sua publicação suspensa temporariamente pelas autoridades francesas, por publicar material ofensivo à Inquisição. Volta a ser publicada em 1666, e até 1792, entre impressões e interrupções, 111 volumes foram editados. Com a Revolução Francesa, sua publicação foi novamente suspensa, sendo reativada em 1816 e continuando até os dias de hoje.

O *Philosophical Transactions da Royal Society of London*, começou a ser publicado em 6 de março de 1665 e é considerado o protótipo das revistas científicas. Começou como uma iniciativa pessoal de Henry Oldenburg, um dos dois secretários da Sociedade, para divulgar, de maneira mais ampla, as observações e pesquisas originais dos membros da instituição. Tendo obtido uma cópia do *Journal des Sçavans*, os membros da Royal Society discutiram seu conteúdo e a possibilidade de publicar um trabalho similar. Concluíram que era necessário algo mais científico, excluindo a seção legal e a teológica, dando mais ênfase aos relatos de experimentos realizados pelos cientistas. Adotaram a periodicidade mensal e logo alcançaram a soma de 1200 cópias. A subscrição foi taxada em dez libras, mas também aceitavam o pagamento de oito e também mesmo de seis libras, para casos especiais. Mesmo tendo

autorizada sua publicação em 1665, a Sociedade só assumiu seu financiamento total e a responsabilidade editorial em 1750. (STUMPF, 1996, p. 02-03)

Através da leitura desse trecho é perceptível que essas duas primeiras revistas contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da comunicação das áreas científicas. A primeira edição do *Journal des Sçavans* foi modelo para o desenvolvimento de revistas de ciência em geral, sem focar em uma área determinada. E a segunda *Philosophical Transactions* influenciou os modelos de publicação das sociedades científicas, mais focadas em uma ciência específica.

É necessário observar que a censura fazia parte do cenário e a divulgação do conhecimento foi por algumas vezes parada, dificultando a expansão do conhecimento em tempos conflituosos. Contudo, conseguiu manter-se resistente e firme em seu propósito de propagação do conhecimento – tão essencial à sociedade e a para sua constante evolução.

Se olharmos para a história da propagação do conhecimento, entenderemos que o processo de desenvolvimento da humanidade, o qual se concebe através dos aperfeiçoamentos de capacidades e das diversas possibilidades de aprender, ensinar e se comunicar; se deve também aos periódicos, pois possibilitaram a ampliação da divulgação de pesquisas científicas, logo da nossa evolução.

Segundo Freitas (2006, p. 54), “no século XIX os periódicos expandiram-se e especializaram-se, vindo a realizar importantes funções no mundo da ciência”. Isto se deu em função do aumento do número de pesquisadores (e conseqüentemente de novas pesquisas), bem como às técnicas de impressão e a inovação do papel com polpa de madeira. Enfatiza-se também, como grande responsável pelo desenvolvimento dos periódicos, as revistas de resumo. Stumpf (1996, p.03) aponta que “foi, sem dúvida, a introdução das revistas de resumo, em 1830 – *Pharmazeutisches Zentralblatt* –, mostrando a possibilidade de recuperação dos artigos das revistas científicas, que propiciou seu desenvolvimento e facilitou seu uso”.

Durante o século XX, a expansão dos periódicos continuou a crescer e ganhou mais espaço na sociedade, passaram a ser publicados por universidades, editoras e também pelo Estado, visto que esse modelo de divulgação científica tornou-se um canal de comunicação essencial para o compartilhamento de novas pesquisas, ideias, pensamentos e descobertas.

Com o passar do tempo, os pesquisadores ganharam prática, no que diz respeito às publicações das suas investigações. Como as assinaturas dos periódicos ainda eram um tanto reduzidas, esses pesquisadores passaram a publicar o mesmo trabalho em diversas revistas, para que a divulgação fosse ampla e alcançasse o maior número de leitores possível.

No que concerne à língua que os textos eram publicados, Stumpf (1996, p. 03) elucida que “[...] apesar da tendência das revistas de publicarem os artigos no vernáculo do lugar de origem, o latim também era aceito, especialmente nas publicações dos países nórdicos, onde as línguas nativas não eram de conhecimento comum na Europa.”

No decorrer do tempo, as revistas se aperfeiçoaram e com os avanços tecnológicos ganharam novas formas, como o uso das microformas que não foram bem aceitas pelos assinantes, como pondera Stumpf (1996, p. 03):

na década de 60, o uso das microformas em substituição à cópia em papel surgiu como opção para a obtenção da revista, barateando o custo das assinaturas e da remessa, além de diminuir o espaço de armazenamento. A alternativa não foi muito bem aceita, nem por assinantes particulares, nem pelos usuários das bibliotecas, sendo hoje utilizadas apenas como uma forma de obtenção de volumes antigos. (STUMPF, 1996, p. 03)

Nas décadas de 1970 e 1980, entra em cena o uso do computador que proporcionou uma melhora significativa na qualidade e agilidade da edição das revistas. Como forma de trazer esse benefício para toda a edição, buscou-se informatizar o processo editorial como um todo, através de novas formas de processamento editorial, como o EPC e o BLEND apresentados por Stumpf (1996, p. 03-04).

O conceito de EPC - Centros de Processamento Editorial - iniciou nos anos 70, sob os auspícios da National Science Foundation. Constituiu-se em um empreendimento cooperativo entre publicadores, com a finalidade de oferecer suporte automatizado para todas as etapas envolvidas na produção das revistas, visando ao barateamento dos custos. Essas etapas vão desde a submissão do trabalho pelo autor e a avaliação pelos pares, até a editoração, impressão e administração da revista. As dificuldades encontradas para a viabilização desses centros foram referentes à compatibilização dos equipamentos e processadores de texto dos autores e dos árbitros (*referees*). Hoje, grande parte desses problemas já se encontram solucionados e quase todas as revistas americanas encontram-se totalmente automatizadas. O projeto Birmingham and Loughborough Eletronic Network Development (Blend) foi desenvolvido, na década de 80, pelas universidades dessas duas cidades, na tentativa de avançar um pouco mais na produção das revistas. Além de automatizar todas as etapas do processo, o projeto financiado pela British Library se constituiu em uma alternativa de substituição total da publicação impressa pela armazenagem eletrônica dos artigos e, conseqüentemente, seu acesso. As dificuldades encontradas para viabilização do programa foram referentes, também, à compatibilização dos equipamentos e programas, apresentando ainda como limitação os altos custos envolvidos. Como não obteve aceitação total dos participantes, a avaliação final concluiu que as revistas em papel ainda iriam existir por algum tempo. (STUMPF 1996, p. 03-04).

Dessa forma, o uso da tecnologia ganhou significativo espaço na produção dos periódicos, com certo aperfeiçoamento e barateamento. Todavia, a intenção de armazená-los

exclusivamente em formato eletrônico encontrou dificuldades e resistências, inicialmente, por parte dos leitores. Apesar disso, as publicações dos periódicos impressos foram preservadas.

Sobre tais dificuldades do periódico impresso Ohira e Prado (2003) fazem os seguintes apontamentos:

inúmeros problemas afetam o periódico científico impresso na sua produção, editoração e divulgação, contribuindo inclusive para o desaparecimento de alguns títulos. Autores como Campello e Campos (1993), Cunha (1997), Muller (1999) e Stumpf (2000), apontam os principais problemas que são: proliferação de títulos de periódicos publicados atualmente; dispersão de artigos, uma vez que, artigos sobre um determinado assunto, são publicados em vários periódicos; recursos escassos e dispersos para custear a editoração e impressão; baixa tiragem, provocando um aumento no preço da assinatura, que por sua vez, resulta no baixo número de assinantes; falta de infra-estrutura para captação de artigos originais que correspondem ao perfil editorial das revistas; evasão dos melhores artigos para as revistas estrangeiras; formação deficiente do corpo editorial e amadorismo nas tarefas; não observância de padronização/normalização que dificulta a indexação das revistas, dentre outros. (OHIRA; PRADO, 2003, p.02-03)

A solução prática para a resolução de alguns desses problemas foi a introdução das revistas eletrônicas, este formato fez com que as etapas de edição e publicação ganhassem agilidade e um custo mais baixo. Isso impulsionou as publicações de diversas pesquisas e de todos os campos do conhecimento, tornando o acesso à informação mais flexível e prático. Meadows (1999, p. 36) assinala que “[...] o acesso a artigos científicos online se revela eficiente tanto na disseminação rápida de resultados de pesquisas, promovendo novas formas de interação entre cientistas, quanto no uso de recursos de informação online”.

Em relação às vantagens da publicação de periódicos em formato eletrônico Ohira e Prado (2003) apresentam o seguinte ponto de vista:

A tecnologia oferece ao alcance da grande maioria das entidades editoras, uma solução prática e eficiente, o periódico eletrônico on-line. A publicação eletrônica científica, segundo estudiosos no assunto, como Cunha (1997) Sabbatini (1999) e Mueller (1999), apresenta uma série de vantagens em relação à publicação impressa convencional, tanto para o editor científico como para o usuário final da informação.

Como vantagens para o editor destacam-se: as publicações eletrônicas podem atingir uma grande audiência potencial, devido à disponibilidade universal da informação; redução de custos de produção e de entrega ou disseminação; permitem novas formas de apresentação (áudio, vídeo, interação com o usuário final da informação); integração com outros sites e documentos da www e indexação eletrônica; rapidez na divulgação podendo veicular artigo por artigo, à medida que são submetidos e aprovados, diminuindo assim, os atrasos de publicação; a publicação eletrônica pode ter tantas “páginas” quantas forem necessárias ou convenientes, e publicar mais artigos do que os correspondentes impressos, embora muitas vezes siga os modelos e formatos

tradicionais. Como vantagens para o usuário, destacam-se o baixo custo de acesso, a disponibilidade instantânea e global de uma informação; a facilidade de cópia e impressão; informação mais atualizada e fácil de achar através de mecanismos de busca; possibilidade de diálogo interativo com autores e editores; os artigos têm várias palavras e frases com link, ou seja, que remetem diretamente a outros sites na Internet, permitindo ao leitor aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto tratado; os editores e autores podem acompanhar com detalhes, e em tempo real, quantas pessoas leram cada artigo, em que data e hora o fizeram, e quais são seus endereços na Internet. (OHIRA; PRADO, 2003, p.04-05)

A partir da década de 1990, houve um aumento significativo de periódicos publicados em formato digital, devido ao avanço tecnológico e o aumento do uso da internet, como Souza (2006, p.04) assim destaca:

em 1995, o número de revistas na web – outro nome dado a grande rede mundial, Internet – em todo o mundo era de 306, em todas as áreas. Em 1997, apenas algumas revistas científicas publicavam textos completos, com ilustrações, nas páginas da Internet. Uma grande mudança se verificou a partir de então, com a entrada na web dos grandes editores científicos tradicionais. Até o início de 1999, a *Reed Elsevier* já tinha mais de 1200 revistas on-line; a *Springer* tinha 360 e a *Academic Press*, 174. Hoje, é raro encontrar uma boa revista sem sua versão para web, o que representaria até um risco para ela (SOUZA, 2006, p.04).

As publicações, em revistas eletrônicas, se tornaram meios essenciais de divulgação de artigos científicos, de diversas áreas do conhecimento, além de outros conteúdos. Essa nova ferramenta de publicação acompanhou as inovações tecnológicas e trouxe facilidade no acesso e rapidez na divulgação das informações.

A expansão da publicação dos periódicos eletrônicos trouxe algumas preocupações com a preservação da autoria, qualidade e rigor científico dos artigos publicados. E sobre essa questão cabe destaque ao questionamento de Hossne & Vieira (2007):

em que ambiente vivem hoje os cientistas? Primeiramente, deve-se reconhecer que o número de pesquisadores teve expressivo aumento nas últimas décadas. Além disso, também a ciência está cada vez mais complexa, com o conhecimento cada vez mais fragmentado em especialidades e subespecialidades. Fica, portanto, difícil para o pesquisador que domina apenas uma área específica do conhecimento procurar outro tipo de trabalho. Há muita competição entre os pares, por verbas e reconhecimento. Contudo, tal fato revela-se salutar para o pesquisador – porque o obriga a aperfeiçoar-se – e benéfico para a sociedade – porque pode escolher os mais aptos. Mas a acirrada competição pode transformar-se em verdadeira guerra marcada pela falta de ética – e produzir um fraudador. (HOSSNE; VIEIRA, 2007, p. 43):

Outro fator que preocupa, com relação ao acesso das pesquisas publicadas em periódicos eletrônicos, é o escasso acesso da população aos novos meios tecnológicos, uma vez que ainda

possuímos um déficit no acesso à internet e na maioria das revistas eletrônicas cobra-se uma taxa de acesso ao material publicado, o que impossibilita pessoas de baixa renda acessarem esse meio de informação.

Tendo ciência dessas deficiências, algumas alternativas foram e continuam sendo desenvolvidas, como a iniciativa de plataformas com acesso sem custos. A título de exemplo, a SCIELO - *Scientific Electronic Library On-line* que é uma biblioteca eletrônica sem fins lucrativos, onde temos acesso livre a diversos periódicos científicos; além dela, temos também a PLOS - *Public Library of Science* que surgiu de uma proposta onde qualquer cientista do mundo pudesse fazer leituras de artigos sem a necessidade de pagamento, segundo Souza (2006, p. 05).

Outra opção, de acesso a artigos completos com grande destaque no Brasil, é o portal Capes de Periódicos e sobre ele as autoras Ohira e Prado (2003, p.06) comentam:

No Brasil, destaca-se o Portal Capes de Periódicos, que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 2.400 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras e às bases de dados com referências e resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Professores, pesquisadores, alunos e funcionários de 97 instituições de ensino superior e de pesquisa em todo o país, têm acesso imediato à produção científica mundial atualizada através das instituições participantes, conforme constatado pelo acesso realizado ao site em 17/11/2002 (<http://www.periodicos.capes.gov.br>) (OHIRA E PRADO, 2003, p.06).

Segundo Meadows (1999, p.126), “a comunicação científica passa agora por um período de rápida evolução” estamos na chamada “era digital”, para acompanhar a globalização, os periódicos estão cada vez mais disponíveis em formatos digitais, por isso é tão importante plataformas como a Scielo, Plos, Capes entre outras, como suporte de acesso gratuito a pesquisas desenvolvidas.

2.2. Os primeiros periódicos do Brasil

Os primeiros periódicos do Brasil chegaram em meados do século XIX, juntamente com a corte portuguesa, como destacado por Freitas (2006, p. 55) “o periodismo surge no Brasil no século XIX, quando são afrouxadas as amarras da política colonial portuguesa, com a inédita e instantânea transformação brasileira de colônia à sede da Corte, em 1808”. A autorização para instalação da imprensa régia veio em 1908 juntamente com a permissão para impressão em território nacional, atos esses determinados por D. João VI.

Contudo, a primeira revista não oficial do Brasil surgiu na Bahia, em 1812, lançada pelo jornal *Idade d'Ouro do Brasil*, sendo denominada de *As variedades ou Ensaios de Literatura* e seguia modelo editorial utilizado no mundo. Acerca disso, Moura (2011) descreve:

ambos, o jornal e a revista, foram criados na tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, publicados sobre a proteção do Conde dos Arcos. Os redatores eram Diogo Soares da Silva de Bivar e o padre Ignácio José de Macedo. A linha editorial era conservadora e, portanto, defendia o absolutismo monárquico português (MOURA, 2011, p.02).

Percebe-se que a revista possuía um caráter literário e um tanto conservador, haja vista o período histórico, em que ela foi publicada e a vertente que defendia, qual seja, o absolutismo monárquico português.

Em 1813, contando com a ajuda de intelectuais, surge no Rio de Janeiro o jornal denominado de *O Patriota*, sobre ele Kury (2011, p.01 e 02) esboça:

O Patriota, publicado em 1813 e 1814 no Rio de Janeiro, ocupa lugar de destaque na história da imprensa no Brasil por ser uma das primeiras publicações seriadas locais. Além disso, o jornal teve como característica peculiar dedicar muito espaço às chamadas ciências e artes. Ao todo, foram publicados dezoito números do jornal, doze mensais, em 1813, e seis bimestrais em 1814. Seu editor, o baiano Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1778-1838), era, na época, o responsável pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, espécie de órgão oficial do governo. Guimarães era diplomado pela Academia Real dos Guardas-Marinhas de Lisboa e foi lente da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, desde sua criação, em 1810. O militar foi também responsável por diversas traduções de manuais de matemática, astronomia e geodésica para servirem ao ensino na Academia Militar. Ligado a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o editor de *O Patriota*, embora relativamente pouco estudado atualmente, foi personagem central da constituição da imprensa e das instituições científicas no Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Guimarães era também poeta e crítico literário e de teatro. Esse perfil, que não chegava a ser incomum na época, tornava-o capaz de circular com segurança por diferentes temas e de editar um periódico enciclopédico. Durante dois anos, *O Patriota* publicou artigos que iam de notícias políticas européias a lista de plantas medicinais brasileiras, cobrindo igualmente assuntos filosóficos e poesia. Considerado na conjuntura da Ilustração lusa e brasileira, o periódico se insere no universo temático das publicações do Arco do Cego, que tinham sido capitaneadas pelo religioso mineiro Mariano da Conceição Veloso, vinculado a Sousa Coutinho. Esse veio editorial é uma expressão portuguesa da produção das Luzes, tal como acontecia de forma geral na Europa e nas Américas. (KURI, 2011, p.01 e 02)

Acerca disso, algo a ser visualizado de modo bem singular e próprio é o vínculo estabelecido entre o periódico *O Patriota* e seu editor-chefe, com uma formação mais voltada aos elementos, aspectos, princípios e fundamentos da literatura do que de questões científicas,

propriamente ditas. Isso é algo que reputamos justificável, pelo fato de haver uma preocupação mais centrada na forma com a qual esse periódico se apresentava ao público.

Isso não significa dizer que a preocupação relacionada ao aspecto material fosse algo a ser desprezado ao relegar ao segundo plano, de modo a ter uma destinação puramente subsidiária à constituição de um aporte científico que justificasse a existência de uma revista brasileira de periódicos voltados ao aprofundamento, fomento e implementação de uma cultura científica no Brasil, mas, a forma com a qual esses textos apresentavam-se para o público interessado.

Destarte, o ato vinculatório, entre a editora do periódico e o intento de exaltação das produções científicas e artísticas nacionais, buscava uma fomentação da produção científica no Brasil. Trata-se de um ato que, além da valorização da pesquisa científica, visava investir no sentimento de homenagem ao país. Ainda que fosse um empreendimento bem inicial (e originário), se vê a busca por uma meta, por um objetivo bem delineado, qual seja divulgar os trabalhos de cunho (ou iniciativa) científica no Brasil. Sem dúvidas, algo ainda pendente de maiores esclarecimentos – como se verá, no decorrer desta pesquisa.

Desse modo, tem-se o fato de as edições da revista não só valorizarem o aporte científico, mas também as artes. Para uma revista em início de atividade proativa, em relação a promoção e difusão do conhecimento científico, ainda escasso, estabelecer elos entre o que se apurava de científico no Brasil e o conhecimento das artes pressupõe ações tendentes a fazer a revista ganhar um “corpo acadêmico” reconhecível, consistente e coeso para se atrair as atenções da comunidade estudantil.

Esse processo tende a promover uma reavaliação das questões atinentes à produção científica e nacional: a exaltação não somente do conhecimento regrado, sistematizado e metrificado em postulados, princípios e dogmas, mas, sim, nas produções artísticas que, por seu turno, também apresentassem denotação patriótica. Assim, observa-se que o sentimentalismo nacionalista possuía forte influência na promoção e difusão dos periódicos nacionais. Acerca disso, Freitas (2006, p.57) comenta:

O Patriota foi por muito tempo considerado a primeira “revista” a ser impressa no Brasil. Esses estudiosos desconsideraram a publicação d’As Variedades ou Ensaio de Literatura, realizada na Bahia em 1812. As Variedades divulgavam “discursos, extratos de história antiga e moderna, viagens, trechos de autores clássicos, anedotas, etc.” (SODRÉ, 1999, p.30).

Por conseguinte, Viana (1945, apud FREITAS, 2006, p. 57) afirma que a revista *As Variedades* não era muito conhecida e teve apenas duas edições; posteriormente, sendo chamada de “ensaio frustrado de periodismo de cultura” por Sodré (1999, p. 30).

Nesse quesito, percebe-se uma discordância natural entre pesquisadores, com relação a qual teria sido a primeira revista impressa no Brasil. Mas o fato de ser preservado e exaltado é que ambas revistas fazem parte da história da comunicação do país e serviram como modelo de desenvolvimento dos periódicos no território nacional.

Freitas (2006, apud ALFONSO-GOLDFARB, FERRAZ E FIGUEIRÔA, 1997) continua sua explanação destacando o seguinte:

Interessa-nos aqui particularmente *O Patriota*, Jornal litterario, político, mercantil, etc. que apareceu de 1813 a 1814. Embora efêmero (18 números), este jornal aborda um largo leque de temas diversificados. As técnicas de navegação, a mineralogia, a botânica, a química, a medicina, estão ao lado da literatura, da história e da geografia. Os artigos são tanto traduções quanto textos originais que propõem novos métodos e novas técnicas.

A autora, assim como Kury (2011), mostra o traço científico presente neste periódico. Cabe ressaltar que um dos propósitos da sua publicação era a divulgação de autores e temas nacionais, segundo Baptista e Abreu (2010, p.02), para, desse modo, acentuar a questão da identidade nacional. Com o passar do tempo, a elite intelectual desenvolveu-se de forma expressiva criando um cenário propício a publicações de outros periódicos voltados a diversas áreas e públicos distintos, como pode ser visto no trecho abaixo:

[...] os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura*, lançados em 1822, também no Rio de Janeiro, cuja proposta editorial foi de abranger os vários campos do conhecimento humano, atendendo aos interesses dos bacharéis de direito, engenheiros, médicos, cientistas e outros profissionais liberais que começavam a atuar no país que acabava de se tornar independente do domínio português. Também buscando difundir informações científicas, nasce a primeira publicação segmentada por tema no Brasil: *O Propagador das Ciências Médicas*, lançada em 1827 pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro, com assuntos totalmente voltados aos médicos. Nesta mesma linha nasce, também em 1827, aquela que seria a primeira revista destinada ao público feminino brasileiro: *Espelho de Diamantino*, veículo que surgiu, conforme relata Scalzo (2003, p. 28), para “deixar a mulher à altura da civilização e de seus progressos”. *O Espelho de Diamantino* trazia temas como literatura, artes, teatro, política, moda, crônicas e anedotas, todos escritos de forma simples e didática para servir ao gosto das senhoras brasileiras. Outro tipo de publicação que se destaca entre o final do século XIX e início do século XX são as chamadas “galantes”, revistas totalmente voltadas para o público masculino que mesclavam política, sociedade, piadas, caricaturas, desenhos, contos e fotos eróticas. A publicação pioneira foi *O Rio Nu*, lançada em 1898 (BAPTISTA E ABREU, 2010, p. 03).

Primeiro ponto a ser observado na leitura deste trecho são as revistas dos *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* as quais surgiram no Rio de Janeiro, em 1822, oito anos após a última edição de *O Patriota*, em 1814. Ambas possuíam significativa semelhança por dar destaque à ciência. Como afirma Freitas (2006, p. 61), “a visão utilitarista da ciência continua tão valorizada quanto se verificou nas páginas d’O Patriota, oito anos antes”.

Importa enfatizar, o esclarecimento que o redator deste periódico possuía no que tange à autoria científica das pesquisas publicadas. Embora soubesse que essa questão, naquele momento, ainda não tinha sido discutida, tampouco formalizada no Brasil, como observa-se no trecho exposto por Freitas (2006, p.62):

a autoria científica já é tratada nesse texto, no momento em que o redator afirma que serão “fielmente” declarados os nomes dos autores e descobridores, respeitando-se também o anonimato conforme solicitado. ** Os direitos autorais eram inexistentes no Brasil, e continuariam a sê-lo por muito tempo (FREITAS, 2006, P. 62).

Outra questão importante são as publicações destinadas a um grupo seletivo de pessoas, pois, através disso, percebe-se claramente a desigualdade social e de gênero, a partir do momento em que há uma distinção de público alvo para cada assunto: revistas científicas para estudantes universitários de condição social elevada e revistas de artes, literatura e moda para deixar “mulheres à altura da civilização e progresso”. Nesse formato e contexto, esses periódicos obtiveram uma curta duração, vez que possuíam poucos assinantes e faltavam recursos para manterem-se as publicações. As que mais duraram, não passaram de dois anos.

Seguindo a ordem cronológica, em 1826 é criado, pelo mesmo redator dos *Anais Fluminenses*, um novo periódico científico e literário denominado de *O Jornal Científico* que se propunha a tratar sobre sistemas e teorias da moderna Filosofia, História Natural, Física e Química. Como relata Freitas (2006, p.63):

na seção Ciência e Artes deste primeiro número, os redatores informaram que o periódico compreenderia sistemas e teorias da moderna Filosofia, a História Natural, a Física, a Química...(DISCURSO PRELIMINAR, 1826, p.viii-ix). Nesse número foram publicados os seguintes artigos: Teoria do Universo; Ensaio sobre a origem dos corpos organizados e inorganizados; Sobre o Comércio interior, canais, estradas, pontes e calçadas; Inventos modernos; Agricultura e economia rural; Química agrícola; Memória dirigida à extinta Assembleia Geral e Constituinte do Império do Brasil; Sobre o leite nutritivo da árvore-vaca; Mineralogia – Memória histórica e topográfica sobre a descoberta das minas de ferro de Sorocaba e Destilação por meio do vapor, de Frederico Luís Guilherme Vernhagen. Este último foi o único artigo assinado da seção (FREITAS, 2006, p.63).

Os artigos que foram publicados, no primeiro número desse periódico, demonstram o grau de atualização quanto às publicações científicas europeias (pioneiras na criação de periódicos como meio de comunicação científica). Além disso, trouxeram à luz discussões que propunham promover e divulgar o conhecimento humano e científico aos seus leitores, em um momento do qual as instituições educacionais e científicas brasileiras possuíam pouco tempo de criação e ainda estavam consolidando-se em algumas capitais do país.

A atitude de buscar atualizações demonstra um olhar apurado por parte dos redatores do periódico *Jornal Sciencias*. Isso se torna evidente, quando lemos o trecho destacado por Freitas (2006, p. 63, apud DISCURSO PRELIMINAR, 1826, p. 06), do discurso preliminar do referido periódico:

continuum a defesa do jornalismo literário afirmando que por meio dos periódicos comunicam-se as “luzes” e os inúmeros e importantes inventos e descobertas com grande rapidez, e entre variados países. Asseguram ainda que os jornais literários são um meio fácil e cômodo de publicação das importantes utilidades que lhes podem resultar das notícias de tais descobertas, e dos melhoramentos adquiridos pelas Nações mais cultas e industriosas...” (FREITAS, 2006, P. 63 apud DISCURSO PRELIMINAR, 1826, p. 06).

Nota-se um entusiasmo por parte dos redatores, em uma busca por desenvolvimento intelectual, através da divulgação do conhecimento e de novas descobertas vindas de nações industriais e bem desenvolvidas. Entretanto, os periódicos no Brasil não possuíam longa duração nesse período, na publicação do terceiro número o periódico despediu-se de seus leitores, por dificuldades financeiras.

(1) No início de 1860 ocorreram modificações nas revistas com a diversificação de conteúdos e publicação de notícias de interesse social, conforme a realidade dos leitores. Outra notória inovação foi quanto ao uso de fotografias e ilustrações, mais aparentes nas revistas. O uso de imagens deu ao leitor dos periódicos um meio dinâmico e realista dos acontecimentos. Acerca disso, Moura (2011, p. 05) afirma:

No final do século XIX à primeira década do século XX, aconteceu a inserção da fotografia nos jornais e revistas, o que coincidiu com o declínio do folhetim, que cedeu lugar à informação. O aparecimento de temas políticos, esportivos e policiais, e, as colaborações literárias começaram a ser separadas na paginação dos jornais, tornando-se matérias à parte. E, foi em parte por conta dessas transformações que as revistas ilustradas proliferaram. Elas que, inicialmente, tinham a charge como principal manifestação imagética, se transformam, posteriormente, nos principais veículos de difusão das imagens fotográficas. Este foi o momento de revistas como: *Semana Illustrada*, *Revista da Semana*, *Kosmos*, *Fon-Fon*, *Ilustração Brasileira*, *Careta*, *Para todos*, dentre outras. (MOURA, 2011, p. 05).

A partir de 1900, já com o uso da imagem como inovação, são confeccionadas diversas revistas com conteúdo diversificado para públicos distintos, contendo assuntos como política, moda, literatura e entretenimento. Desse período, destacam-se algumas, como a Revista semana (1900), O malho (1902), Kosmos (1904), Fon-fon (1907), A careta (1908), A cigana (1914), O cruzeiro (1928), Diretrizes (1938), Manchete (1952) e a Veja (1968). Todas essas revistas marcaram sua época, buscando inovações e aperfeiçoando a divulgação de notícias e conhecimentos, importando grande valor para o crescimento da sociedade brasileira.

Dos periódicos mencionados, cabe destaque à revista Veja, criada em 1968 em pleno contexto do Regime Militar. Por essa razão, passou por diversos momentos turbulentos, dada a censura imposta aos meios de comunicação no país. Contudo, manteve-se firme em seu propósito e atualmente, no século XXI, é a maior revista semanal de informações, segundo Moura (2011, p. 13).

Posterior à revista Veja, foram criadas, nas décadas seguintes, algumas revistas bem conhecidas atualmente, sendo elas a Isto É, Época, Exame, Carta Capital, etc. Com isso, o mercado editorial obteve um expressivo crescimento e as revistas segmentadas especializaram-se em assuntos específicos segundo Moura (2011, p. 13).

Com a segmentação, as revistas científicas também seguiram um ritmo de atualização focando em publicações de áreas específicas, elaborando periódicos de física, ciências, matemática, filosofia, história entre outros.

Na década de 1990, surgem as revistas eletrônicas um meio de acesso prático, que revolucionou a publicação de periódicos e facilitou a divulgação de pesquisas das diversas áreas do conhecimento, ampliando a possibilidade dos pesquisadores compartilharem suas teorias, descobertas e práticas.

Sobre as Revistas eletrônicas no Brasil, Souza (2006, p. 04) comenta que:

em 1994, por meio do NIB - Núcleo de Informática Biomédica da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) surgiu um dos primeiros projetos em publicação eletrônica científica na Internet no Brasil. Foi o Hospital Virtual Brasileiro, um recurso de informações médicas na Internet. Logo após, surgiu o e*pub – Grupo de Publicações Eletrônicas em Medicina e Biologia, uma divisão do NIB responsável pelo desenvolvimento de revistas eletrônicas. Este desenvolveu a primeira publicação científica brasileira puramente eletrônica, *On-line Journal of Plastic and Reconstructive Surgery* (SOUZA, 2006, p. 04).

A exposição de informações, através dos periódicos, progrediu gradativamente como salientado no decorrer do texto. Isso ocorreu devido às inovações tecnológicas e também pela

necessidade por parte de pesquisadores e cientistas, de compartilharem descobertas e informações importantes com a sociedade.

Os periódicos eletrônicos de história são fontes principais desta pesquisa, portanto cabe aqui ressaltar que a primeira revista eletrônica de história foi criada pelo professor Galba Di Mambro, junto ao Departamento de História e ao Arquivo Histórico da UFJF, em 1997. E ganhou o nome de Revista Eletrônica de História do Brasil – REHB. Como informado em sua página inicial:

A Revista Eletrônica de História do Brasil (REHB) foi criada em 1997 pelo professor Galba Di Mambro, junto ao Departamento de História e ao Arquivo Histórico da UFJF. Tendo sido a primeira revista de História em suporte exclusivamente virtual no Brasil, a REHB esteve ligada até o primeiro semestre de 2003 ao projeto ClioNet. Neste período, foram publicados nove fascículos, consolidando um perfil editorial voltado para a divulgação da produção historiográfica relativa ao Brasil, oriunda dos principais centros de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.

Em sua nova fase foram implementadas mudanças significativas no *layout* e no suporte técnico da REHB, além da recomposição do Conselho Editorial e Consultivo, com vistas a proporcionar ao público acadêmico e geral um material de ensino e pesquisa em História cada vez mais acessível e de melhor qualidade. Destaca-se a criação da seção “Jovens Pesquisadores” que permite a divulgação de pesquisas empíricas realizadas no âmbito da iniciação científica (PÁGINA INICIAL- REVISTA REHB).

Assim, percebe-se uma preocupação com a modernização, para acompanhar o ritmo acelerado das informações e a demanda por conteúdos de qualidade e acessíveis. Isso é compreensível, visto que o número de revistas, do segmento de história, aumentou expressivamente. Além disso, fazendo uma busca rápida, encontram-se, em praticamente todos os sites de universidades, revistas desse segmento, bem como publicações de associações. Portanto, a preocupação é plausível, pois temos leitores cada vez mais críticos e em busca de inovações.

2.3. A publicação periódica na área de história

De antemão é importante salientar que a pesquisa sobre os periódicos requer muito do pesquisador, uma vez que são pouquíssimas publicações tratando dessa temática. Além disso, não há pesquisas totalmente voltadas para os periódicos de história. Então, para explicar alguns pontos importantes, acerca desses periódicos, é necessário fazer um panorama histórico.

No ano de 1720, foi criada a Academia Real de História Portuguesa, por D. João V de Portugal, com o objetivo de contar a história de Portugal e seus domínios ultramarinos. Este

fato inspirou a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1838, na gestão de D. Pedro II, fazendo parte do conjunto de ações motivadoras para o fortalecimento do sentimento de identidade nacional da nação brasileira que, naquele momento, acabara de conquistar a sua independência. A revista do IHGB é uma das mais antigas do mundo em atividade e continua sendo publicada por diversos Estados da Federação. A respeito disso, a página do site oficial do IHGB elucida:

em 177 anos de profícua existência, tem-se caracterizado por atividades múltiplas, nos terrenos culturais e cívicos, pela reunião de volumoso e significativo acervo bibliográfico, hemerográfico, arquivístico, iconográfico, cartográfico e museológico, à disposição do público, durante todo ano, e pela realização de conferências, exposições, cursos, congressos e afins. (PÁGINA INICIAL – IHGB)

Com isso, percebe-se a importância do IHGB como pioneiro da publicação histórica no Brasil. Ao longo do referido tempo, foi perceptível a expansão do conhecimento científico nacional, através dos periódicos relacionados áreas de produção científica, de modo a demonstrar o avanço de tais produções, principalmente para fins de divulgação dos trabalhos produzidos e fortificação do corpo científico do país.

Todo esse fomento, incentivo e apoio se mostraram essenciais para se produzir fontes de conhecimento, bem como fora responsável pela criação de cursos, congressos e conferências. De tal modo, seu papel não se deu somente na difusão das ciências produzidas entre os cientistas de então, mas, principalmente, no tocante à busca pela atenção do público, de um modo geral.

Após o IHGB, as produções e publicações da área de história foram desenvolvendo-se cada vez mais, ao mesmo tempo em que se expandia a educação no país. Os conteúdos, voltados à área de história, eram publicados em segmentos de diversas revistas que abarcavam também outras áreas do conhecimento.

Com a expansão das universidades e cursos de história, bem como com o aumento de discentes voltados para essa área, as produções científicas sobre a temática foram crescendo e ganhando espaço em periódicos exclusivamente voltados para a história, uma vez que as produções de periódicos no país estavam em acelerado desenvolvimento, como já enfatizado no decorrer desta pesquisa.

Destarte, compete dizer que o primeiro curso superior de história foi institucionalizado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934. Por intermédio desse curso, foi encontrado o periódico tido como um dos mais antigos do Brasil, especializado na disciplina de história, do Departamento de história da USP.

O desenvolvimento dos periódicos de história, ao longo dos anos, seguiu a mesma lógica dos demais, com novas formas e aperfeiçoamentos tanto de conteúdos quanto de meios de divulgação. Com relação ao desenvolvimento das publicações sobre ensino de história, Ralejo (2019, p. 08), destaca o seguinte:

Área de pesquisa que mereceu pouca atenção até a década de 1980, o ensino de história teve seu interesse instigado principalmente no contexto da abertura política que caracterizou o fim do regime militar e a instauração do processo de redemocratização no país. Novos tempos eram inaugurados e, entre muitos desafios políticos, sociais, culturais e educacionais, a história a ser ensinada passou a se configurar como questão a ser enfrentada [...] (RALEJO, 2019, p. 08).

Para termos uma noção do desenvolvimento dessas publicações, segue abaixo um quadro com o número de pesquisas presentes em alguns periódicos sobre o ensino de história de 1970-2016, elaborado por Gonçalves (2019, p. 120).

FIGURA 05: Amostra do quadro de alguns periódicos com publicações sobre ensino de história nos anos de 1970-2016.

Quadro 1
Periódicos com maior número de artigos sobre Ensino de História (1970-2016)

Periódico	Início	Números Pesq.	Com artigo	Artigos EH	% números EH
<i>História & Ensino</i> (UEL)	1995	29	29	247	100
<i>Aedos</i> (PPGHIS- UFRGS)	2008	19	08	69	42
<i>Antíteses</i> (PPGHIS UEL)	2008	20	08	55	40
<i>Educar em Revista</i> (UFPR)	1977	73	16	45	22
<i>Revista Brasileira de História</i> (ANPUH)	1981	69	16	37	23
<i>Fronteiras</i> (Campo Grande-UFGD)	1997	24	07	33	29
<i>Cadernos CEDES</i> (UNICAMP)	1980	106	08	32	7

Fonte: pesquisa da autora.

É perceptível que tais periódicos, a partir de 2008, não obtiveram publicações expressivas voltadas ao ensino de história. Contudo, essa é só uma parcela dos periódicos da área. Atualmente, basta realizar uma busca na internet para se encontrar um significativo número de periódicos dedicados à história, em diversos segmentos: história da educação, história política, ensino de história, história e economia, estudos históricos, entre outros.

Importante também destacar a figura da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, fundada em 19 de outubro de 1961, na cidade de Marília, em São Paulo. Essa associação foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa na área de história, atuando para aperfeiçoar o ensino dessa disciplina, através da ampla divulgação de pesquisas voltadas à área e à defesa dos profissionais de história no país, como é possível observar no seu estatuto:

Art. 4º - A presente Associação tem por objetivo: a. o aperfeiçoamento do ensino de história em seus diversos níveis; b. o estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de história; c. A defesa das fontes e manifestação cultural de interesse dos estudos históricos; d. A defesa do livre exercício das atividades dos profissionais de história; e. A representação da comunidade dos profissionais de história perante instâncias administrativas, legislativas, órgãos financiadores e planejadores, entidades científicas ou acadêmicas. (ESTATUTO ANPUH)

Além disso, percebe-se que a associação contribuiu para o fortalecimento dos cursos de história nas universidades do país, além de ser responsável por uma gama de produções de periódicos que temos na atualidade e que cresce a cada dia. Praticamente todas as Universidades federais do Brasil possuem um periódico voltado à área de história, isso revela que o número de produções científicas seguiu uma tendência de crescimento, nas últimas duas décadas, a exemplo das demais publicações científicas do país.

A tabela abaixo mostra o total de programas e cursos de pós-graduação na área de história, avaliados e reconhecidos pelo MEC atualmente no Brasil.

TABELA 1: Total de Programas e cursos de pós-graduação na área de história

Total de Programas de pós-graduação ¹							Totais de Cursos de pós-graduação						
Nome	Área	Total	ME	DO	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP	ME
História	História	83	26	0	9	0	45	3	131	71	45	12	3
	Totais	83	26	0	9	0	45	3	131	71	45	12	3

Fonte: <https://sucupira.capes.gov.br/> Consulta em 2020.

¹ME: Mestrado Acadêmico/ DO: Doutorado Acadêmico/ MP: Mestrado Profissional/ DP: Doutorado profissional/ ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico/ MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional

Tais cursos potencializam as produções e publicações periódicas que se configuram como importantes ferramentas, para o aprimoramento do ensino de história, por tratarem de assuntos com relevâncias atuais e de acordo com o momento vivenciado. Isso contribui na formação de um senso crítico mais aguçado, dado o acesso aos vários pontos de vistas dos pesquisadores. Além disso, as produções também auxiliam professores, em sala de aula, com textos atualizados e dinâmicos que ajudam na diversificação de fontes, as quais os alunos podem ter acesso, configurando uma forma de democratização do conhecimento.

Tendo consciência da importância das publicações, em periódicos, para o ensino através da democratização do acesso e da diversificação de conteúdo, bem como sabendo do grande número de publicações nos últimos anos, sobre o ensino de história, esta pesquisa analisará dois periódicos de história. O primeiro é a **Revista História Hoje**, da ANPUH, e o outro é o **Caderno de História**, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG que é uma das universidades que atualmente têm publicações exclusivamente voltadas para história.

A título de informação ao leitor, apresentar-se-á o histórico dos dois periódicos destacados, a começar pela Revista História Hoje:

:

Publicação institucional da Associação Nacional de História - ANPUH teve seu primeiro número publicado em julho de 2003 com o objetivo de ampliar as publicações da ANPUH com a expectativa de "divulgar a produção historiográfica recente, temas da atualidade e experiências didáticas em todos os níveis". Com este perfil, circulou em formato digital até o primeiro semestre de 2011, tendo publicado 14 números, ainda que com certa descontinuidade. Em julho de 2011, um novo Conselho Editorial, com o apoio da ANPUH, revitalizou a revista por meio de mudanças importantes. Redefiniu a estrutura de sua linha editorial que a partir de então passou a privilegiar as interfaces que relacionam História e Ensino. Também criou novas seções - História Hoje na Sala de Aula, E-Storia e Falando de História Hoje - e passou a investir na publicação de Dossiês Temáticos. A revista teve sua periodicidade ajustada, passou a ser semestral e assumiu o formato eletrônico migrando para a base OJS/SEER. Em junho de 2012, inaugurou uma nova série com a publicação do Dossiê Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira. A partir de 2013 a revista passou a adotar a seleção de propostas de dossiês temáticos, por meio de editais divulgados em diferentes meios entre os especialistas da área (INFORMAÇÕES EDITORIAIS – ANPUH).

A segunda revista, Cadernos de História, passou a ser publicada eletronicamente a partir do ano de 2005, em um projeto de retomada das publicações pela PUC/MG. E cada uma de suas edições possui uma cuidadosa apresentação dos artigos por ela publicados e, destas apresentações, destaca-se a da primeira edição, publicada em 2005, por Heloisa Guaracy Machado, editora-executiva dos Cadernos de História:

É com grande satisfação que o Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais retoma o projeto de publicação dos Cadernos de História, iniciado em outubro de 1995, com ampla receptividade entre a comunidade acadêmica em geral, entre o corpo docente e discente. Os Cadernos de História estão inseridos em um projeto político pedagógico que procura conciliar os interesses institucionais, acadêmicos e didáticos com as demandas dos seus variados receptores, incluindo um público mais amplo, cujo crescente interesse pela História pode ser atestado pelo sucesso editorial de variadas publicações. O seu ponto de partida é o entendimento de que os campos do ensino, da pesquisa e da extensão compõem um elo indissociável na cadeia da produção, distribuição e socialização do conhecimento, que pressupõe contribuições mútuas e contínuas daqueles que se dedicam à investigação das organizações sociais de acordo com as mais diversas correntes de análise (MACHADO, 2005, p. 01)

Os dois periódicos escolhidos são de formato eletrônico e fazem parte do moderno meio de divulgação das pesquisas em história, na atual conjuntura. A junção deles implica em uma diversificação de conteúdos e temáticas ampliada, porém, nessa investigação, o filtro será com base nas publicações sobre o ensino de história nos últimos dez anos, que compreende o período de 2010-2019, um período marcado por muitos avanços tecnológicos e científicos.

2.4. A publicação periódica na atualidade: fator de regulação e avaliação na pós-graduação

Nas duas últimas décadas, precisamente a partir do século XX, a quantidade de publicações em periódicos científicos, no Brasil, cresceu consideravelmente, devendo-se esse fator à expansão da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, bem como à modernização dos periódicos que estão migrando cada vez mais do impresso para o digital.

Para termos uma dimensão mais precisa desse crescimento, a UNESCO (2010, p 33), divulgou dados da produção científica no Brasil, afirmando que subiu da 30ª para a 13ª posição no ranking mundial, com 26.482 artigos científicos publicados em periódicos indexados pelo Thompson Reyster`s Science Citation Index, em 2008.

A maior parte dessa produção está concentrada na pós-graduação, tendo em vista o sistema regulatório, o qual é subordinativo, pois ao passo que trouxe avanços para as pesquisas científicas, diminuiu a autonomia dos pesquisadores, ao exigir certa “produtividade” sem a devida preocupação com a qualidade das pesquisas. Assim sendo, ante a regulamentação e formalização de tais cursos, Hilu e Gisi (2010, p. 02) tecem o seguinte comentário:

[...] Este sistema expõe os programas a uma avaliação da qualidade por meio de um instrumento que tem recebido muitas críticas, em especial por gerar

uma espécie de “produtivismo” nocivo à qualidade verdadeira dos programas e da produção científica, o que evidencia a necessidade do seu aprimoramento (HILU e GINI, 2010, p. 5566).

E assim, as autoras seguem neste sentido, explicando o seguinte:

isso se deve às políticas adotadas desde a criação e normalização da pós-graduação *stricto sensu* no país em 1965. Neste ano, por meio da portaria nº 977/65, ocorrendo à iniciativa de organização de um sistema de pós-graduação, se fez necessário a criação de um órgão de acompanhamento, avaliação e financiamento deste nível de ensino. Por meio da CAPES se instituiu um processo de avaliação externa feita pelos pares mediante visita de consultores aos programas. Este modelo foi reformulado ao longo da história dos programas de pós-graduação, chegando a um modelo atual, que segundo Kuenzer e Moraes (2005), procura dar atenção especial às linhas de pesquisa e à sua organicidade com as disciplinas, projetos de pesquisa, dissertações e teses e produção científica, porém de difícil gerenciamento em questão de produção científica de qualidade (HILU e GINI, 2010, p.5666).

Frise-se o fato de que o questionamento não está em afirmar e defender que não exista regulação de ratificação da produção científica. Aliás, quando se critica os meios, instrumentos e mecanismos de avaliação científica busca-se, sem sombra de dúvidas, o seu aperfeiçoamento, a fim de que tanto o conhecimento científico quanto quem o produz sejam contemplados e, além disso, que o conhecimento seja difundido, sempre com a qualidade apurável e significativamente científica.

No entanto, há uma substancial pressão para se produzir cada vez mais, sejam artigos, revistas ou livros, de modo a levar pesquisadores a valorizarem de forma mínima o conteúdo e focarem na simples produtividade. Isso é algo extremamente desconcertante, pois leva a um decréscimo na qualidade daquilo que tende a ser produzido, uma vez que o pesquisador e sua pesquisa direcionam-se a um sistema de coisas das quais se criam padrões. Com isso, sendo eles seguidos (de modo indiscutível) a produção científica é validada e alçada a níveis de “qualidade do saber produzido”.

Portanto, trata-se de algo que denota o quanto o dirigismo estatal, no campo da pesquisa científica, a qual tende a ser guiada por uma tendência de produtividade, apresenta regulamentos e resultados, mas com pouca preocupação com o teor daquilo que é produzido.

Assim sendo, muitos pesquisadores tecem severas críticas aos modelos de padronização e controle de atividades das produções de artigos e demais elementos de produção e difusão do conhecimento. Situação esta que tende a levar a pesquisa para um campo de reflexão, quanto à forma de se produzi-la.

Deveras, um assunto dos mais pertinentes e instigantes, haja vista que os órgãos de regulação são muito conservadores em seus atos e decisões. Ainda assim, é necessário esse viés

crítico e reflexivo, pois se trata de buscar o pleno e efetivo equilíbrio científico a ser apurado quando se leva em consideração a questão da produção científica.

É sabido que a CAPES faz uso de instrumentos para a avaliação da produção científica, por meio de critérios de qualidade e excelência das áreas de conhecimento, onde os índices devem refletir a relevância do conhecimento novo, bem como a importância social e os impactos causados pela inovação tecnológica e competitiva. Contudo, o enfoque na produtividade tem muitas chances de comprometer o quesito qualidade das produções científicas no país, segundo Hilu e Gini (2010, p. 5666).

Como forma de regular a qualidade da produção intelectual da pós-graduação, a Capes utiliza um sistema de classificação de periódicos, denominado QUALIS, que funciona como um estratificador da qualidade da produção de artigos e de outros tipos de produção; a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.

O QUALIS periódico possui 08 estratos em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo que os 04 primeiros são superiores e devem ter fator de impacto medido pelo Institute for Scientific Information (ISI). Já o B3, B4 e B5 são indexados em bases MEDLINE, SCIELO, LILACS, porém sem fator de impacto. A classificação C é irrelevante, com peso zero.

Todo esse sistema, tanto de medição da qualidade, quanto o da cobrança de se publicar cada vez mais para manter-se dentro dos padrões exigidos pela Capes, para o funcionamento da pós-graduação, implica na autonomia dos docentes-pesquisadores, pois se veem pressionados para cumprir metas de publicações. Tal situação gera desconforto e, muitas vezes, com a perda da qualidade, interfere no impacto que a pesquisa poderia gerar, se tivesse tempo hábil para seu desenvolvimento. A situação que temos hoje é de um encurtamento dos prazos, a exemplo disso os prazos para conclusões de Mestrados e Doutorados que são de 2 e 4 anos respectivamente, tempo curto para se desenvolver pesquisas complexas e com alto grau de impacto.

Trata-se de uma tendência mundial, em que se percebeu (ou busca-se implantar) um sistema de produtividade do Poder Público, baseado em uma lógica de produção, eficácia e controle de atividades dos agentes envolvidos, bem como das formas de se pensar sobre determinado propósito. Ou seja, o sistema empresarial buscando adaptar os interesses públicos aos aspectos que fazem do mundo empresarial um verdadeiro “sucesso sem precedentes na história da humanidade” – algo que recebe o nome de *public management*.

Com essa sistemática firmada, formalizada e determinada de condutas tem-se plataformas de captação de periódicos e artigos científicos, dos quais pode-se apresentar *SciELO* e *Scopus*, que estão agregadas ao sistema vultoso de controle e registro de periódicos – a chamada QUALIS. Assim, tem-se uma condição na qual tais institutos controlam a produtividade dos periódicos, não só quanto à quantidade, mas definindo parâmetros qualitativos os quais o pesquisador tem que seguir, à risca, para enquadrar-se como um “ser da ciência”.

Além dessa plataforma, ainda se verifica certos sistemas de avaliação, que contribuem para essa metrificação científica, quais sejam ANA, IDEB e ENADE. As avaliações são pré-determinadas e não levam em consideração questões regionais de acessibilidade ao ensino e aprendizado, por exemplo. Isso tende a estabelecer *rankings* de ensino, algo tendente a selecionar “os melhores” e descredibilizar quem não atende os requisitos dos parâmetros avaliativos.

Nessa mesma sintonia estão os periódicos e artigos científicos, de modo que só pode figurar como pesquisador e cientista quem possui sua obra devidamente acoplada aos mecanismos de avaliação, seguindo os delineamentos de “eficácia científica” naturais dos sistemas de avaliação e aferição do conhecimento.

Diante de todos os aspectos da produção científica, na atualidade, pode-se dizer que existem pontos extremamente positivos, como a expansão do saber científico e da interação e da troca de experiências entre os pesquisadores da comunidade nacional e internacional, através de aplicativos e plataformas virtuais. Bem como, o crescimento da oferta de cursos de pós-graduação que gera oportunidade de acesso a mais pessoas e não só para um grupo seletivo.

Por outro lado, juntamente com o desenvolvimento da pós-graduação instalaram-se os órgãos reguladores que impõem padrões e exigências que muitas vezes não condizem com a realidade local. Assim, a autonomia dos pesquisadores fica submetida a atender às exigências desses órgãos para terem suas pesquisas reconhecidas e valorizadas.

Nesse cenário, o discente dos programas de pós-graduação tem de lidar com o cumprimento dos créditos regulares das disciplinas, com a escrita da dissertação ou tese e produzir artigos ao longo do processo, em um curto espaço de tempo. Destarte, o que era para ser uma oportunidade de aprofundar os conhecimentos pode tornar-se um processo apenas de produção de trabalho meramente burocrático, para atender as exigências de regulação.

Como já mencionado anteriormente, não se deseja a extinção da avaliação da qualidade das produções científicas, pelo contrário, ela se faz muito importante para dar vigor científico

às pesquisas. Porém a questão da exigência de muita produção, em um curto espaço de tempo, como critério de credenciamento e reconhecimentos dos programas de pós-graduação, pode ser um fator de perda da qualidade do que se publica, assim aumentam-se os números, mas a qualidade deixa a desejar.

Conclui-se e se ressalta que durante esses últimos anos, a publicação de pesquisas deu um salto em quantidade em todas as áreas do conhecimento, tendo em vista o ritmo acelerado de informações que temos acesso e a modernização dos meios de comunicação que, entre outras coisas, possibilitam o contato com investigações de pesquisadores do mundo inteiro sem precisar sair de casa, apenas fazendo o uso da internet.

Em todos os seus formatos, sejam eles impressos ou eletrônico, o periódico tornou-se uma importante fonte de pesquisa, visto que ao longo da história acumulou uma gama de informações de significativa importância, para compreensão da história e dos rumos das ciências e da sociedade, como percebido durante todo o texto. Tendo essa compreensão muitos pesquisadores têm este meio como fonte principal de seus estudos.

A trajetória dos periódicos é longa e permeada por muito conhecimento, inovações e histórias das mais diversas, ele acompanhou o curso da história e se desenvolveu juntamente com a sociedade, modernizou-se ganhou novas formas e continua sendo um meio essencial de divulgação da ciência e do conhecimento em geral.

Algo a ser destacado, durante esta investigação, está na pouca quantidade de autores que tratam sobre a história dos periódicos desde a sua criação e as fases pelas quais passou esse instrumento de pesquisa e conhecimento. Perceber-se que muitos utilizam como fonte de pesquisa, mas a preocupação com a história dessa fonte passa despercebida, ou se detém entre os textos que falam sobre a imprensa ou sobre determinada revista de uma área específica ou até mesmo em textos que falam sobre a ciência. Uma quantidade mínima dedica-se a falar dessa história geral.

Ante a essa questão, vale a lição de Gonzalez, Calvoso e Ferreira (2002, p. 01), assim, conforme disposto:

Temos que reconhecer que a ciência moderna desenvolveu grandes formulações acerca do real, o que permitiu um grande poder de controle sobre os fatos da natureza. Suas metodologias bem constituídas, principalmente seus métodos quantitativos bem definidos, permitiram a descrição de muitos fenômenos através de uma linguagem matemática e forneceram ao cientista caminhos seguros para sua tarefa de pesquisar.

Entretanto, observa-se, atualmente, um aumento crescente de pesquisas, no campo das ciências humanas, referenciadas em epistemologias emergentes, diversas da concepção epistemológica objetivista que vem dando sustentação

à ciência desenvolvida na modernidade. Tais epistemologias vêm servindo de terreno para uma diversificação de métodos de pesquisa, principalmente, os chamados métodos qualitativos. (GONZALEZ, CALVOSO e FERREIRA, 2002, p. 01)

Verifica-se que a relação entre o conteúdo do material-científico e o trabalho desenvolvido nessa pesquisa, até esse momento, está no fato de que a pesquisa realizada em periódicos se encontra incerta, em um contexto de multiplicidade de métodos de pesquisa e, por conseguinte, os objetos tendem a ser diversos.

Essa é outra questão a ser ressaltada para os pesquisadores, de modo bem desafiador, uma vez que não se trata apenas de se estabelecer um objeto de pesquisa e atribuir-lhe um método específico de abordagem, mas, além disso, tem-se que remeter ao desafio de questionar a viabilidade de uma pesquisa, tanto no que tange a escolha e tentativa de criar vínculos, com algum objeto de abordagem científica, quanto na verificação dos métodos de pesquisa a serem instrumentalizados.

Por isso, resgatar a história da criação do objeto dessa pesquisa foi algo desafiador. Dada a necessidade de pensar uma história desde seus primórdios, uma vez que poucos autores trataram deste assunto por completo, embora seja de extrema importância, para adquirir intimidade com o objeto e trabalhá-lo de forma coesa e delineada ao longo da investigação. Bem como, para valorizá-lo, visto que por conhecer sua história foi percebido o quanto ele é um meio essencial de divulgação de ideias, descobertas, conhecimentos científicos, entre outros.

3. O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: ABORDAGEM SOBRE ACEPÇÕES DE ORDEM POLÍTICA

Estudar a educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram, para observar a concomitância entre suas crises e as do sistema social, não significa, porém, que essa sincronia deva ser entendida como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos políticos e sociais. Na verdade, as questões de educação são engendradas nas reações que se estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade. A educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política (ARANHA, 2006, p.24).

A epígrafe acima vem ao encontro do estudo e das reflexões a serem expostas nesse capítulo que discutirá a influência da política, no ensino de história ao longo de sua trajetória enquanto disciplina escolar. Além disso, outra questão presente nessa discussão está relacionada ao questionamento sobre a neutralidade do ensino. Esses assuntos são essenciais para a análise e compreensão das produções científicas publicadas na última década, objeto de análise do terceiro capítulo desta dissertação.

Como forma de análise dos fatores políticos presentes no ensino de história, debruça-se-á em Bowe; Ball; Gold (1992) e, mais uma vez, em Ball (1994) na abordagem sobre o ciclo da política, que possui uma expressiva contribuição para a compreensão da influência da política no ensino, como bem exposto por Mainardes e Stremel (2015), quando caracterizam essas contribuições:

oferece uma estrutura conceitual para a análise da trajetória de políticas, subsidiando a análise das influências no processo de formulação, as interpretações e complexidades do processo de implementação, os resultados e impactos das políticas e ainda das estratégias de intervenção necessárias para se enfrentar as desigualdades criadas ou reproduzidas pelas políticas. Rompe-se dessa forma, com os modelos lineares de análise de políticas (agenda, formulação, implementação, avaliação, reformulação). Fornece elementos para a análise de textos de políticas (materiais impressos, textos oficiais, vídeos, folhetos) em uma perspectiva crítica (não superficial), a partir de contribuições de Foucault, Roland Barthes, John Codd. Estimula a análise do sistema social e do contexto mais amplo, principalmente na análise do contexto de influência e no contexto de estratégia política (que pressupõe um retorno ao macro-contexto). Estimula o pesquisador a assumir compromissos éticos com os temas investigados, seja por meio do desvelamento (explicitação) do impacto das políticas sobre grupos específicos (classes sociais, gênero, raça, habilidades, etc.) ou por meio da apresentação de recomendações ou propostas de intervenção para enfrentar as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política. Esta contribuição está relacionada com (a) as discussões sobre 'reflexividade ética' e importância de se fazer uma 'auditoria ética' do impacto e resultado das políticas e (b) os princípios e finalidades da pesquisa qualitativa crítica (etnografia crítica). (MAINARDES E STREMEL, 2015, p. 04)

Dessa forma, o intuito é desvelar a influência exercida pelo Estado no ensino e no controle das práticas. Por essa razão, escolheu-se dois contextos do ciclo de políticas e que segundo Bowe et al (1992) estão inter-relacionados e não tem uma dimensão temporal ou sequencial. Os contextos escolhidos são o da influência, por entender que esse é o momento em que vários atores se pronunciam com interesses diversos e travam uma luta pelo poder hegemônico e o contexto da produção de textos, onde são colocadas todas as normas e regras definidas na disputa do poder e da formulação de documentos que definem os rumos do ensino, como o currículo nacional e os livros didáticos que irão definir as práticas na sala de aula.

Com as devidas definições, esse capítulo será dedicado a tratar do ensino de história no Brasil com destaque às investidas do Estado, na regulamentação do conhecimento histórico, no anseio de definir os rumos a serem tomados pelo ensino de história. Partindo de 1838, quando a disciplina de história se tornou obrigatória na grade curricular a 2019, com o estreitamento do currículo da disciplina e a desvalorização das ciências humanas.

3.1. O ensino de história permeado pelo poder político

A história, compreendida como disciplina escolar obrigatória da grade curricular do ensino secundário, data do ano de 1838, com a criação do colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro. Antes desse período, não havia cadeiras de história em nenhuma província brasileira.

O colégio Dom Pedro II foi criado para ser modelo de outros colégios e seguia as determinações e influências políticas da época. Seu ensino era conservador e tradicional, renegando qualquer tentativa de inovação nos métodos. Isso é perceptível nas palavras do Ministro da Justiça da época, Bernardo Pereira de Vasconcelos, ao discursar sobre a diretriz do colégio Dom Pedro II:

[...] manter e unicamente adotar os bons métodos; resistir a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono dos felizes resultados; proscreever e fazer abortar todas as espertezas de especuladores astutos que ilaqueiam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis e rápidos progressos na educação de seus filhos; e repelir os charlatães que aspiram à celebridade, inculcando princípios que a razão desconhece, e muitas vezes, assustada, reprova. (HAIDAR, 1972, p. 99).

Nota-se que o ensino estava envolto aos assuntos tradicionais e específicos da época, não corroborando com nenhum tipo de inovação que pudesse sair ao controle dos governantes, os quais delimitavam o que deveria ou não ser ensinado. Observando essas características, é perceptível a ideia de um ensino seletivo, tanto na questão de conteúdo como no que diz respeito

ao público atendido na instituição, pois cabe lembrar que os alunos que estudavam no colégio Dom Pedro II faziam parte da elite da sociedade.

O colégio foi mantido como centro do ensino secundário durante 93 anos, perpassando pelos governos de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Venceslau Brás, Delfim Moreira, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes, Washington Luís. E continuava sendo o único responsável e autorizado a fornecer certificados de conclusão, bem como era responsável pelos programas de ensino.

Com relação ao ensino da disciplina de história é interessante observar que havia a vinculação do colégio Dom Pedro II com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ambos criados na mesma época e possuindo os mesmos professores de história, como destacado por Manoel (2006, p.04):

vários estudos mostram que as vinculações entre as duas instituições eram profundas, porque os professores de História do Colégio Dom Pedro II também pertenciam aos quadros do IHGB, de tal sorte que as deliberações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre a pesquisa e ensino de história se tornavam matéria de ensino e eram inseridas no currículo do colégio. O significado desse atrelamento é muito importante, porque se tratava de vinculações políticas que determinavam a própria direção a ser seguida no estudo da História Universal, conforme a nomenclatura da época, e no estudo da História do Brasil (MANOEL, 2006, p.04)

A influência política estava bem presente nessas instituições e a ideia de uma neutralidade no ensino ficou ultrapassada. A julgar pelo período histórico, o Brasil vivia um momento ainda de incertezas com poucos anos de independência, regência tumultuada, golpe da maioria entre outras situações conflituosas, o país encontrava-se politicamente fragilizado.

Com isso, o ensino de história foi usado pelo Estado para disseminar uma educação cívica voltada a exaltação de heróis, intencionalmente adequados aos interesses políticos da classe dominante, como uma solução para o fortalecimento e consolidação da nação brasileira a construir uma identidade nacional, como afirmado por Bittencourt (2009, p.60):

[...] sua importância foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma “história nacional” e como instrumento pedagógico significativo na constituição de uma “identidade nacional”. Esse objetivo sempre permeou o ensino de história para os alunos das “primeiras letras” e ainda está presente na organização curricular do século XXI (BITTENCOURT, 2009, p.61).

Através disso, pode-se observar que o estudo da história está repleto de uma considerável gama de aspectos e situações sócio-críticas, das quais sua conjuntura, estrutura e

base não se afastam da ingerência de aspectos relacionados às questões de ordem política, moral, religiosa e militar.

Isso se deve a uma concepção inadequada de que o ensino deve prestar a interesses avulsos e complexos de quem, não poucas vezes, está assentado nos cargos mais elevados do poder, bem como na “representação” de valores muito bem pré-determinados em seus grupos políticos. Valores estes que, a depender da história de formação político-social de determinada sociedade, podem não representar em nada o corpo social que diz representar.

É sob tais elementares de ordem analítica, e dos quais será bem ressaltado ao longo desta dissertação, que Mathias (2011, p. 02) assim apresenta suas considerações iniciais sobre o ensino de história:

conforme assinalou Marc Ferro, a história construída por uma dada sociedade acerca dela mesma e de seus pares guarda forte relação com a história ensinada em sala de aula, momento inicial da formação social-histórica dos indivíduos. À vista disso, essa história ensinada muda consoante as transformações do saber e das ideologias dominantes. Mais de perto, tais mudanças são pautadas pelas alterações da função da história na sociedade (Ferro, 1983, p. 11). Sob a balastrada desse enunciado – bem verdadeiro, por sinal –, vários autores teceram considerações correlacionando a função da disciplina história e o contexto social com o qual interage. Desse modo podemos ler em Circe Bittencourt que as mutações de uma disciplina têm lugar quando sua finalidade passa por alterações, que, por sua vez, variam de acordo com as demandas e câmbios da sociedade. De resto, a disciplina história existiria em função de seu papel formador de identidade nacional (Bittencourt, 2005, p. 17). Semelhante raciocínio desenvolveu Selva Fonseca ao afirmar que a formação moral e a transmissão de valores sempre estiveram presentes na educação, mas variavam conforme o contexto sociopolítico. Especificamente no que respeita à história, essa teria papel central na formação da consciência histórica nos homens, viabilizando, dessa forma, a construção de identidades. Logo, ensinar história se processaria no interior de lutas políticas e culturais (Fonseca, 2003, p. 21, 89). (MATHIAS, 2011, p. 02)

Isso reitera o que se observou na primeira abordagem deste capítulo. Não somente se perquire por uma história ensinada de acordo com alguns ditames históricos, sociológicos e políticos, pois tais elementos tendem a se reestruturar ao longo do tempo, de modo a reconfigurar o ensino de acordo com os interesses elitistas dominantes.

Interessante notar que, independente da ideologia presente em determinado Estado Nacional, o ensino de história tende a seguir vertentes de ordem conservadora de determinados valores dominantes. Isso fornece à história uma contextualização na qual um arcabouço de situações do passado compõe a história tida por “oficial” e a torna dominante (ou dogmática).

Algo a se levar em consideração no caminho da história, enquanto ensino regular e parte integrante de uma grade curricular, é o fato de encontrar-se à disposição do Estado para fins de construir e fomentar uma “identidade nacional”.

A criação de ídolos – os “ícones de bravura e bem estar” cuja vida fora devotada em lutar pela construção de uma sociedade, um país e um povo “prósperos” – apresenta-se como instrumento eficaz e ufanista. Isso porque, cria-se ideias na sociedade de que esta existe e deve favores de ordem histórica a esses, por conta de suas ações ao longo do tempo.

Trata-se de um exortar de sentimentos nacionais da qual a política revela o aspecto intervencionista e hegemônico no ensino de história, como destacado por Manoel (2006, p. 07):

no Brasil, esse caminho se tornou bastante perigoso – ali, onde de fato existia uma sociedade fragmentada em interesses regionais díspares, que foram sufocados pela ação política e militar, insistia-se em encontrar uma Pátria, mãe de todos; onde existia uma sociedade fragmentada em classes sociais conflituosas e contraditórias, insistia-se em encontrar uma Nação, una e harmoniosa. Daí a invenção dos heróis e a fabricação das tradições (MANOEL, 2006, p. 07).

Havia uma perceptível preocupação do Estado em determinar como o saber histórico deveria ser transmitido e absorvido pela sociedade. Assim, houve interferência no ensino, falseando fatos históricos e adequando-os a interesses do poder político. Com isso vislumbra-se que a questão de uma neutralidade no ensino da história é fantasiosa, e esse discurso apenas é proferido por quem, de alguma forma, busca mascarar suas reais intenções e manipula a história ao seu favor.

Outra questão a ser ressaltada é que nesse período além da interferência do Estado no ensino, também havia a influência religiosa presente através do conteúdo da história sagrada, mais valorizada que a história laica, seguindo um ideário de que a moral cívica não se separava da moral religiosa.

Para isso, utilizavam-se textos com a história da vida de santos e outras divindades católicas para serem seguidos como bom exemplo de caráter e moral, pelos os alunos. Segundo Bittencourt (2009, p. 62) “a narração da vida dos santos e de heróis profanos denominava-se ‘História Biográfica’ e era defendida pelos educadores da época como um modelo pedagógico para as classes elementares”.

O Estado utilizava-se de diversas formas de dominação das camadas sociais, valendo-se do poder de suas influências na criação de regras e conceitos que eram amplamente divulgados. Um deles é o conceito de cidadania que segundo Bittencourt (2009, p. 64) “serviria para situar cada indivíduo em seu lugar na sociedade”. É importante lembrar que, nesse

momento histórico, o conceito de cidadania estava sendo ensinado aos novos trabalhadores livres que haviam emergido em substituição a escravidão.

O ensino de história foi marcado pelo fortalecimento de um ideal nacionalista de tradições forjadas e disseminadas, para que assim pudesse vir à tona um sentimento de pertencimento à nação, de patriotismo, da exaltação de heróis, da criação de datas comemorativas para que essas “tradições” não viessem a ser esquecidas.

Nota-se que esse cenário do século XIX está presente na atualidade, pois o discurso de patriotismo, cidadania e defesa da nação voltou no tempo e está sendo utilizado como plataformas de governo. Além disso, é visível que aquele ensino sobre a cidadania, de cada indivíduo em seu lugar social, ainda vive e com muito fôlego na sociedade brasileira; até mesmo a exortação de heróis nacionais contemporâneos está presente no nosso dia a dia. Isso leva a refletir sobre o quanto o ensino de história sofre com as interferências das políticas educacionais – onde os currículos são historicamente construídos e permeados por disputas de poder.

3.2. Período Republicano

Com o fim do século XIX e início do século XX tem-se uma série de atribuições ao ensino de história, como visto anteriormente. No entanto, a complexidade é maior pelo fato da expansão do ensino secundário, bem como a criação do primeiro curso de nível superior de história da Universidade de São Paulo, que antes estava presente apenas na capital do Império, no Rio de Janeiro e em algumas poucas províncias. Sobre esse momento, Manoel (2006, p.11) faz o seguinte destaque:

o ensino secundário foi se expandindo, em especial após a Proclamação da República e sua tentativa de implantação de um projeto de educação pública e gratuita, a que Jorge Nagle denominou “otimismo pedagógico e entusiasmo pela educação” (MANOEL, 2006, apud NAGLE, 1974). Por isso, para não saímos do já Estado de São Paulo, o ensino secundário foi levado para cidades como Ribeirão Preto, Campinas, São Carlos, Itapetininga e outras de menor porte. Conteúdos e Didática de história não se tratava mais, é evidente, de um projeto educacional destinado à formação dos filhos nobreza da corte do Rio de Janeiro, mas se tratava agora de um projeto de maior amplitude: educar o cidadão, ainda que, naqueles momentos iniciais dos tempos republicanos, se limitasse aos filhos da classe média e acima (MANOEL, 2006, p. 11).

O discurso de uma educação mais abrangente que formasse todos os cidadãos fazia parte do contexto político, o qual estava voltado em dar continuidade à implantação do ideário liberal

republicano, que segundo Manoel (2006, p. 12) “[...] vinha se consolidando desde os meados do século XIX”.

Isso se deu com a consolidação da República e a elaboração da Constituição de 1891, que instituiu no Brasil o regime presidencialista. Inicialmente anunciado como liberal e democrático, mas ficou sob o domínio de forças elitistas e dominantes, sendo denominado como política do café com leite, pela dominação paulista e Mineira do Governo Federal.

Nesse período, a expansão da educação fica mais evidente quando na virada do século XIX para o XX há uma divulgação dos índices de analfabetismo, em diferentes países do mundo. Isso demonstrou a importância que esse assunto vinha adquirindo em países centrais e, nesse índice, o Brasil encontrava-se na última posição – o que motivou ações que buscassem retirar o país do atraso educacional, para que ficasse bem visto e, assim, mantivesse a hegemonia do grupo político no país.

Entre os anos de 1889 a 1925 foram realizadas várias reformas educacionais com a intenção de estruturar o ensino primário e secundário no país, a exemplo disso, a criação da escola normal (1891) e a do grupo escolar (1894). Sobre essas novas modalidades de escola, Clark (2006, p. 04) tece o seguinte comentário:

essa modalidade de escola surgida primeiramente na Europa e nos Estados Unidos e depois transplantada para o Brasil, tinha por objetivo promover modificações e inovações no ensino primário, ajudando a produzir uma nova cultura escolar no meio urbano. Esta concepção de escola primária, criada inicialmente em São Paulo, nasceu ligada ao Projeto Educacional Republicano que entendia a educação como instrumento de desenvolvimento intelectual e moral, requisitos importantes para se alcançar o progresso nacional. Os grupos escolares surgiram como estratégia da elite republicana paulista constituiu um modelo de escola a ser implantado por outros Estados do país (CLARK, 2006, p.04).

Seguindo esse cenário de mudanças educacionais, em 1931, no Governo provisório de Getúlio Vargas, o Ministro da Educação elaborou o primeiro programa para escolas secundárias com a seriação unificada, onde houve a junção de História Geral e História do Brasil e passou-se a chamar História da Civilização. Com isso, o ensino de história aumentou consideravelmente a carga horária e esse aumento justificava-se pelo interesse em disseminar um ensino direcionado a construir um sentimento nacional brasileiro, através de conteúdos que priorizavam a historiografia clássica: iniciando com “as grandes descobertas de Portugal incluindo o Brasil pelos portugueses”. Essas questões ficam evidenciadas, no trecho a seguir:

os programas eram periodizados fazendo uso das épocas consagradas pela historiografia clássica; no caso da História Geral e quanto à História do Brasil

a periodização era a mesma que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro havia estabelecido a partir das sugestões de seus sócios que discutiam como deveria ser escrita a História do Brasil. Considerando a História como a *genealogia da nação*, esta se iniciava com a História da formação de Portugal e os grandes descobrimentos, que incluíam o Brasil no processo civilizatório. Nas *Instruções Metodológicas*, que acompanhavam os Programas e orientavam os professores para o exercício de sua prática pedagógica, destacava-se a importância da História como um instrumento para o desenvolvimento do patriotismo e do sentimento nacional. Esse fato fica bastante evidenciado nos livros didáticos publicados de acordo com os programas oficiais, sobretudo nos capítulos que tratavam especificamente da formação do sentimento nacional brasileiro (ABUD, 1998, p.01).

Quando a autora fala sobre o controle das práticas feitas através de instruções pré-determinadas, pode-se vislumbrar a presença do contexto da produção de texto que influencia diretamente nas práticas da sala de aula. Os atores, conquistadores da hegemonia política, possuem o poder de influenciar e determinar as regras e a construção dos textos passados para o papel e quando tornados documentos oficiais, devem ser seguidas na prática.

É perceptível que todo texto, assim como toda política, possui uma intencionalidade e na maioria das vezes a obtenção do controle social. Como afirma Ball (1994, p. 10) “qualquer teoria decente de política educacional não deveria limitar-se à perspectiva do controle social”, pois este controle não se efetiva devido às ressignificações feitas no contexto da prática. Portanto, o controle é parcial por existirem diversas realidades distintas e contextos sociais múltiplos.

O livro didático não é o objeto desta pesquisa, porém é de suma importância compreender que os conteúdos presentes nos mesmos também se inserem na questão do jogo de poder. Uma vez que é destacado na história o que apraz aos políticos, renegando as verdadeiras origens do Brasil, colocando o índio como um mero nativo que “necessitava” de civilização.

Sobre essa questão Abud (1998) tece o seguinte comentário:

o índio, objeto dos livros didáticos, era ainda o nativo encontrado pelos portugueses no século XVI, não o índio degradado pela conquista europeia, que persistia em sobreviver, nos séculos posteriores. Esse índio não poderia ser uma das raízes, mas poderia simbolizar as nossas origens do “bom selvagem”, mitificado nas páginas de José de Alencar, Gonçalves Dias e de outros escritores indianistas. Esse “selvagem” com código de honra medieval, de físico semelhante ao homem branco, seria o índio de quem os livros didáticos falavam, como se já estivesse completamente desaparecido e sem nenhuma relação com seus vilipendiados descendentes, nossos contemporâneos. (ABUD, 1998, p. 02)

E, assim, seguia-se a lógica de construção de uma identidade nacional, fabricada e manipulada por quem detém o poder. Isso leva a refletir que os conteúdos históricos, no livro didático, são a estratificação e a legitimação de um saber hegemônico. Além de questionar sobre o porquê de um conteúdo se destacar a ponto de fazer parte de um livro e outros tão importantes ser excluídos. Isso permite concluir que, todas essas questões suscitadas ficam envoltas em detrimento do contexto e da influência das políticas educacionais, que como já foi dito envolve diversos atores com interesses diversificados. E essa disputa de poder não é estática, movimenta-se conforme o jogo.

Para que haja uma melhor compreensão das transformações ocorridas, no tocante ao ensino de história, é essencial ter a clareza de que o Estado tem sempre a intenção de manter seu poder, como forma de segurança, diante das transformações sociais que ocorrem ao longo do tempo. Por isso mantém-se preocupado com o conhecimento que é transmitido à sociedade, principalmente o conhecimento histórico. Haja vista que, para manter o controle, o ensino é posto em uma redoma e fica engessado através dos parâmetros que a ele é imposto.

Por conseguinte, nas décadas de 1920 e 1930 essa interferência e controle do Estado, no ensino, ficaram mais evidentes, conforme exposto no trecho a seguir:

nas décadas de 1920 e 30, ocorreram mudanças no seio das instituições de ensino, como surgimento e aperfeiçoamento do controle técnico e burocrático” (HIPÓLITO, 2008, apud FONCECA, 1993, p.25-6). Agora os professores, de forma geral, ficaram subordinados ao seu supervisor ou orientador pedagógico, que determinava os saberes que podiam ou não ser ensinados aos alunos. Com essa medida, o Estado tirava a liberdade dos professores em sala de aula para um melhor controle do seu conhecimento, “filtrando” apenas o necessário a ser repassado ao aluno; o professor, nessa condição, pode ser comparado como um “mosquito” transmissor de “doença” ao Estado (HIPÓLITO, 2008, p.02).

O propagado “filtro”, o qual o texto faz referência, tem vínculo estreito com a busca por parte do poder público para fins de criar um sistema de ensino que atendesse a interesses escusos aos da elevação do pensamento e da inteligência dos alunos. A transmissão de conhecimento estava respaldada em um aspecto meramente formal de buscar o estabelecimento de uma “vitrine de boas intenções”, ou seja, o Estado sentia uma intrínseca intenção de mostrar que o sistema funcionava, mas não se preocupava com a devida qualidade do ensino. Para Bittencourt (2009, p. 81), “um dos objetivos básicos da história escolar era a formação do ‘cidadão político’, que em nosso caso, era o possuidor do direito ao voto”, então tem-se um

ensino da história manipulado que servia apenas como um manual da elite de como conduzir a nação.

A história de formação da nação brasileira estava galgada em ideários “eurocentristas”, ou seja, firmou-se o entendimento de que a história da nação brasileira não detinha outro ponto de partida, senão as visões clássicas de uma origem cuja base estava no então conhecido “velho mundo”. Tal situação renegava ao acaso as contribuições indígenas, africanas e a miscigenação racial-cultural por qual passou o Brasil ao longo de sua história. Na perspectiva de Bittencourt (2009, p. 81), essa questão perdurou (ainda) por toda a década de 30 do século XX, de modo a relegar a história do Brasil para algo que a própria autora intitula como “o apêndice da História das Civilizações” – uma quase obra do acaso.

Com a gestão do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, e a partir da edição da Lei Nº 4.244/42, a História do Brasil obteve uma carga horária maior e foi mais priorizada nos currículos de ensino e na formação das grades escolares. Além da reconfiguração da História do Brasil, também fora beneficiado com a respectiva lei a história vinculada à ocupação europeia nas Américas. Tudo isso com objetivos centrados na necessidade corrente de favorecer o desenvolvimento dos setores terciários, vinculados ao mercado de consumo, de modo a buscar a elevação da sociedade brasileira a padrões salutar, uma “modernização” das mais diversas atividades urbanas (Bittencourt, 2009, p. 81 a 82).

Deste período também se destacam outros decretos que eram voltados para uma educação profissional, como o do ensino industrial (decreto nº 4.073 de 30.01.42); a criação do serviço nacional de aprendizagem industrial – SENAC; o (decreto nº 6.141 de 02.01.43) uma lei orgânica do ensino comercial e, em 1946, após a queda do Estado Novo, as leis orgânicas do ensino agrícola, decreto-Lei Nº 9.613 de 20.08.46.

Sobre essas reformas do ensino, Manoel (2006) tece a seguinte observação:

é certo que Capanema procurava os rumos da modernidade. Sua atuação no Ministério da Educação foi bastante marcada por essas tentativas, e mesmo seu relacionamento com os expoentes do modernismo e da modernidade assim o demonstram. Desse relacionamento resultou a própria construção do prédio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, cuja planta, em concepção moderna, foi elaborada por Oscar Niemeyer, Lúcio Costa à frente de um grupo de arquitetos modernos, e cuja ornamentação foi confiada ao comunista Cândido Portinari. O estilo moderno do prédio do Ministério da Educação destoava completamente dos prédios construídos para os outros ministérios, todos eles no estilo neoclássico, tão ao gosto das ditaduras fascistas da Europa e da América Latina. Entretanto, no que concerne ao ensino secundário e mais especificamente à disciplina História, sua reforma não conseguiu ir além dos já existentes, mais ainda, não conseguiu ir além do próprio projeto elaborado, em 1932, pelos Pioneiros da Escola Nova. A proposta de suas reformas

continuava a ser a formação do cidadão e preparação para o ensino superior. Tanto assim, que os três maiores objetivos de suas reformas, no que se refere ao ensino da História foram: 1) Desenvolver no aluno a capacidade de compreender os grandes acontecimentos; 2) Desenvolver no aluno as condições para descrever as instituições sociais; 3) Fortalecer no aluno o sentimento de civismo. (MANOEL, 2006, p.16)

É de se notar que o governo brasileiro buscava uma redefinição dos mais diversos aspectos da vida social, cultural e valorativa da sociedade brasileira, tendo por base a criação de uma identidade nacional voltada ao elemento histórico, enquanto propulsor de uma visão de um país constituído por “heróis”. Os setores terciários, socialmente falando, teriam certo embasamento histórico sobre a origem da nação brasileira, mas apenas o necessário ao conhecimento próprio. Assim, o ensino era voltado para o trabalho, uma educação mercadológica, sem valorizar os elementos de ordem crítica, para fins de não fomentar o desenvolvimento das ideias e análises mais críticas da sociedade até aquele momento constituída.

Observa-se que o discurso sobre a expansão da educação, para outros setores da sociedade, tinha como o pano de fundo a formação básica para o trabalho, com a oferta do mínimo de conhecimento possível. Então se percebe que a política educacional não estava apenas envolta nas disputas e produções de textos, mas também no componente da produção de discurso. Haja vista que as criações de tantos decretos-lei voltados à educação enchiam os olhos de muitos, supondo que o direito à educação estava ao alcance de todos.

Desse modo, com um bom discurso sendo propagado para a sociedade, havia o convencimento da grande massa e um “certo” contentamento, sendo assim e através da divulgação dos textos e do poder de convencimento dos discursos, as políticas se legitimaram. Por isso Ball (1994, p.21) afirma que “o discurso engloba não somente o que pode ser dito, mas também quem pode falar e com que autoridade”.

A partir da queda do Estado Novo houve a reabertura política e os partidos reorganizaram-se. Com isso houve a criação de uma nova Constituição e o principiaram-se as discussões com relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Sobre esse momento importante da história, Demerval Saviani destaca o seguinte:

com a reabertura política propiciada pela queda do Estado Novo, reorganizaram-se os partidos e foi eleita a assembleia constituinte da qual resultou uma nova constituição promulgada em 18 de setembro de 1946. É nessa carta que iremos encontrar, pela primeira vez, a expressão “Diretrizes e bases” associada à questão da educação nacional. Com efeito, o Artigo Quinto, Inciso XV, Alínea d.) definido como competência de a União legislar sobre “diretrizes e bases da educação nacional”. Dando cumprimento a esse

dispositivo constitucional, o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão composta de educadores de variadas tendências, iniciando-se os trabalhos em 18 de setembro de 1947, quando se comemorava o primeiro aniversário da promulgação da constituição. Dos trabalhadores da comissão resultou um anteprojeto de lei que, recebendo algumas modificações do ministro, deu origem ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional encaminhado pelo Presidente da República Eurico Gaspar Dutra à Câmara Federal em 29 de outubro de 1948, data em que se comemorava o terceiro aniversário da queda do Estado Novo. Do processo assim iniciado resultou, após uma longa transmissão e diversas vicissitudes, a nossa primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional sancionada em 20.12.61 (SAVIANI, 1997, p. 10 e 11).

O destaque acima não é o enfoque dessa investigação, porém é importante citá-lo por apresentar decretos-lei que trouxeram mudanças significativas para a educação, bem como permite compreender o momento político que influenciou essas mudanças. Além disso, a Lei de diretrizes e Bases tornou-se um importante documento de disputas políticas.

Dando continuidade à trajetória do ensino de história, a partir da década de 1950 houve o fortalecimento das críticas em relação aos modelos de ensino “vazio e com métodos ultrapassados”. Tal ensejo partiu de professores que haviam se formado no curso de história, criado em 1934, e que foi responsável pela profissionalização do corpo docente, segundo Bittencourt (2009, p. 82). Através dessas críticas, buscava-se tornar o ensino mais abrangente, onde o aluno ganhasse autonomia intelectual, pois isso seria fundamental para a formação do cidadão político.

Esse cenário mostra como o ensino foi conduzido pelo Estado, confirmando que o controle social é parcial, pois sempre haverá contextos diferentes, conhecimentos diversificados e ressignificação nas práticas. Esses professores utilizaram de seus conhecimentos adquiridos na formação para se fazerem ouvidos, buscando demonstrar ao Estado que uma nação forte não se faz sem uma educação digna que possibilite ao cidadão ter senso crítico do meio em que vive e ter conhecimento necessário para ter autonomia de suas escolhas.

Infelizmente não interessa ao poder público contribuir para tanto, pois se utiliza do pouco conhecimento da população para ter controle da massa, com vistas a proteger sua hegemonia. Como visto ao longo desta pesquisa, a política, por diversas vezes, beneficiou-se da ignorância do povo.

Assim seguiram-se os anos, com o ensino voltado ao trabalho e com vistas a atender o setor empresarial e às políticas desenvolvimentistas de crescimento da indústria. Na década de 1960, as críticas voltaram-se para o ensino secundário, pois o mesmo não possuía uma identidade definida e segundo Bittencourt (2009, p.83) ele foi “a grande vítima dos anos 60 e

do processo de reorganização escolar imposto pela demanda de um público em crescimento acelerado” durante o regime ditatorial.

3.3. As modificações no ensino durante a ditadura militar

A instabilidade política na década de 1960 teve como grande efeito o golpe militar de 1964. Evento este, tido como necessário pelos setores econômicos, para garantir uma ordem econômica que se presumia estar ameaçada. Essa ideia ganhou crédito popular, apoiada na ideologia do nacionalismo, bem como em uma suposição na qual colocava o país à margem de uma “imminente ameaça comunista”.

Diante desse novo cenário, a educação sofreu adequações e readequações. Se levada em consideração as observações apresentadas, no decorrer deste capítulo, quanto à interferência direta da política na educação, esse momento não foi diferente. Estas modificações foram feitas através da Lei nº 5.692/68 que mudou a estrutura do ensino superior “lei da reforma universitária”, e da Lei nº 5.692/71 que reformulou o ensino primário e médio segundo Saviani (1997, p. 21).

Com relação a essa reforma da educação, Bittencourt (2009) faz a seguinte consideração:

a partir da Lei 5.692/71, o secundário descaracterizou-se, dividindo-se em dois níveis com o ginasial tornando-se uma continuidade do ensino primário–primeiro grau de oito anos – e o colegial transformando-se em um confuso curso profissionalizante, denominado segundo grau. Essa conjuntura, que aumentava a participação de um público proveniente de setores diferenciados, provocou mudanças substantivas no processo educativo e efetuou, de maneira indelével, a qualidade da escola pública brasileira. (BITTENCOURT, 2009, p. 83)

Pode-se denotar que as pretensões estabelecidas, com a Lei nº 5.692/71, não se apresentaram consistentes quanto a seus objetivos, além de não buscar corrigir possíveis falhas decorrentes de outras legislações precedentes sobre regulamentos de assuntos relativos à educação. Na verdade, essa “reorganização legal” de certos institutos legais sobre a educação é a grande consequência decorrente de um regime no qual uma de suas mais viscerais intenções era, sem dúvidas, a exortação de seus ideais de preservação de privilégios e vantagens. Isso derivou não só de quem detinha o poder político, mas de quem está no poder (mandando e desmandando em questões que mais interessam a grupos elitistas, do que às classes sociais abastardas), em detrimento da busca e implementação de uma educação que transformasse vidas, que fosse, de fato, de interesse da grande maioria da população brasileira.

Nessa mesma perspectiva, os “afunilamentos” nas disciplinas a serem estudadas possuíam o condão de oferecer uma educação tecnocrata e voltada para o mercado de ocupação, dos setores específicos da vida laboral do trabalhador brasileiro. Elaborar políticas públicas voltadas a uma educação que fornecesse o conhecimento científico e apurado, no qual o aluno conseguisse desempenhar um papel evolucionista no processo de educação (na medida em que suas habilidades e intelecto fossem desenvolvidos), não estava nos planos do Ministério da Educação. Isso pode ser bem expresso quando se apura o conteúdo e teor do respectivo texto de Circe Bittencourt (2009, p. 83 e 84), a saber:

essa conjuntura, que aumentou a participação de um público proveniente de setores diferenciados, provocou mudanças substantivas no processo educativo e afetou, de maneira indelével, a qualidade da escola pública brasileira. A História e a Geografia transformaram-se em Estudos Sociais, para sintetizar o ensino sobre a sociedade e diminuir o número de docentes, e a disciplina que surgiu dessa junção ainda teve de competir com conteúdos dogmáticos provenientes das aulas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. Um conteúdo aligeirado de História e Geografia, de caráter dogmático, passou a prevalecer nos oito anos do primeiro grau. No segundo grau, apesar de a História subsistir, a diminuição da carga didática comprometeu qualquer mudança significativa capaz de subsistir um conteúdo erudito e enciclopédico por outro mais adequado à formação de uma geração proveniente de culturas e condições sociais múltiplas. Houve tentativas, mediante formas de resistência de professores e até mesmo em espaços do poder institucionalizado, mas pouco se realizou, na prática, para a efetivação de um ensino não mais voltado para a formação das elites, mas para um conjunto social amplo em luta por direitos de cidadania. (BITTENCOURT, 2009, p. 83 e 84)

Como se pode depreender havia uma preocupação corrente neste período no qual as ciências, assim delineadas História e Geografia, estavam na qualidade do ensino. Se, por um lado, houve uma expansão do ensino, a ponto de ampliar o número de setores “amparados” pelo Estado, por outro a questão relativa aos efeitos e consequências desse tipo de ensino acabaram por ser objeto de preocupação. Não obstante, o fato de ambas as áreas de conhecimento estarem sintetizadas em um corpo superficial de conhecimento, qual seja “Estudos Sociais”, percebe-se uma proposta político-educacional em que o conhecimento mínimo, ou, considerado “essencial” ganha prioridade e mais importância do que a proposição em abordar o ensino de forma qualitativa.

Outro ponto a ser vislumbrado está na possibilidade de se diminuir o número de docentes. Algo que se pode atribuir e agravar o *modus operandi* do ensino a ser proposto para o corpo discente, pois não bastasse as ponderações críticas sobre a qualidade do ensino, ainda se verifica uma considerável desvalorização da carreira docente. A redução da grade curricular,

tendo por consequência o descaso com a carreira docente (especificamente no que tange ao ensino de História), mostra o quanto há interesse em descredibilizar disciplinas cujo teor e importância estão em promover um ensino pautado no conhecimento da realidade, através daquilo que foi construído ao longo do tempo pela sociedade, com fins em aprender a transformar o tempo presente. Sem dúvida de que um repertório que tende a fomentar a libertação dos espíritos oprimidos pela máquina exploratória do capitalismo não interessa (em nada) aos detentores de poder que se nutrem de privilégios hegemônicos.

Nesse ponto desta dissertação, é mister uma pequena menção ao seguinte fato: a questão relativa ao momento social e político por que o Brasil passava na década de 70 (setenta) do século XX, comungado com os rumos pelos quais a educação passava a trilhar com o regime de exceção, instalado em abril de 1964, trouxe movimentos de resistência por parte de estudantes, que se recusaram a participar dos trabalhos tendentes na busca por uma “reforma universitária” datada para 02 de julho de 1968, como bem delinea Saviani (1997, p. 22):

A recusa dos estudantes se explica uma vez que o movimento estudantil universitário se transformara no único foco de resistência manifesta ao regime militar. E uma das principais bandeiras de mobilização era a reforma universitária. Em 1968, levando ao extremo suas pretensões, os estudantes decidiram fazer a reforma pelas próprias mãos. No mês de junho ocuparam as principais universidades e instalaram-se cursos piloto e comissões paritárias, ficando algumas escolas sob o controle dos alunos durante o mês de julho e praticamente todo o segundo semestre. É nesse quadro que o governo, como que raciocinando em termos de “ façamos a reforma antes que os outros façam”, apressou-se a desencadear o processo baixando em 2 de julho, portanto no auge da crise estudantil, o Decreto nº 62.937 que instituiu o Grupo de Trabalho da reforma universitária. O Grupo de Trabalho funcionou, portanto, sem nenhuma representação estudantil. Dadas as circunstâncias em que o Grupo foi instituído, o governo tinha pressa. Por isso concedeu-lhe apenas 30 dias para concluir os trabalhos. Não foi, porém, apenas nesse momento que o governo se voltou explicitamente para essa questão. A crise estudantil simplesmente apressou o desfecho de algo que estava nas cogitações do governo militar desde sua instalação. [...], importa lembrar que em 1961 foi criado o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) por iniciativa de um grupo de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tal instituto funcionou até 1971 como um verdadeiro partido ideológico do empresariado; tendo desempenhado papel fundamental na deflagração do golpe de 1964, exercendo influência decisiva na estruturação do novo regime e na formulação de diretrizes governamentais, de modo especial nos âmbitos político e econômico. (SAVIANI, 1997, p. 32)

Como se pode perceber a dualidade de posições apresentadas neste quadro mostra o quanto a relação de causa e consequência, da qual o governo militar é o grande responsável (vez que criou as primeiras tensões no embate com a classe estudantil), tendia ao favorecimento político-ideológico do regime. Não dissonante dessa premissa, vê-se no campo empresarial a

fusão dos elementos de ordem financeira e ideológica, uma vez que, se de um lado têm-se os valores muito caros aos militares, por outro lado, havia o financiamento para que os ideais fossem não só mantidos, mas permanentes e duradouros. Afinal, o componente doutrinário dos mandatários, do poder político e econômico, necessita de um arcabouço de ideias que os mantenham vivos e que legitimem sua existência.

Além disso, não deixaria de destacar o fato de o movimento estudantil manter-se firme, ativo e resistente, ante a constância de um movimento sócio-político de índole autoritária, cujo papel seria o de subjugar os interesses educacionais aos intentos reducionistas e retrógrados em relação ao desenvolvimento da educação no país. Os movimentos de resistência mostram não só um componente crucial de luta pela educação pública de qualidade, como pela democracia; e se trata de uma luta eivada de substrato acadêmico-científico, tanto que conseguiram montar grupos de estudo, trabalho e pesquisa acerca de como se criar uma reforma universitária e levaram esses aspectos até as escolas. O fato de ocuparem as escolas mostra o quanto havia um intento de ampliar o debate e buscar o apoio da comunidade escolar, para integrarem a resistência universitária, por uma educação qualitativa e menos opressora e ideológica (consequentemente, partidária).

Nesse contexto e, ainda, com base nas manifestações, mobilizações, levantes populares e atos de contestação (com foco na resistência por mais educação, democracia e liberdade) vale frisar que os educadores também tiveram participação crucial no aporte intelectual, para fins de nutrir a opinião pública e a comunidade educacional contra o recrudescimento educacional que o regime militar buscara impor. Nesse sentido, é de salutar importância a menção a Saviani (1997, p. 33 e 34) que assim destaca:

a organização dos educadores no período referido pode ser caracterizada através de dois vetores distintos: aquele caracterizado pela preocupação com o significado social e político da educação, do qual decorre a busca por uma escola pública de qualidade, aberta a toda população e voltada precipuamente para as necessidades da maioria, isto é, das camadas não dirigentes; e outro, marcado pela preocupação com o aspecto econômico-corporativo, portanto de caráter reivindicativo, cuja expressão mais saliente é dada pelo fenômeno das greves que eclodiram a partir do final dos anos 70 e se repetem em ritmo, frequência e duração crescentes ao longo da década de 80 e penetram nos anos 90. O primeiro vetor é representado pelas entidades de cunho acadêmico-científico, isto é, voltadas para a produção, discussão e divulgação de diagnósticos, análises, críticas e formulação de propostas para a construção de uma escola pública de qualidade [...]. O segundo vetor é protagonizado pelas entidades sindicais dos diferentes estados do País, articuladas em âmbito nacional pela CNTE (Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação) [...]. (SAVIANI, 1997, p. 33 e 34)

As linhas de mobilização de educadores e profissionais da educação pública brasileira mostram, de forma incita, o quão instigante são as “frentes de batalha” por uma educação de qualidade no Brasil. Ainda que se esteja vinculando essas afeições de ordem teórico-histórica, vale a ressalva de que o aporte científico está pareado com a busca pelos direitos a uma educação pública de qualidade, de modo a reverberar nos componentes mais assíduos das lutas dos trabalhadores e cientistas da educação, em tempos contemporâneos.

Isso porque essas pautas ainda são discutidas e debatidas, mesmo com os diversos obstáculos apresentados à educação no Brasil, como é o caso de tentativas correntes de introdução dos vieses político-ideológico (os quais ainda em curso, como fora no período de exceção sócio-política protagonizado pelos militares, como visto anteriormente) e a degradação das carreiras educacionais (infelizmente, contando com o apoio quase incontestado de boa parte da sociedade que muito pouco sabe das mais diversas questões educacionais vigentes).

Assim, mais uma vez, surge a necessidade de se modificar o aspecto conjuntural e estrutural da educação no Brasil. Pautando essas premissas nas modificações da legislação educacional do tempo presente e, mais do que nunca, na defesa de um governo efetivamente civil-democrático que respeite o primado das garantias fundamentais à educação de qualidade, conforme apontamento de Saviani (1997, p. 34).

3.4. As reformas educacionais no ensino de história nos governos de FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro.

Para compreender de forma coesa a atuação dos governos em destaque nessa parte da pesquisa, faz-se necessário cortejar dois fatores da década de 80, do século XX, que foram essenciais para que houvesse as reformas educacionais. A primeira foi o fim do Regime Militar no Brasil, no ano de 1985, com a posse da presidência por José Sarney, esse período ficou conhecido como Nova República.

No que se refere ao ensino, com a redemocratização iniciava-se um novo tempo, em que se buscava repensar a disciplina de história que deixava de se ajustar aos interesses do Estado autoritário, para se dispor a atender aos serviços de uma sociedade democrática. Tratava-se, portanto, da “preparação dos cidadãos para uma sociedade democrática” (Fonseca, 2003, p. 91). Havia nesse momento uma nova organização do ensino de história, que deixava aos poucos de enaltecer grandes feitos de “heróis” fabricados pelo Estado, para discutir questões e problemáticas da realidade social vivenciada.

A passos curtos, foram se incorporando personagens marginalizados pela história oficial, o tempo histórico não mais era determinado por uma linearidade, e a relação passado presente e futuro sofreu alterações significativas pela introdução de novas abordagens. O currículo de influência americana, que pouco ou nada se interessava pelo conhecimento de cunho social, abriu espaço para o currículo europeu que se conduzia por um contexto dinâmico nas questões sociais e culturais. (Fonseca, 2003, p. 91-95).

Outro fator de significativa importância foi a promulgação de uma nova Constituição, em 05 de outubro de 1988. Um grande marco na história do Brasil que consolidou a transição de um regime autoritário para o democrático. A “Constituição Cidadã” trouxe em seu bojo garantias fundamentais, assegurando o direito de todos, sem distinção de classe social, inclusive o direito à educação como dever de oferta do Estado (pelo menos do ponto de vista legal), ou seja, educação pública e gratuita.

Com isso, pode-se perceber que os dois fatos expostos denotam uma significativa modificação do cenário político e, como visto durante todo este capítulo, a política tem efeito direto na educação, através do já mencionado contexto da influência que conta com diversos atores na disputa pelo poder de decisão.

Assim sendo, o grupo que alcança o poder de influenciar é quem vai determinar o contexto seguinte ao da produção de textos, que será a base direcionadora da prática educacional em sala de aula. No caso da década de 90, os contextos se direcionaram para reformulações curriculares, de modo a acompanhar uma tendência internacional, como destacado por Bittencourt (2009, p. 100):

a série de reformulações curriculares na década de 90 do século XX não foi um fenômeno nacional. Outros tantos países também sofreram mudanças em seus currículos oficiais, e muitas dessas propostas curriculares, como as dos países integrantes do MERCOSUL, a de Portugal e a da Espanha, possuem a mesma estrutura na organização dos documentos oficiais e a mesma terminologia pedagógica. (BITTENCOURT, 2009, p. 100)

É notável que as modificações do currículo carregavam consigo um significado político e social para direcionar a educação escolar aos moldes favoráveis ao governo que buscava determinar o grau de importância das disciplinas, considerando umas mais “úteis” do que outras (diga-se de passagem, essa discussão sobre a importância das disciplinas está bem viva no atual governo de Jair Bolsonaro que desmerece disciplinas da área de humanas).

Voltando para a década de 90, no século XX, a reforma do currículo atendia a uma “nova ordem mundial” de vertente capitalista, voltada para a lógica de mercado, visando uma

formação para o trabalho. Sobre essa perspectiva, Bittencourt (2009, p. 102) descreve da seguinte forma:

para esse modelo capitalista criou-se uma “sociedade do conhecimento” que exige além de habilidades intelectuais mais complexas, formas de manejar informações provenientes de intenso sistema de meios de comunicação e de se organizar mais autônomas, individualizada e competitivamente nas relações de trabalho. (BITTENCOURT, 2009, p. 102)

Tendo em vista esse modelo de ensino, é possível depreender a desigualdade social na qual vive a sociedade. Além disso, cabe ressaltar que o Brasil é um país emergente com sérios problemas sociais e o modelo de ensino estabelecido favorece um abismo entre as classes, provoca desemprego, miséria e ignorância. Diante dessa situação cabe à sociedade se adequar a esse modelo competitivo e mercadológico do ensino para que tenham o mínimo de chance de “estabilidade” financeira e igualdade social.

Em relação ao ensino, a partir da década de 1990 há uma influência da nova história, advinda da 3ª geração dos *Annales* e da história social inglesa, que saiu do âmbito exclusivo da academia para firmar-se, com precisão, no âmbito do ensino de história, segundo Mathias (2011, p.47). Há também a introdução de novos temas no livro didático como cotidiano, família, lazer, sexualidade, feitiçaria, inquisição, vida privada, infância, memória, mentalidade, imaginário, dentre outros.

O centro de reconfiguração curricular do ensino de história foi direcionado para uma busca de se compreender as chamadas “realidades históricas”, em um alterar de posições cuja perspectiva se mostra crítica. Isso se fez necessário à medida que as experiências de vida dos alunos apresentaram-se como elemento importante na tarefa de inserir os discentes no contexto histórico e, assim, torná-lo mais do que um expectador ou “testemunha da história”, mas antes um sujeito da história. A tentativa dessa iniciativa possuiu a intenção precípua de desvincular o currículo das visões evolucionistas das sociedades histórico-humanas e fomentar o debate, o discurso e as diversas experiências de vida e, com isso, desenvolver o pensamento reflexivo da história.

Trata-se de uma nova e elementar abordagem do ensino de história, desviando-se didática e pedagogicamente das visões clássicas de pesquisa em história na qual havia uma valorização estratosférica da história política, dos “grandes homens” e tendo por base os documentos oficiais e escritos.

3.4.1. Reforma Educacional Brasileira na Era Fernando Henrique Cardoso: A Política Neoliberal no Centro do Poder

O ano de 1995 iniciou-se com a posse de um novo Presidente da República: o sociólogo **Fernando Henrique Cardoso**. Apoiado em uma perspectiva de bons ares da economia brasileira que começava a respirar de modo mais tranquilo, após o patrocínio de sua excelência e fomento do chamado plano real, em meados de 1993, ocasião na qual ocupava o cargo de Ministro da Economia, no anterior governo de Itamar Franco.

Ao trilhar por um caminho neoliberal, em muitas de suas ações governamentais a figura de FHC (sigla com as iniciais do nome do então presidente) também adentrou no campo educacional, e ficou mais evidente com a busca por realizar reformas educacionais no Brasil.

Isso se mostrou bem delineado na modificação da chamada **Base Nacional Curricular Comum** e na vigência de uma nova **Lei de Diretrizes e Base** da educação nacional (LDB). O intento do governo, neste caso, era incutir na LDB um currículo comum, para fins de padronizar os currículos de ensino, de modo a ter disciplinas obrigatórias. Não se trata de algo muito novo, vez que se verifica tal situação desde a década de 80, do século XX (MACEDO, 2014, p. 1532).

Ainda nesse contexto, cabe a reflexão de Macedo (2014, p. 1532), que assim comenta este aspecto da reforma educacional do período FHC:

as articulações políticas que levaram à menção da base nacional comum na LDB seguiram produzindo outras normatizações, ainda que a referida Lei não tenha indicado a necessidade de tais normatizações. A rigor, a LDB permite a compreensão de que a base nacional comum é constituída pelo que segue estabelecido nela própria.

A menção à base nacional comum se associou à discussão sobre diretrizes curriculares nacionais que se seguiu à promulgação da Lei. “Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, quês nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” figurava entre as competências da União pelo artigo 2º da LDB (BRASIL, 1996). No entanto, antes mesmo da sua promulgação, a anterior Lei 4.024 já havia sido modificada pela Lei 9.131/95 com a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), cujas atribuições eram “normativas, deliberativas e de assessoramento Ministro da Educação e do desporto” (Brasil, 1995, artigo 7º). Uma dessas atribuições referia-se explicitamente a “deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto” (Brasil, 1995, artigo 9º). A competência para legislar sobre o currículo foi, então, dividida entre dois atores políticos que, como argumentam Bonamino e Martinez (2002), operam com lógicas diversas (MACEDO, 2014, pag. 1532).

Assim uma das premissas do governo FHC foi a padronização de um currículo para ser base para outros currículos, quais sejam dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Apesar

desse esforço político é perceptível que a lei seguiu um curso próprio, sem dialogar muito com as tentativas governamentais de padronizar os currículos. Assim, não restaram muitas opções senão uma descentralização de competências para legislar na questão dos currículos, algo que levou à tomada de outras diretrizes governamentais para continuar seu intento reformista.

Para o ensino de história essa uniformização do currículo não foi bem vinda, visto que há uma pluralidade cultural e de visões sociais as quais não seriam contempladas em uma base nacional comum de currículo. Haveria, pois, uma seleção de conteúdos e qual deles seria o mais importante? Logicamente aquele que de alguma forma interessasse à elite social. É com esse sentimento de insatisfação que Fonseca (2003) tece a seguinte crítica:

[...] a ideia de que se deve aceitar tudo, estudar tudo, valorizar tudo, sugerindo o velho chavão “tudo é história”, ou mesmo uma volta do presenteísmo em nome do respeito, da valorização dos interesses e da vivência dos alunos, pode conduzir à diluição do objeto da disciplina. Em decorrência, há uma restrição do acesso ao conhecimento histórico (FONSECA, 2003, p. 35).

Independente da visão governamental sobre os currículos escolares, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito Presidente da República, nas eleições majoritárias de 1998, mediante uma proposta de emenda à Constituição Federal que possibilitou a reeleição para o maior cargo político do país (e que foi seguido pelos cargos de prefeito e governador). Além disso, como dito anteriormente, FHC foi caracterizado por protagonizar um governo de cunho neoliberal na parte educacional, e como exemplo disso tem-se um considerável aumento no oferecimento de matrículas em escolas públicas, e o contrassenso em diminuir sua atuação no Ensino Superior.

As medidas adotadas por FHC intensificaram a privatização do Ensino Superior, mecanismo governamental que promoveu uma desvalorização e tornou precárias as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas. Trata-se de uma postura que buscava o enfraquecimento das lutas e o fortalecimento da omissão estatal em promover a educação de qualidade no Brasil, enquanto direito e garantia fundamental.

É importante frisar que o governo de FHC tinha como propósito ações governamentais neoliberais cujas influências estão nas ideias, finalidades e objetivos mercantilistas de organizações internacionais multilaterais, que exercem papel de interferência no sistema de financiamento da educação, situação está que é bem colocada por Cerri (2004, p. 215) a seguir:

O primeiro aspecto a destacar é a internacionalidade dessas leis que se autodenominam nacionais, uma vez que respondem prioritariamente a imperativos de organismos internacionais, bem como a orientações assumidas como nacionais por tecnocratas formados e treinados sob a ótica primeiro-

mundista sobre os nossos problemas. A “inspiração” em recomendações de órgãos como FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento acarreta marcas profundas nesses programas, entre as quais podemos destacar o economismo, o determinismo tecnológico, a racionalidade técnica e o condicionamento da cidadania a ser formada. (CERRI, 2004, p. 215)

Assim, a pressão sofrida por países em desenvolvimento tende a ser norteadora das políticas educacionais, situação que mostra o quão intensificado é a dominação econômica dos países ricos sobre tais nações. Os instrumentos de controle mais aprimorados, conhecidos e utilizados são as avaliações de larga escala que permitem a medição do desenvolvimento da educação, sendo que as disciplinas objeto de análise são de Língua Portuguesa e Matemática, tidas como “úteis” para a formação da mão de obra que almejava constituir.

Assim, através das observações extraídas de políticas governamentais da gestão FHC pode-se concluir que as políticas estabelecidas se voltavam para uma educação fustigada por interesses extranacionais, ou seja, guiados pelas organizações internacionais portadoras de grandes aportes financeiros. Além disso, têm-se os interesses dos grupos políticos e dominantes, sempre com a tendência vigente em utilizar o poder político em favor de seus interesses mais viscerais.

Nesse caso, observa-se que as medidas foram bastante significativas para a educação brasileira, como o caso da instauração e vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) Nº 9.394/96, bem como a expansão de vagas em escolas públicas; porém as atitudes depreciativas quanto à valorização da educação brasileira, como um todo, deixou jovens de baixa renda sem condições essenciais de progredir no ensino, sem poder transformar suas realidades, tampouco contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. Nesse governo, criou-se a ideia de se transmitir o mínimo de conhecimento possível, para fins de pessoas ocuparem o cabedal de mão de obra barata, para o mercado de bens de consumo e prestação de serviços.

3.4.2. Políticas Educacionais nos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff

Nos próximos tópicos serão destacadas as principais políticas educacionais constantes nos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma. Tais governos (conforme se verá a seguir) buscaram promover reformas que trouxessem a promoção de inserções de grupos sociais que historicamente foram submetidos a situações de ausência plena de incentivos governamentais e estatais que lhes levassem a um nível de desenvolvimento humanamente valoroso e digno.

Assim sendo será abordado de início os trâmites realizados na gestão Lula, a forma como foram desenvolvidas algumas políticas durante seus dois mandatos e que tiveram continuidade e aprimoramento no Governo Dilma. Trata-se de uma verificação dos esforços e iniciativas dos referidos governantes em buscar uma diminuição das desigualdades sócio-educacionais existentes, bem como a evocação da realidade ainda precária de muitos cidadãos que necessitavam ser vistos. Haja vista que após a ditadura militar criou-se uma memória dominante que “apagou a existência de movimentos sociais que reivindicavam melhorias” segundo Silva (2009, p. 33). Assim, durante esses governos voltaram a ter visibilidade e um lugar na história e nas rodas de debates.

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República em 2003, ficando até 1 de janeiro de 2006, ocasião na qual concorreu a um segundo mandato e reassumiu o cargo, ficando até 1 de janeiro de 2011. Sua gestão foi caracterizada pelas prioridades conferidas aos problemas e questões sociais, partindo da grande quantidade de pessoas abaixo da linha da pobreza, má distribuição de renda. Com isso, gerando emprego e renda, bem como visando a inserção de grupos minoritários na sociedade, através de políticas públicas de reconhecimento da cidadania e dignidade da pessoa humana.

No quesito educação o primeiro mandato conferiu a devida continuidade às políticas educacionais que já se encontravam em andamento no governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, como destacado por Oliveira (2009, p. 02):

Os principais quatro anos de mandato de Lula podem ser caracterizados, no que se refere à educação básica, pela ausência de políticas regulares e de ação firme no sentido de contrapor-se aos movimentos de reformas iniciadas no governo anterior. Assim assistimos nesses quatro anos ações esparsas e uma grande diversidade de programas especiais, em sua maioria dirigidos a um público focalizado entre os mais vulneráveis. (OLIVEIRA, 2009, P. 02)

Neste ponto da história vêm-se atores políticos diferenciados (em relação aos agentes políticos do governo anterior), uma vez que estes tinham por objetivo atender as reais necessidades de uma população esquecida e marginalizada. Os esforços voltam-se, em um primeiro momento, para a recuperação da dignidade da pessoa humana, para que assim as pessoas mais necessitadas, com menos recursos sócio-econômicos, enxergassem na educação uma oportunidade instigante de mudança de vida, em sua plenitude.

No que tange às mudanças no ensino de história, destaca-se a promulgação da Lei Nº 10.635, de 09 de janeiro de 2003, que alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) nº 9.394/96 e incluiu no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade da temática

de **História da Cultura Afro-Brasileira**. Isso foi algo muito significativo, uma vez que, até então, o ensino de história tradicional não valorizava a figura de agrupamentos sociais, os quais apesar de possuírem valores, tradições e culturas bem acentuadas; não obtiveram espaço na pesquisa e na produção do conhecimento da história, enquanto disciplina e componente de uma grade curricular e escolar. Sobre esse momento do ensino de história, Bittencourt (2018, p. 142) elucida:

De forma inédita, como fruto das lutas de movimentos sociais foram introduzidas a História da África e das culturas afro-brasileiras e a História dos indígenas por intermédio das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que estão em processo de integração em currículos ainda submetidos à lógica eurocêntrica, mas que anunciam uma formação política e cultural para o exercício de uma cidadania social com vistas a um convívio sem preconceitos e democrático. (BITTENCOURT, 2018, p. 142)

Assim sendo, a referida lei tinha por meta corrigir e aprimorar o ensino de história, e porque não dizer a inclusão dos grupos sociais esquecidos pela sociedade (e pelo poder público), nos mais diversos e dinâmicos espaços de discussão. Pode-se afirmar, sobre essa premissa, que a lei também tinha como propósito a democratização do ensino de história, de modo a torná-la objeto de formação dos grupos sociais historicamente renegados, não somente por intermédio da lei ou do ensino (propriamente dito), mas, da educação como um todo.

Ademais, até o final de seu segundo mandato, o ex-presidente Luiz Inácio implementou as seguintes políticas educacionais:

- Criação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica) em 2006;
- Lei nº 10.832/03 – Salário Educação;
- Capacitação de professores da Educação Básica;
- Ampliação do programa nacional do livro didático;
- Ampliação do ensino universitário federal;
- Programa universidade para todos (PROUNI).

Entre outras iniciativas e ações governamentais voltadas à educação que produziram melhoras na oferta e qualidade do ensino público no Brasil.

Dilma Rousseff entrou para a história política do Brasil como a primeira mulher a assumir a Presidência da República, de 1 de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016, na sucessão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, governante o qual tinha como Ministra – Chefe da Casa Civil a personalidade de Dilma. Por obséquio, Dilma foi apoiada por Lula e tinha como

proposta de campanha dar continuidade às medidas político, administrativas e sociais da gestão anterior, a qual fora concluída com altos índices de aprovação e popularidade por parte do eleitorado.

De modo mais específico pode-se afirmar que Dilma fomentou a criação do **PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)** em 2011, por meio da Lei nº 12.513/11, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica através da assistência técnica e financeira. Essa iniciativa pode ser vista de duas formas. A primeira é uma continuidade aprimorada do que já vinha ocorrendo desde a década de 1950 com a formação mínima para as classes que não tinham a oportunidade de avançar nos estudos e tornavam-se operários. Por outro lado, nota-se que essa lei como uma forma de assistência social educacional (pois recebiam um auxílio financeiro para custear despesas de transporte e alimentação), para o fortalecimento das perspectivas de jovens que após concluírem seus cursos pudessem firma-se no mercado de trabalho e tivessem condições de cursar o nível superior mais adiante, com a segurança de um emprego para suprir as necessidades de suas famílias.

Em agosto de 2014 sancionou-se a lei que destina metade das vagas em universidades federais para estudantes de escolas públicas. Como se vê a medida buscava ampliar as chances e oportunidades de um cidadão de baixa renda cursar um aprendizado de nível superior. No tocante ao ensino de história, vê-se o crescimento e incentivo dos mais diversos debates sobre a importância dos estudos referentes à cultura afro-brasileira, indígena e acerca de questões ambientais e de gênero.

A conscientização de que todos os assuntos são de suma importância e devem ter o devido espaço de discussões, debates e possam suscitar ideias e hipóteses, em um ambiente plenamente democrático e de respeito mútuo entre as partes envolvidas, é algo extremamente positivo para um país que pretende se desenvolver sócio e economicamente. Isso tende a produzir políticas públicas para fins de sanear boa parte dos problemas sociais do Brasil através da educação, situação que é bem apresentada por Teixeira (2002, p. 04), a saber:

na visão social-democrata, concebem-se os benefícios sociais como proteção aos mais fracos, como compensação aos desajustes da supremacia do capital, o que, ao mesmo tempo, garante sua reprodução e legitimação; as políticas públicas tem papel regulador das relações econômico-sociais, são constituídos fundos públicos para serem utilizados em investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento e em programas sociais. Essa concepção foi traduzida no sistema do chamado Estado do Bem-Estar Social, cujo aparato cresceu muito, levando a uma relativa distribuição de renda e ao reconhecimento de uma série de direitos sociais, mas também a um controle político burocrático

da vida dos cidadãos, considerados como objetos, como meros consumidores de bens públicos. A partir dos anos 70, esse modelo entra em crise devido às mudanças no processo de acumulação, com novas tecnologias, com novos padrões de relação de trabalho, provocando o esgotamento das possibilidades de atendimento às necessidades crescentes da população, o burocratismo, a ineficiência do aparelho governamental. (TEIXEIRA, 2002, p. 04)

Apesar de ser um grande desafio, pois há práticas e ideias que buscam a manutenção do contrário desse desenvolvimento, em sua plenitude. No entanto é esta situação que move esforços dos educadores para fins de manter os espaços de debates e discussões, no âmbito de tais questões de cunho social.

Pode-se aferir que os dois períodos governamentais, acima citados, contribuíram de forma significativa para o aprimoramento de debates sobre questões raciais, de gênero, sexualidade e diversidade. Assuntos estes que deixaram, em parte, de ser tabu e passaram a ser trabalhados nas aulas de história com mais liberdade, ainda que haja posições contrárias.

3.4.3. O (des)governo Jair Messias Bolsonaro

É fato que este governo está apenas no seu primeiro ano de mandato, porém já é possível analisar algumas ações do novo governo. Bolsonaro fora eleito em um contexto sócio-político dos mais conflituosos. A dualidade corrente entre “direita” e “esquerda”, bem como as problemáticas relativas a diversos casos de corrupção, verificados ao longo de muitos anos, culminando em um caos de fundamentos, finalidades e propósitos no quais a classe política se encontrava. Esse cenário contribuiu para a revolta de boa parte da população que como forma de mostrar seu descontentamento com a política elegeu e levou o atual Presidente ao Palácio do Planalto.

Há de se frisar que Bolsonaro embasava (e ainda fomenta) seu discurso de enfrentamento ao que intitula de “ideologia de gênero”, somado a uma “luta” contra o “socialismo”. O qual, segundo ele, seria oriundo das políticas estabelecidas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), além do enfrentamento à corrupção – tida como uma verdadeira “bandeira de luta pelo ex-parlamentar da Câmara Federal.

Não obstante a isso, até o presente momento, não houve ações governamentais mais acentuadas nas questões econômicas, além da ausência considerável nas problemáticas relativas à educação como um todo.

De início tem-se a nomeação de Ricardo Vélez Rodrigues como Ministro da Educação, que implementou um viés ideológico em sua gestão, tendo como medidas iniciais uma

determinação às escolas que o hino nacional fosse cantado pelos alunos e a filmagem dessa cena fosse encaminhada ao Ministério. Além disso, em uma entrevista ao jornal *Valor Econômico*, defendeu mudanças significativas nos livros didáticos no que concerne ao golpe militar de 1964 e o regime então implantado (ações voltadas a descaracterizar o ensino de história e regredir para um ensino cívico).

Fora isso, houve várias trocas de nomes de pessoas de alguns cargos do Ministério, como é o caso do INEP, instituto responsável pela avaliação do ENEM (Exame Nacional no Ensino Médio), entre outras avaliações de desempenho do ensino no Brasil; o qual está com a quarta pessoa a ocupar a presidência desde o início do governo. Além disso, a Secretaria Executiva foi ocupada por 5 nomes distintos em menos de 1 ano. Para muitos educadores, situações como essa tornaram ainda mais deficitárias as ações e políticas de desenvolvimento da educação no Brasil.

Não perdurou muito tempo, Vélz Rodrigues foi exonerado e quem assumiu seu lugar foi a figura controversa de Abrahan Weintraub. Com um perfil tecnocrata de administrar, Weintraub criou um verdadeiro campo de batalhas com as universidades federais ao ameaçar o envio de investimentos para as IFES (Institutos Federais de Ensino Superior) que não apresentassem “resultados satisfatórios” e só promovessem “balbúrdias”. Além disso, algo que levou a protestos em diversas cidades do país foi o chamado “contingenciamento” de recursos financeiros para as universidades e institutos federais na ordem de R\$ 1,5 bilhão de reais, somada ao corte acentuado de bolsas para fins de pesquisa em cursos de pós-graduação.

É notável que até o fechamento de seu primeiro ano de mandato não se verificam medidas concretas ou a médio e longo prazo que permitam traçar um perfil (ainda que incipientemente superficial ou genérico) sobre quais são as reais finalidades do atual governo, no tocante à educação brasileira. Deixar de criar conflitos com professores e alunos, a fim de buscar um sentido quanto às reais necessidades da educação no Brasil, visando uma gestão enfaticamente democrática, poder-se-ia considerar um princípio de mudanças significativas no campo educacional.

Independente das ideologias políticas, em franco processo de “erupção político-ideológica” espera-se que neste ano de 2020, tendo em conta que o erário público federal será próprio do governo Bolsonaro (vale lembrar que o orçamento de 2019 decorria do governo Michel Temer), e assim, com as ações governamentais na economia; os trâmites educacionais respirem novos ares.

Entretanto, vale ressaltar que as grandes mudanças são promovidas (efetivamente) pelo povo, e suas mais diversas manifestações de ordem sócio-políticas. Assim, cabe sempre a vigilância e cobrança que nutrem o Estado Democrático de Direito. Aguardam-se (com olhos e mentes bem abertas) os próximos capítulos do “passeio de Bolsonaro”, pela Presidência da República”.

No mais, é interessante observar que Bolsonaro busca resgatar um modelo de educação histórico-cívico e patriótico já abordado, durante esses capítulos, na década de 1930. Um modelo ao qual já começou a colocar em prática, com a criação de escolas estaduais militarizadas onde o civismo e a disciplina militar são primordiais.

Com relação ao ensino de história, é sentido por boa parte dos educadores que se está regredindo nos debates na sala de aula. Assuntos que envolvam política, gênero e etnia estão sendo vistos como doutrinação e tratados como tabu para professores da área de humanas que são vistos como doutrinadores. Inclusive, em publicações nas redes sociais, o Presidente destaca que as disciplinas de humanas não são tão “úteis” quanto às outras, isso finda remetendo ao discurso arcaico das décadas anteriores.

Diante de todo esse capítulo buscou-se demonstrar que o poder político exercido na educação e, principalmente, no ensino de história pode modificá-la. Bem como, modificar todo um período histórico somado ao pensamento dos indivíduos que nele encontram-se. Além de influenciar naquilo que foi escrito e publicado em dada época, a história caminha lado a lado com o desenvolvimento e modernização e com o retrocesso de uma sociedade.

Assuntos que nos séculos XIX e XX eram renegados ou tidos como tabu, no século XXI passaram a ser tratados com naturalidade acadêmica e foram inseridos nos currículos escolares; são notáveis as mudanças sofridas pelo ensino de história durante esses três séculos, e mesmo com todas as reformulações, adequações e modernizações, é necessário reconhecer que os professores de história ainda terão novos e velhos desafios para atravessar.

Atualmente, esses desafios têm se intensificado desde as reformas educacionais ocorridas na década de 90, do século XX. Com isso, os reformadores de organismos internacionais buscam cada vez mais protagonismo nas decisões das políticas educacionais brasileiras, através da influência exercida dentro de uma rede que comporta empresas, ONGs, políticos com poder de decisão, entre outros. Assim, tende-se a direcionar o ensino para um patamar competitivo que beneficie uma lógica de mercado capitalista.

Para atingir esses objetivos, criaram-se mecanismos de avaliações focalizadas em disciplinas tidas como “úteis” para o mercado de trabalho (Português e Matemática) e

menosprezam disciplinas de ciências humanas; por entenderem que elas ensinam os alunos a terem senso crítico, e isto, não corrobora com os planos de criar mão de obra barata e massa de manobra política, portanto não fazem parte de um ideal capitalista.

Em relação à disciplina de história, vê-se que desde a sua obrigatoriedade como disciplina escolar foi tida como uma ferramenta que poderia beneficiar a política ou levá-la a perdição. Por isso sempre foi observada e influenciada de perto por quem detinha o poder político estabelecido, firmado (e, por que não dizer, hegemônico?), no sentido de se alternar os sujeitos ativos das mais diversas decisões político-administrativas e históricas. Mas, o pensamento, valores e ideologia permaneceram com os que sempre dominaram os contextos sócio-políticos. Em síntese, tem uma permanência dos ideais conservadores sob a óptica dos diferentes atores.

A história, enquanto disciplina, tem no seu escopo mais substancial a efetiva dualidade ou tripartite. Isso porque há os mandatários não só do poder político, mas econômico também (ou, quiçá, os dois mantidos em uma só pessoa ou grupo de pessoas) e as narrativas das classes subalternas que não possuem muitos recursos econômicos, ideológicos e políticos para investir na promoção da própria história.

Nesse sentido, a promoção de um ensino de história que contemple uma visão e aprofundamento de muitas questões históricas das mais diversas pessoas e grupos sociais que contribuem para sua existência é de uma importância sem igual, para se possibilitar a reformulação das formas e estruturas de pensamento crítico da sociedade. Além de se buscar uma evolução humanística, sempre pautada em valores dos quais o ser humano se engrandeça em seus direitos e deveres sociais. Isso é algo que deveria sair do mísero discurso retórico, dogmático e doutrinário e ser posto em prática.

Assim, isso tende a ser possível quando a história for analisada e valorizada não como um consto ou descrição daquilo que fizeram ou deixaram de fazer no passado (à medida que as mais diversas ações humanas interferem na vida social), mas como um repositório consistente de informações e conhecimentos que podem indicar ou apontar os caminhos que o ser humano tem que seguir para não cometer as mesmas falhas, para não ostentar o passado sob ares de “modernidade”. Ou seja, quando algo aparentemente se apresenta como novo, mas carrega em si a permanência de pensamentos retrógrados, que não cabem mais ostentação, prestígio e orgulho no século XXI.

3.5. Resultados da Pesquisa: Descobertas e entrelinhas

Nesta seção, objetiva-se apresentar os resultados da pesquisa realizada, através da análise de dois periódicos brasileiros: a revista História Hoje e a revista Cadernos de História. Com o intuito de obter o estado do conhecimento do ensino de história no período de 2010 a 2019, ou seja, descobrir como foi desenvolvida a produção desta área, durante os anos acima mencionados.

Importa salientar que ao longo desse tempo passou-se por diversas mudanças e momentos delicados, no que tange aos aspectos políticos e sociais. Sendo assim, acredita-se que os artigos produzidos nesse período retratam, através dos assuntos trabalhados, tais aspectos, seja por discutir questões sociais diversas, por trabalhar com a inovação do ensino, com a inserção de novos conteúdos ou com a dificuldade de se ensinar a história em momentos delicados e conflituosos.

No primeiro momento apresentar-se-ão os dados obtidos nos artigos com o auxílio da categorização explicitada no capítulo metodológico e, em seguida, será feita uma análise dos aspectos políticos e sociais que possam ter influenciado nos conteúdos dessas publicações.

Para a obtenção dos dados foram selecionados sessenta e seis artigos com a temática “ensino de história”. Para analisá-los de forma aprofundada foram feitas leituras individuais de cada um e as informações importantes foram destacadas e armazenadas no quadro-síntese, do qual seu modelo está disponível no primeiro capítulo dessa pesquisa.

Após o término das leituras e da organização das informações, os quadros-síntese foram impressos e separados por ano de publicação, analisados e enumerados conforme cada categoria pré-estabelecida na metodologia da pesquisa. Através da enumeração foi possível a tabulação dos números em tabelas.

A tabela mostra a quantidade e porcentagem de artigos publicados entre os anos de 2010 a 2019 sobre o ensino de história nos dois periódicos participantes da pesquisa.

TABELA 2: quantidade e porcentagem de artigos publicados entre 2010- 2019

ANO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
2010	2	3,03%
2011	9	13,63%
2012	8	12,12%
2013	3	4,54%

2014	2	3,03%
2015	6	9,09%
2016	12	18,18%
2017	9	13,63%
2018	7	10,60%
2019	8	12,12%

Fonte: a autora

No período pesquisado, foram publicados 66 artigos com a temática trabalhada, sendo 61 na revista História Hoje e 05 na revista Cadernos de História. Os anos que obtiveram o menor número de publicações foram entre 2010 e 2014. O ano com maior percentual foi o ano de 2016. Lembrando que esta é apenas uma exposição numérica dos dois periódicos pesquisados.

Com relação à categorização, os dados apurados foram tabulados e geraram tabelas e gráficos onde se examinou a frequência das subcategorias elencadas. A primeira categoria trabalhada foi a problemática do artigo, que segundo Gil (1991) “[...] é qualquer questão não resolvida, objeto de discussão em qualquer domínio do conhecimento”, sendo assim configurou-se como um elemento norteador do estudo, de modo a possibilitar ao leitor conhecer o ponto central da discussão que o autor propõe.

Então, em se tratando especificamente dessa pesquisa, buscou-se avaliar, através da problemática, as principais discussões em torno do ensino de história durante os anos de 2010 a 2019. Como forma de refinamento da pesquisa, elencou-se cinco subcategorias que se destacaram durante a leitura das produções.

Categoria 01: Problemática dos artigos

Subcategorias – 1 - Inovação no ensino; 2 - cultura afro-brasileira e africana; 3 - ensino de história e o livro didático; 4 - os desafios do ensino de história; 5 - outros.

TABELA 3: Problemática dos artigos – distribuição entre as cinco subcategorias

Subcategorias	01	02	03	04	05
2010					2
2011	1	2	1	4	1
2012	2	5		1	
2013	1			1	1
2014	1			1	

2015	2			1	3
2016	4		2	4	2
2017	4			2	3
2018	1	2	1	2	1
2019	2	1		3	2
Total	18	10	4	19	15

Fonte: a autora

Os dados acima permitem perceber que o maior número referente à problemática dos artigos investigados é representado pela subcategoria 04 (os desafios do ensino de história). A partir desse resultado é possível refletir sobre quais são esses desafios que se apresentaram durante esses 10 anos – algo que pode ser contemplado pelo pensamento do historiador Marcos Silva (2009) ao elucidar sobre o historiador, o ensino de história e seu tempo:

Quando falamos, como historiadores, no século XXI, de dinastias egípcias na Antiguidade, heresias da Europa medieval ou quilombos da América portuguesa, tratamos, também, de nossa contemporaneidade, através de teorias, técnicas e horizontes políticos e gerais próprios ao nosso tempo – abordagens demográficas ou linguísticas, apelos à Informática e à datação via recursos físico-químicos, reivindicações de movimentos e grupos sociais organizados da atualidade, como é o caso do Feminismo, que serviu de inspiração para a História das Mulheres, ou dos Afro-descendentes, que cobraram novos olhares sobre a História de sua terra ancestral. (SILVA, 2009, p. 25)

Através do que é posto pelo autor compreende-se que os desafios, que os autores dos artigos tratam, são próprios ao tempo, onde o ensino de história sofreu alterações de conteúdos e métodos dos quais desencadearam conflitos sociais e ideológicos. Na perspectiva de conteúdos, o ensino da história da cultura Afro-brasileira e Africana (presente na categoria 02 desse estudo) tornou-se obrigatório no currículo oficial da rede pública e privada de ensino através da Lei nº 10.639/03 e contemplou uma reivindicação de longa data dos movimentos negros no Brasil, que só foram atendidas quando o cenário político sofreu mudanças consideráveis, com destaque à Presidência da República; que pela primeira vez em sua história estava em poder de uma pessoa advinda da classe operária, com uma campanha voltada ao social e com severas críticas ao modelo econômico, até então presente.

Com a troca de atores no poder, observa-se que o impacto sobre o contexto social sofreu mudanças consideráveis. Os grupos até então inferiorizados e marginalizados passam a ser vistos pelo poder público, que através de uma política pública para corrigir disparidades e

desconstruir conhecimentos erroneamente disseminados, estabeleceu a lei acima citada, no caso do movimento negro.

A partir desse olhar para as questões sociais, incentivado em parte pela influência política, muitos assuntos taxados como tabu na sociedade ganham força e espaço para debates, como questões de gênero, Lgbtqia+, entre outros de igual importância. Com esses exemplos de mudanças de conteúdos tanto na grade curricular, quanto no debate entre a sociedade destacados fortemente a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, conseguiu-se ter uma noção dos desafios aos quais foram tratados nas produções investigadas.

É um desafio gigantesco, em um curto período, desconstruir conceitos e preconceitos enraizados na sociedade, pois não são todos que estão dispostos a se abrir para novos conhecimentos e aceitar as diferenças que sempre existiram, mas eram negligenciadas e colocadas em “fundos de armários escuros”.

Sobre estas questões Bittencourt (2018, p. 127) destaca o seguinte:

As recentes transformações da História têm sido constatadas por pesquisas recentes, e enfrentam constantes desafios para se efetivarem, como a inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira, da história dos povos indígenas ou das mulheres. As transformações do ensino de História têm proporcionado debates importantes relacionados aos problemas epistemológicos e historiográficos, mas também quanto ao significado de sua inserção e rejeição em projetos curriculares nacionais e internacionais.
(BITTENCOURT, 2018, p. 127)

As dificuldades de ensinar uma história que valoriza as lutas sociais é algo desafiador, uma vez que sempre haverá para o pesquisador um campo para interpretar seu objeto de pesquisa e, ao mesmo tempo, Para buscar a devida compreensão do por que se rejeita uma parte considerável do passado.

Pode-se atribuir essa questão, do desenvolvimento da pesquisa em história no Brasil, à culturalização do pensar hegemônico de classes sociais que nutriram suas crenças, tradições, costumes e cultura frente a tentativas pontuais (e bem clareadas) de manutenção das classes oprimidas em um *status quo*. De tal modo, não permitia maiores e mais significativas ascensões sociais, criando no cidadão oprimido a insígnia de desafortunado por suas próprias forças.

Assim, vê-se que o campo de segregação social se agrava cada vez mais, de modo a tecer uma história controversa, cujo discurso mantenedor das classes privilegiadas e patriarcais busca manter-se inalterável, com muita vigilância em sua propagação, para fins de não perderem os postos do poder que tradicionalmente ocupam. Enquanto isso, a chamada “história dos vencidos” mantém uma trajetória de lutas e resistências, de modo que sua valorização não

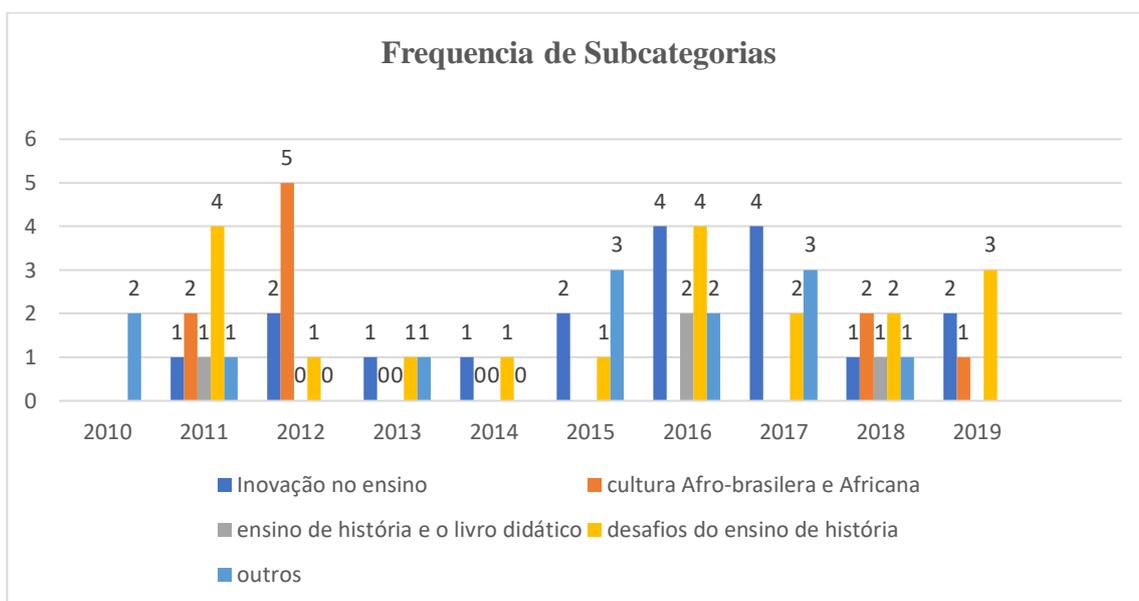
representa (necessariamente) apenas uma quebra na hegemonia elitista de concentração de poder na sociedade, mas, bem além disso, tende a representar o despertar de um povo; uma “história viva” que continuará seu intento de acompanhar as lutas de seus filhos rumo a um futuro mais digno e justo, com uma sociedade na qual a diferença, muito mais que um fator de segregação, seja um fator de união.

Os métodos de ensino, a exemplo dos conteúdos, também foram modificados e tornaram-se mais um desafio, pois a cada ano é preciso se reinventar. O ensino de história precisa conversar com o cotidiano dos alunos e as novas tecnologias se mostram desafiadoras, não apenas pelo fato de transmitirem muitas informações, mas por uma questão de acessibilidade. Nos últimos dez anos vê-se que a tecnologia evoluiu depressa, porém as desigualdades sociais não diminuíram.

Outro fator posto ao ensino de história é a sua desvalorização, enquanto aprendizado “útil para a vida”, algo enraizado pela super valorização de disciplinas voltadas à formação para o mercado de trabalho. Neste sentido a dificuldade encontra-se em demonstrar que tudo que somos e construímos foi através da história, e isso é significativo para que possamos entender nosso presente e futuro, enquanto sociedade.

Abaixo o gráfico que demonstrará a frequência por ano das subcategorias elencadas a partir da problemática dos artigos pesquisados, para que assim se possa ter uma melhor visualização dos resultados da análise.

GRÁFICO 01: Frequência das subcategorias relativas à problemática da pesquisa detalhada por cada ano



Fonte: a autora

Os dados acima permitem avaliar que o ano de 2010 contou com apenas 02 produções que se encaixaram na subcategoria (outros), por discutirem a historiografia e relatos de experiência. Em 2011 foram 09 publicações com destaque à subcategoria (desafios do ensino de história), que pode ser considerado como um retrato das mudanças no ensino, como já destacado no texto acima, os últimos dez anos foram intensos em vários aspectos político, social, cultural e econômico. O ano de 2012 possui um valoroso destaque na subcategoria (cultura Afro-brasileira e Africana), dos 08 artigos publicados, 05 fazem parte dessa subcategoria. Diante desse resultado afere-se que as discussões em torno da questão étnico-racial se tornaram frequentes e contínuas mesmo com resistências e preconceitos ainda presentes na sociedade.

Observando o cenário dos dez anos, objeto dessa análise, é importante destacar que do ano de 2011 ao ano de 2016 houve, pela primeira vez, na história do Brasil uma mulher na Presidência da República. Isso configurou uma conquista significativa e representativa a se levar em consideração, visto que há pouco tempo uma mulher no meio político era algo inimaginável, como destacado por Mary Del Priori (2004, p. 504):

Pelo menos até a década de sessenta, acreditava-se que a mulher, sendo feita para o casamento e para a maternidade, não deveria fumar em público ou comparecer a bares e boates desacompanhada, e a política ainda era considerada assunto preferencialmente masculino. (PRIORI, 2004, p. 504)

A ênfase da conquista feminina na luta por igualdade de gênero, conforme exposto, tem o propósito de contextualizar os acontecimentos significativos que ocorreram no período pesquisado. Além de nos situar no cenário que os pesquisadores do ensino de história encontram-se e saber quais são as produções voltadas às problemáticas socioculturais abordadas.

Prosseguindo na análise do gráfico, o ano de 2013 contou com 03 produções dedicadas ao ensino de história, com subcategorias distintas. O ano de 2014 obteve 02 artigos de subcategorias diferentes: uma sobre a inovação e a outra sobre os desafios do ensino; os dois anos acima mencionados contam com poucas produções sobre a temática da pesquisa, porém é necessário enfatizar que este é um reflexo de apenas dois periódicos da área de história, o contexto geral difere desse dado.

No mais, os dois anos respectivamente tratados seguem com produções voltadas às problemáticas próprias ao seu tempo. Em um período que o contexto de influência política conseguiu gerar mudanças necessárias voltadas às minorias e proporcionou pesquisas e

publicações científicas, com ênfase em um ensino que conta a história de negros, índios e mulheres que construíram o país e outrora foram marginalizados e silenciados pela “história oficial”.

Nos anos de 2015, 2016 e 2017, tem-se como destaque a subcategoria (inovação no ensino). Observou-se que os artigos que tratam dessa problemática demonstram uma preocupação em modernizar a metodologia para se trabalhar conteúdos de história, de forma didática e interativa; tendo em vista as transformações que estão ocorrendo na sociedade, onde a difusão de informações e dados são maiores e mais rápidos.

Nos anos de 2018 e 2019 observa-se um grande número de discussões voltadas aos desafios do ensino de história. Nesses anos em evidência e especificamente em 2019 as disciplinas de ciências humanas foram alvos de ataques por parte do governo, que menosprezou a importância desse ensino para a sociedade e desdenhou de todos os conteúdos voltados aos debates de cunho social que haviam ganhado espaço na política anteriormente vigente.

Assim, os artigos tratam de assuntos voltados à importância do ensino de história na construção da democracia, o ensino de história a partir das dinâmicas sociais, o lugar social dos pesquisadores e o campo de pesquisa, a educação antirracista, questões hegemônicas entre outros. Nota-se que todas estas produções transparecem certa preocupação com o contexto social e político ao qual estão imersas, diante disso é notório que o ensino de história não se separa do contexto que é produzido.

A segunda categoria analisada buscou verificar a justificativa dos autores em relação à relevância das suas produções para o ensino de história, ou seja, no que essas pesquisas poderiam contribuir para a área.

2. A relevância dos artigos, segundo o(s) autor(es), para a área de história: motivos que guiaram o pesquisador a tratar sobre determinado assunto dentro da temática do ensino de história.

Subcategorias: 01 - problematizar questões sociais; 02 - aprofundamento de pesquisas existentes; 03 - ampliação do conhecimento; 04 - outros.

TABELA 4: Relevância dos artigos – Distribuição entre as quatro subcategorias

Subcategorias	01	02	03	04
2010				2
2011	2	1	5	1
2012	5		3	

2013			2	1
2014	1	1		
2015		3	2	1
2016	1	2	8	1
2017	1	4	3	1
2018	4	2	1	
2019	2	1	5	
Total	16	14	29	7

Fonte: a autora

Ante o exposto, no quadro acima não há de se hesitar que das categorias elencadas a que tende a se destacar mais é aquela cuja finalidade, motivo e justificativa plausível, para se desenvolver pesquisas (e reproduzi-las em periódicos), estão na ampliação do conhecimento desenvolvido (subcategoria de número 03). Trata-se de uma consequência irrecorrível das pretensões tanto subjetivas quanto acadêmicas dos pesquisadores e grandes estudiosos das ciências (em sua conjuntura), nas quais se busca um despertar para novas perspectivas de análise, pesquisa, estudo e conhecimento. Assim, o ciclo do saber não se perde: ele se transforma, se reconstrói e se renova, a cada iniciativa científica, a cada rebeldia do ser humano que não se contenta com o *status quo*.

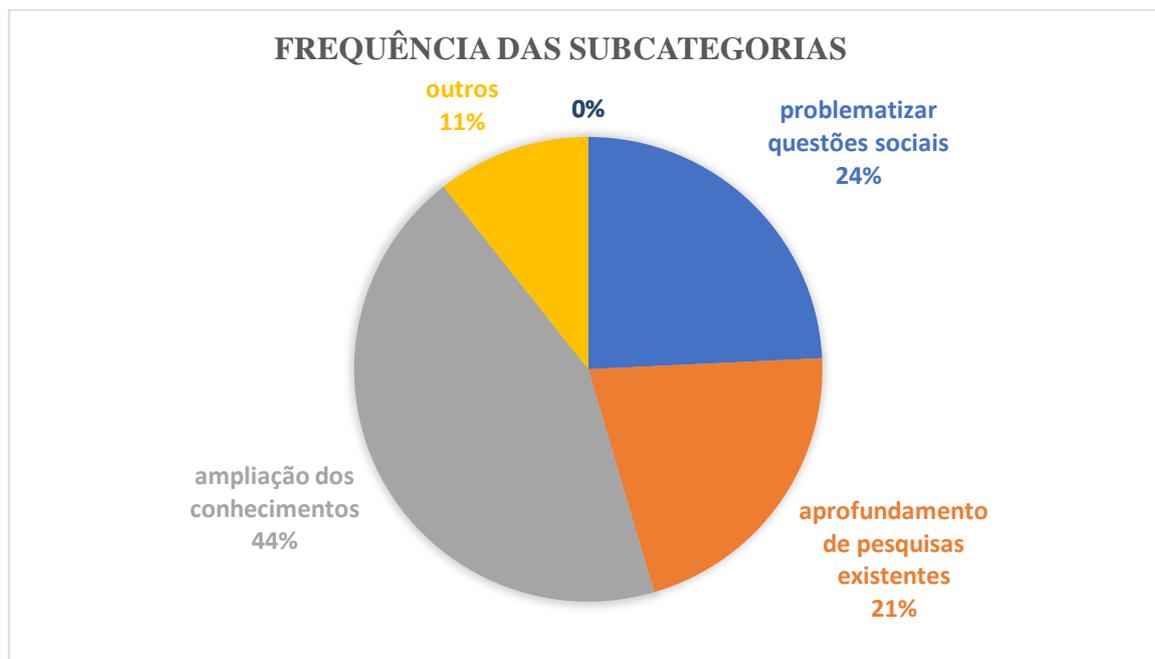
De certo pode-se apresentar 02 (duas) motivações para o fato de a questão da ampliação do conhecimento ser tão ovacionada pelos pesquisadores: a primeira é a crença de que as pesquisas desenvolvidas tendem a contribuir de modo gradativo, na formulação de saberes voltados ao desenvolvimento de um senso crítico apurado, de novas formas de se desenvolver a pesquisa e, assim, dar continuidade ao esforços científicos de transformação não somente da sociedade ou das vidas humanas, mas, também, da própria ciência. E a segunda, ao fato de que à medida que se amplia o arcabouço de pesquisas realizadas (em especial no tocante ao ensino de história, objeto dessa pesquisa) se está desenvolvendo condições plenas para tornar o conhecimento mais coeso e cientificamente válido – por meio do qual se compreende a sociedade, em sua conjuntura e estrutura.

Outra questão a ser observada é a subcategoria 01 (problematizar questões sociais), pois é um fator que demonstra a preocupação dos autores em contribuir com o debate, ao colocar cada vez mais em evidência a importância da luta por igualdade social, bem como a defesa da manutenção dessa conscientização. Isso porque diante de anos conturbados politicamente,

continua alvo de ataques por parte de grupos elitistas que buscam a qualquer custo a manutenção da sua hegemonia.

Segue abaixo o gráfico 02 para uma melhor visualização dos estudos desenvolvidos no período mencionado.

GRÁFICO 02 - Porcentagem das subcategorias relativas à relevância dos artigos no período de 2010-2019



Fonte: a autora

Como já constatado anteriormente, a maior frequência, relativa à justificativa de relevância das produções investigadas, encontra-se na subcategoria 03 (ampliação dos conhecimentos) com 44% das justificativas de relevância, sejam elas pessoais ou comunitárias. Pois alguns dos artigos destacavam como motivação pessoal conhecer mais sobre os assuntos trabalhados, outros justificaram que a produção do artigo buscava ampliar e contribuir com as discussões presentes na sociedade.

Em seguida, tem-se a subcategoria 01 (problematizar questões sociais), com 24% das produções. Nessas produções os autores trabalham assuntos que denominam “sensíveis”, por causarem intensos debates na sociedade, que, em muitos casos, acabam indo para o campo de polarização política da qual nenhuma das partes se entende e as discussões saem do campo saudável para uma disputa sem escrúpulos.

A subcategoria 02 (aprofundamento de pesquisas existentes) conta com 21% das produções. Esses artigos trabalham sob a perspectiva de analisar e refletir as produções de

autores consagrados da área de história. Os artigos restantes que correspondem a 11% não foram claros em suas justificativas, por esse motivo enquadram-se na subcategoria 04 (outros).

A terceira categoria analisada buscou conhecer os objetivos dos artigos, ou seja, qual a meta que cada um deles possuía.

3. Os objetivos dos artigos:

Subcategorias – 01 - Analisar a inovação; 02 - discutir a inserção de novos conteúdos; 03 - analisar conteúdo do livro didático; 04 - conhecer os desafios do ensino; 05 - outros.

TABELA 5: Objetivos dos artigos – distribuição entre as cinco subcategorias

Subcategorias	01	02	03	04	05
2010					2
2011	2	3	1	1	2
2012	1	7			
2013	1			1	1
2014	1				1
2015	1	1			4
2016	3	2	2	4	1
2017	5			1	3
2018	1	1	2	3	
2019	1	1		4	2
Total	16	15	5	14	16

Fonte: a autora

Observando a tabela verifica-se que as subcategorias 01 (analisar a inovação) e 05 (outros), possuem o mesmo quantitativo de publicações. Para uma compreensão de como foram feitas as análises que possibilitou a divisão das produções nas respectivas subcategorias, destacou-se um trecho contendo o objetivo geral de dois artigos pesquisados para representar cada uma das subcategorias acima:

Exemplo 01 – subcategoria 01 – Artigo N° 43

(O objetivo do texto é refletir sobre a divulgação científica, o ensino de história e as possibilidades que a internet oferece nesse campo).

Exemplo 02 – subcategoria 05 – Artigo N° 64

(Analisar a relação entre história pública e a construção da memória nacional, ressaltando o papel do parlamento brasileiro nesse processo).

Notadamente, o objetivo do exemplo 01 trata sobre a inovação na forma de se transmitir o ensino de história através da tecnologia fazendo uso da internet, algo que está se tornando cada vez mais habitual no mundo globalizado. Sendo assim, esse assunto desperta interesse de muitos pesquisadores que buscam mais compreensão sobre as novas possibilidades de divulgar o conhecimento. Contudo, a inovação nos artigos não aparece apenas como tecnológica, diz respeito também às inovações metodológicas nas aulas de história, com a utilização de música, dança, quadrinhos e outros. Em porcentagem, dos 16 artigos dessa subcategoria 50% discute a inovação tecnológica e outros 50% a metodológica.

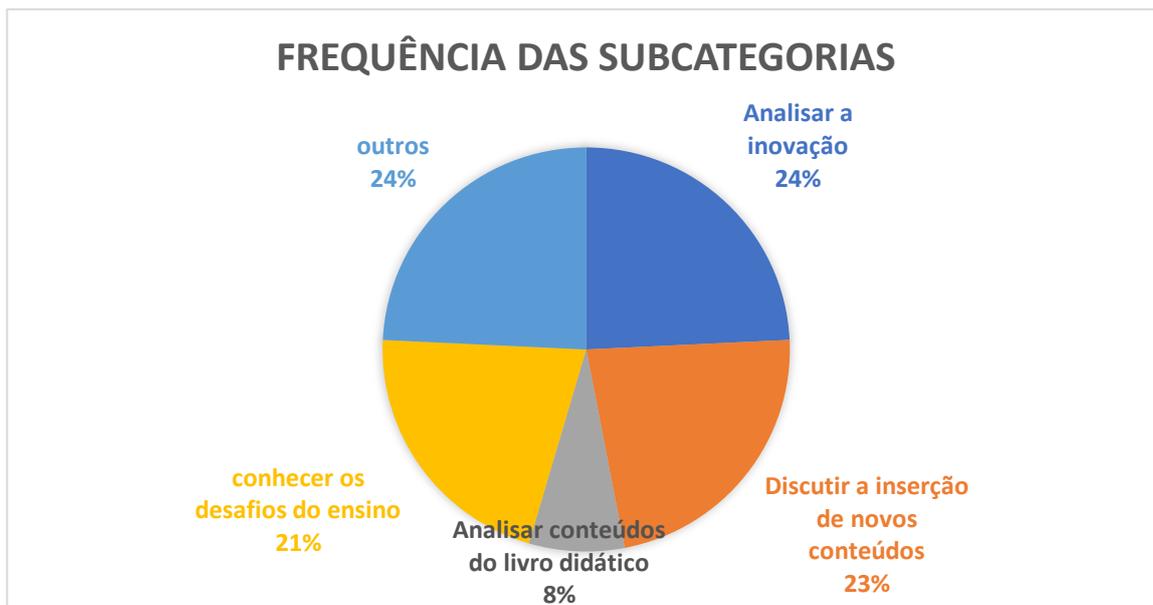
O exemplo 02 permite visualizar que o objetivo estipulado pelo pesquisador não faz parte das 4 primeiras subcategorias destacadas para a pesquisa e, por esse motivo, ocupa a última denominada (outros). Como exemplo desse artigo há mais 15, totalizando 16 produções com objetivos diversificados.

A subcategoria 02 (discutir a inserção de novos conteúdos) conta com um total de 15 artigos, os quais analisam conteúdos como história da cultura afro-brasileira e africana, indígena, questões de gênero, ambiental, entre outros tidos como complementares.

Na subcategoria 03 (analisar conteúdo do livro didático), os autores analisam o pouco espaço dedicado aos livros didáticos para a história indígena e da África, bem como o pouco destaque dado à cultura afro-brasileira. Observam também o uso do livro didático de história pelos professores em sala de aula. Desse modo, 60% dos artigos dizem respeito à análise dos conteúdos dos livros e 40% com relação ao uso do livro didático.

O gráfico 3 abaixo permitirá visualizar de forma mais clara os dados acima mencionados:

GRÁFICO 03: Porcentagem das subcategorias relativas ao Objetivo dos artigos no período de 2010-2019

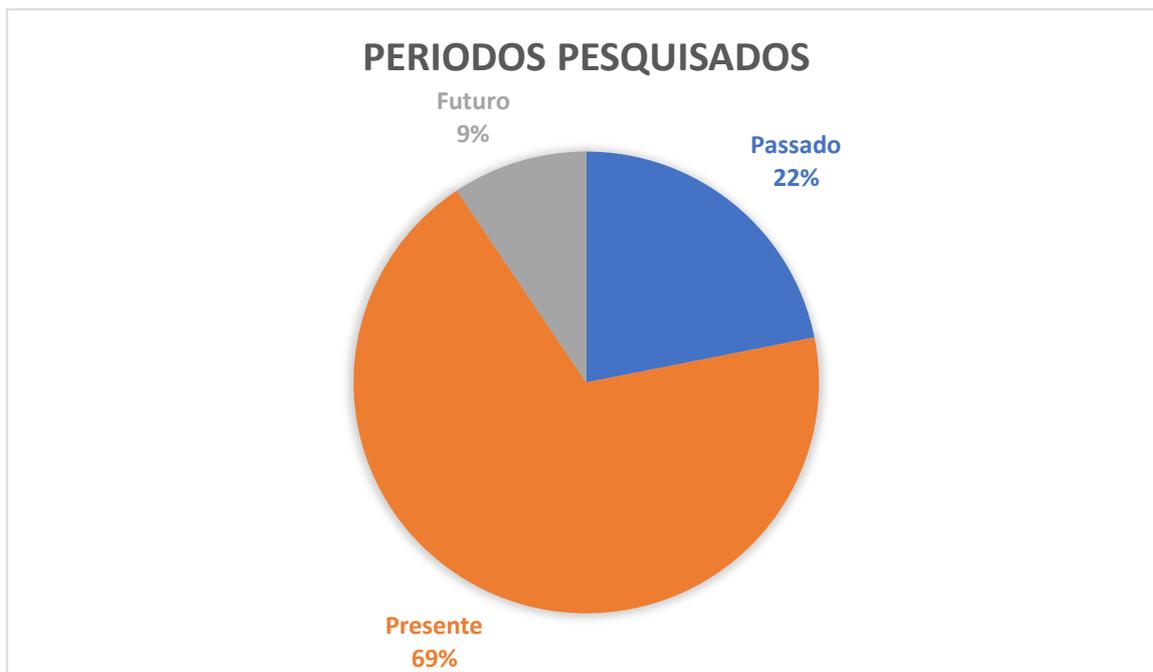


Fonte: a autora

Observa-se que a categoria (objetivos dos artigos), encontra-se bem dividida entre as 5 subcategorias destacadas, (analisar a inovação e outros) conta com 24% da produção cada uma somando um total de 48% dos artigos investigados, em seguida a subcategoria (discutir a inserção de novos conteúdos) com um percentual de 23%. Além disso, destaca-se a subcategoria (conhecer os desafios do ensino) com 21% e, por último, com menor percentual (analisar conteúdo do livro didático), com 8% das publicações.

A última categoria, trabalhada durante a pesquisa, está relacionada ao contexto que os artigos foram produzidos, pois observou-se que as produções voltadas ao ensino de história, trabalham com conteúdo que na maioria dos casos refletem o tempo presente do qual o pesquisador se encontra, bem como com projeções para o futuro. Essa informação pode ser vislumbrada abaixo através do gráfico 04 que se divide em tempo passado, tempo presente e tempo futuro. Lembrando que o tempo presente refere-se ao tempo que o autor estava vivenciando no período da publicação; e o futuro é quando projetam acontecimentos futuros, com base no seu tempo para o ensino de história e o passado é quando tratam de fatos que ocorreram há mais de uma década ou que denotem ter ocorrido a um período considerável.

GRÁFICO 04: Períodos pesquisados nas publicações



Fonte: a autora

Como afirmado anteriormente os conteúdos trabalhados nos artigos sobre ensino de história são majoritariamente sobre o tempo presente da escrita. No gráfico observa-se que 69% das produções são voltadas a assuntos do presente ao qual o autor faz parte e escreve sobre essas perspectivas; 22% dos artigos trabalham conteúdos direcionados ao passado do ensino de história e 9% fazem projeção para o futuro.

O ensino de história se destaca por muitas mudanças marcantes na sua trajetória, e nos últimos dez anos isso não foi diferente. Diante dos resultados obtidos e apresentados acima é possível aferir que o ensino de história não se desassocia das questões políticas e sociais das quais se encontra presente. Como verificado, os velhos marcos históricos da sociedade constituída por uma origem branca e cristã está aos poucos dando lugar à multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira e da história mundial, segundo Bittencourt (2018, p. 127).

Como reflexo disso, tem-se 35% dos artigos voltados a discutir questões da cultura afro-brasileira, africana, indígena e de gênero. Uma porcentagem considerável de publicações, contudo são conteúdos que merecem mais atenção e estímulo ao debate, visto que evoluímos nesse quesito com o fortalecimento e incentivo de políticas públicas para corrigir disparidades sociais e culturais.

Porém, com o início da crise política em 2016, os movimentos sociais perderam força e influência política, o que abriu caminho, novamente, para grupos hegemônicos elitizados e sem a mínima consciência de classe tentarem desconstruir a luta das minorias. Além disso, no

ano de 2019 houve claros ataques à democracia e à liberdade de expressão. Isso se destaca devido aos 11% dos artigos versarem de conteúdos relacionados à democracia.

Outros conteúdos que se destacaram durante a leitura das produções foram a inovação tecnológica e metodológica, na prática do ensino de história, com 17% dos artigos tratando sobre esse conteúdo e também o debate sobre a educação profissional, com uma porcentagem de 7,5% das produções.

Portanto, mediante as análises conseguiu-se cumprir todos os objetivos listados para esta pesquisa. Mapearam-se periódicos nacionais de história com a palavra-chave “ensino de história” e de todos os mapeados foram selecionados dois, dos quais 66 artigos foram analisados. Através da análise constatou-se que os conteúdos pesquisados e debatidos que se sobressaem são relativos à cultura afro-brasileira e africana, indígenas, gênero, democracia, novas tecnologias, inovação metodológica, educação profissional, entre outros de menor intensidade.

A educação sempre foi palco de disputas políticas, e o ensino de história destaca-se por ser considerado como responsável pela construção da identidade cultural e social da sociedade. Nesse sentido, verifica-se o vultoso interesse dos atores políticos em influenciar diretamente nos conteúdos apresentados à sociedade. Assim, o faz com finalidades distintas, onde por um lado busca construir uma narrativa histórica favorável a objetivos da classe elitista, é por outro busca por reparações de disparidades históricas, isso a depender do grupo político hegemônico no poder.

O período investigado nessa pesquisa permitiu analisar que a influência política até o ano de 2016 impactou de forma significativa, na busca por fomentar os conteúdos históricos e a valorizar o multiculturalismo histórico de constituição da sociedade brasileira, bem como incentivar a igualdade de gênero e a diminuição da desigualdade social.

No ano de 2017 ao final do ano de 2018, com a instabilidade política, abriram-se caminhos para que grupos políticos distintos e contrários à valorização das minorias passassem a questionar direitos e a negar a existência de desigualdades. Esses discursos tiveram influência sobre boa parte da população, que no fim do ano de 2018 elegeu um Presidente voltado a desconstruir todas as conquistas alcançadas pelos movimentos sociais e que, inclusive, questiona a importância das disciplinas da área de humanas e descredibiliza professores, questionando a sua autonomia. No ano em questão, o ensino de conteúdos histórico-sociais foram alvos de ataques por parte desse grupo hegemônico que busca uma regressão ao ensino de história, pois prega-se a volta a uma educação cívica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”

Walter Benjamin

A pesquisa apresentada buscou analisar o impacto da influência política no ensino de história, a partir da publicação periódica da área, tendo em vista que este ensino passou por diversas modificações ao longo da sua trajetória e boa parte disso ocorreu através da influência política, principalmente em relação aos conteúdos.

Utilizando-se de artigos sobre ensino de história, como objeto de análise, publicados em periódicos da área, haja vista que as alterações de cunho político, social, cultural e educacional refletem nas publicações científicas que tendem a debater os assuntos em pauta na sociedade; outro fator que contribuiu para a escolha desse objeto foi a verificação do aumento das produções científicas educacionais nas duas últimas décadas.

Para perquirir o assunto acima mencionado, considerou-se plausível definir como tipo de pesquisa “o estado do conhecimento”, do qual possui caráter bibliográfico e possibilitou o mapeamento das produções científicas de um determinado tema. Dessa forma, proporcionando uma visão geral dos assuntos que estão sendo objetos de análise por parte dos pesquisadores e, também, permitindo ter um panorama das interferências sofridas pelo ensino por questões diversas, mas principalmente pela política.

Como forma de alcançar a resposta à questão de pesquisa, foram traçados objetivos, os quais guiaram todo o percurso da investigação, que se iniciou com o mapeamento dos periódicos de história. Para tanto foram pré-definidos alguns critérios como a quantidade de artigos e o número de publicações dos periódicos. Ao fim da busca, que teve como palavra-chave “ensino de história”, selecionou-se a revista História Hoje da ANPUH e a revista Cadernos de História da PUC/ Minas que juntas somaram 66 artigos sobre o ensino de história.

Ao longo da construção dos capítulos desta dissertação, os caminhos da pesquisa tiveram pontos destacáveis dos quais possibilitou tecer uma projeção de situações e elementos que margeiam as circunstâncias, bem além das dimensões continentais do território brasileiro. Isso é, deveras, valorizável tendo em vista o fato de que a origem dos periódicos (em linhas gerais) surgiu na Inglaterra, no século XVII, chegando ao Brasil apenas no século XIX. Ou seja,

tem-se um lapso temporal de 2 (dois) séculos até obter-se em território brasileiro os primeiros periódicos nacionais.

Frente a isso, surgiram as indagações: como se realizavam as catalogações de dados e constatações das pesquisas? Como registrar os acontecimentos decorrentes de descobertas e apurações de fatos no “desbravamento científico” do território brasileiro? Ainda que não tenha sido o ponto marcadamente fundamental desta pesquisa, são questões pesquisa passíveis de outra análise, de cunho mais histórico. Sem sombra de dúvidas, algo a se pensar para mais adiante, tão logo se conclua esta dissertação de mestrado.

Seguindo com a pesquisa, algo corrente que chamou a atenção foi o modelo adotado pelas primeiras revistas brasileiras, isso porque as pesquisas no campo das ciências humanas não possuíam a mesma valoração que àquelas destinadas às ciências naturais. Talvez pelo fato de haver uma consolidação mais latente das premissas que norteavam as ciências naturais e por apresentarem-se mais consolidadas e, portanto, com embasamento teórico-metodológico suficientemente válido, para se fomentar não somente a difusão do conhecimento adquirido e pesquisado, mas a continuidade da produção científica nacional, de modo a propagar a importância da pesquisa científica no Brasil.

Assim sendo, após esta verificação direta e genérica do panorama extraído desta pesquisa, coube direcionar os seus fundamentos para cada capítulo. E isso foi de salutar importância, tendo em vista que cada um destes componentes da pesquisa carregou em si uma característica própria, com acepções que o fundamentam.

Nesse caso, cabe ressaltar a dificuldade para se encontrar produções que voltassem suas análises para conteúdos exclusivamente da história dos periódicos e, diante dessas dificuldades, passou-se a investigar partes de textos histórico-acadêmicos, para, então, conseguir formar e construir a pesquisa em linhas gerais. Acreditando que a pesquisa, pela história completa dos periódicos desde a sua criação até a atual situação, é singular, visto que não se encontrou, nas buscas, um material que contemplasse o assunto por completo.

Outro fator vislumbrado, diz respeito à produção periódica quando empregada como instrumento de regulação dos cursos de pós-graduação, algo bem destacável no meio acadêmico e que merece uma pesquisa de cunho aprofundado. Pelo que se pode averiguar é um assunto de interesse de todos os pesquisadores e, portanto, passível de análise por parte dos mesmos.

Além disso, verificou-se que a produção periódica de história obteve um considerável crescimento na última década e isso está relacionado aos programas de pós-graduação das universidades que através da regulação de tais cursos aumenta a produção científica e,

consequentemente, sua publicação. Por um lado, parte desse aumento de produção é importante, pois gera informações e conhecimentos, por outro pode ser um incômodo por pressionar o aceleramento de pesquisas que podem perder a qualidade por falta de tempo hábil, para serem concluídas com o rigor científico ao qual se propõem.

O terceiro capítulo buscou destacar a trajetória do ensino de história desde que se tornou disciplina obrigatória da grade curricular, com ênfase nas influências políticas que movimentaram as mudanças nesse ensino ao longo dos anos. Através dessa pesquisa percebeu-se que os rumos dados ao ensino de história atenderam, por diversas vezes, aos interesses político, ficando evidente que esse tipo de influência perdura no ensino que temos atualmente. Essa parte do texto reforçou a ideia base do início dessa busca, no que tange à interferência política do que é ensinado na sala de aula e discutido na sociedade.

Nos artigos analisados notou-se que as discussões, em torno do ensino de história, não se desassociam das questões políticas e sociais e os pesquisadores na última década priorizaram investigar e debater conteúdos presentes no cotidiano da sociedade a qual fazem parte. Sendo assim, os conteúdos que mais se destacaram nas produções investigadas foram: cultura afro-brasileira e africana, indígena e gênero com 35%, discussões em torno da democracia 11%, inovação tecnológica e metodológica 17%, educação profissional 7,5%.

Com relação às categorias elencadas para a análise chegou-se aos seguintes resultados:

Categoria 01 – problemática: nessa categoria, destacaram-se os **desafios do ensino de história**, com 29% das produções. Entendendo que estes desafios os quais os autores dos artigos tratam são próprios ao seu tempo e com o ensino de história sofrendo alterações de conteúdos e métodos. Portanto, são inevitáveis os conflitos de ideias em torno de questões políticas e sociais diversas, bem como as dificuldades de se inovar no ensino aos moldes atuais de avanço tecnológico cada vez mais crescente.

Categoria 02 – relevância: a subcategoria predominante foi a **ampliação do conhecimento**, uma característica presente em 44% dos artigos, que se justificam por contribuir na formulação de saberes voltados ao desenvolvimento de um senso crítico apurado, de novas formas de se desenvolver a pesquisa e gerar mais informações de determinados conteúdos.

Categoria 03 – objetivos: a subcategoria mais expressiva encontra-se em **analisar a inovação**, como já dito, pois nessa última década, com a globalização, as formas de ensino tiveram e tem a necessidade de readequar a metodologia das aulas, com vistas a despertar o interesse aos alunos pelos conteúdos apresentados.

Por fim, pode-se constatar que mesmo com uma trajetória repleta de modificações, o ensino de história continua sendo alvo de disputas políticas, governos de diferentes alinhamentos e ideologias estão atentos e dispostos a obter o controle dessa disciplina que se encontra entre o conhecimento e o poder assentado nos documentos, currículos, práticas e, sobretudo, na geração de memórias.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. **Formação de alma e caráter nacional: ensino de história na era Vargas**. Rev. bras. Hist. São Paulo, v. 18, n. 36, p. 103-114, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200006> . Acesso em 15 de dezembro de 2019.

ANPUH, Associação Nacional dos Professores Universitários de História. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/estatuto-da-associacao>. Acesso em 07 de outubro de 2019.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos**. Grupo de pesquisa Inter contemporânea, 2005, p. 63. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/intercontemp/pages/arquivos/02_Ensino/Documentacao/Fontes_Documentais.pdf. Acesso em 05 de outubro de 2019.

BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. **A história das revistas no brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial**. Disponível em: http://paginas.unisul.br/agcom/revistacientifica/artigos2010/iria_baptista_karen_abreu.pdf. Acesso em 06 de outubro de 2019.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. Coleção docência em formação: ensino superior. São Paulo, Editora Cortez, 2009.

_____. **Reflexões sobre o ensino de História**. Estud. av. São Paulo, v. 32, n. 93, p. 127-149, agosto de 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-4014.20180035> . Acesso em 07 de junho de 2020.

CERRI, L. F. **Saberes históricos diante da avaliação do ensino médio: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, p.213-231 - 2004

EDITORIAL, **Revista história hoje**. Associação Nacional de História – ANPUH – 2019. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/revista-historia-hoje/informacoes-editoriais-rhh/item/360-apresentacao>. Acesso em 07 de outubro de 2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, agosto de 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CALVOSO, Genilda Garcia; GONZALES, Carlos Batista Lopes. **Caminhos da pesquisa e a contemporaneidade**. Psicol. Reflexo. Crit. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 243-250, 2002.

FREITAS, Maria Helena. **Considerações acerca dos primeiros periódicos brasileiros.** Ciência da informação, v. 35, n. 3, 2006. p. 54. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/rt/printerFriendly/1113/1243>. Acesso em 16 de outubro de 2019.

FONSECA, S. **Didática e prática de ensino de história:** experiências, reflexões e aprendizados. 7ª ed. São Paulo, Papirus, 255 p. 2003ª.

Haidar, M. L. M. **O ensino secundário no império brasileiro.** São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1972.

HILU, Luciane; GISI, Maria Lourdes. **Produção científica no Brasil – um comparativo entre as universidades públicas e privadas.** 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/5221_3061.pdf. Acesso em 04 de outubro de 2019.

HIPÓLITO, Paulo. **História e poder político: perspectiva para o ensino de história.** Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2004%20-%20%20Paulo%20Hipolito.PDF. Acesso em 05 de novembro.

HOSSNE, William Saad; VIEIRA, Sônia. **Fraude em ciências: onde estamos?** Revista Bioética, ed. 15. p. 39-47, 2007.

INSTITUTO Histórico e geográfico brasileiro. **Guia das artes,** 2015. Disponível em: <https://www.guiadasartes.com.br/rio-de-janeiro/rio-de-janeiro/instituto-historico-e-geografico-brasileiro>. Acesso em 05 de outubro de 2019.

KURY, Lorelai. **A ciência útil em o patriota (rio de janeiro, 1813-1814).** Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 115-124, jul - dez 2011.

LAINSON, Ralph. **Os 350 anos da royal society of london.** Rev Pan-Amaz Saude, Ananindeua, v. 1, n. 3, p. 1-2, set. 2010. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php>. Acesso em 11 de agosto de 2019.

LEE, Peter. **Por que aprender história? Dossiê: história, epistemologia e ensino: desafios de um diálogo em tempos de incertezas.** Educ. rev. n. 42 Curitiba Oct./Dec. 2011.

LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli E.D.A. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MACEDO, Elizabeth. **Base nacional curricular comum:** novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014 ISSN: 1809-3876 1530

MACHADO, Heloisa Guaracy. **Revista cadernos de história.** Machado, H. G. (2006). Editorial. Cadernos De História, 8(9), 7. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1729/0>. Acesso em 09 de outubro de 2019.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana. **Informações sobre a abordagem do ciclo de políticas**. Disponível em: <<http://www.uepg.br/gppepe>>. Acesso em 08 de outubro de 2019.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **O ensino de história no brasil: contextualização e abordagem historiográfica**. História Unisinos 15(1):40-49, Janeiro/Abril 2011. p. 04. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/959/163>. Acesso em 04 de outubro de 2019.

MANOEL, Ivan A. **O ensino de história do brasil: do colégio pedro ii aos parâmetros curriculares nacionais**. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/46194/1/01d21t11.pdf> . Acesso em 03 de outubro de 2019.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/ASUS/Downloads/18875-77496-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ASUS/Downloads/18875-77496-1-PB%20(1).pdf). acesso em 20 de dezembro de 2019.

MOURA, Ranielle. **História das revistas brasileiras: informações e entretenimento**. 2011. ISSN 1580 – 1780. Disponível em: <file:///C:/Users/ASUS/Downloads/Historia%20das%20Revistas%20brasileiras%202013%20informacao%20e%20entretenimento.pdf>. acesso em 04 de outubro de 2019.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; SOMBRIO, Márcia Luiza Lonzetti Nunes; PRADO, Noêmia Schoffen. **Periódicos brasileiros especializados em biblioteconomia e ciência da informação: evolução**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 26-40, jan. 2000. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2000v5n10p26/5095>. Acesso em 18 outubro 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas educacionais no governo lula: rupturas e permanências**. RBP AE – v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/ASUS/Downloads/19491-70742-1-PB.pdf>. Acesso em 08 de novembro de 2019.

PÁGINA Inicial. Revista Eletrônica de História do Brasil – REHB. ISSN 1519-5759. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2004.

Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Disponível em: <http://files.zeadistancia.webnode.com/200000171-9cc7f9dc/MACEDO%20BNCC%20Novas%20formas%20de%20sociabilidade%20produzindo%20sentido%20na%20edu.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo estado da arte em educação.** Diálogo educacional, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/as-pesquisas-denomina-das-do-tipo-estado-da-arte-em-educac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em 13 janeiro de 2020.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** Coleção Educação Contemporânea. São Paulo: Editora Autores Associados, 1997.

SOUZA, Eliana Pereira Salles de. **Publicação de revistas científicas na internet.** Rev Bras Cir Cardiovasc, São José do Rio Preto, v. 21, n. 1, p. 24-28, Mar. 2006.

STUMPF, Ida Regina Chitto. **Passado e futuro das revistas científicas.** Ciência da informação – Vol. 25, número 3, 1996 – artigos. Disponível em: <file:///C:/Users/ASUS/Downloads/637-642-1-PB.pdf>. acesso em 05 de outubro 2019.

SPRATT, C.; WALKER, R.; ROBINSON, B. **Mixed research methods. Practitioner Research and Evaluation Skills Training in Open and Distance Learning.** Commonwealth of Learning, 2004. Disponível em: <http://www.col.org/SiteCollectionDocuments/A5.pdf>. Acesso em: 10 dezembro de 2019.

SOARES, Magda Becker. As pesquisas nas áreas específicas influenciando o curso de formação de professores. Cadernos ANPED, n. 5, set. 1993.

_____; MACIEL, Francisca Pereira. **Alfabetização no brasil: o estado do conhecimento.** Disponível em: <http://www.mec.inep.gov.br>, 2000. Acesso em 23 novembro 2019.

TEIXEIRA, Celso Elenaldo. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. acesso em 10 de novembro de 2019.

VALENÇA, Kleber Firpo Prado; OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. A importância da metodologia científica para o ensino e aprendizagem no ensino superior. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17807_10482.pdf. acesso em 20 de novembro de 2019.

ANEXOS

Exemplo de Quadro-síntese com as informações dos artigos

PERIÓDICO		REVISTA CADERNOS DE HISTÓRIA – 01		
PALAVRA-CHAVE		ENSINO DE HISTÓRIA		
DADOS DOS ARTIGOS				
AUTOR	TÍTULO\ANO	CONTEÚDO	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS
L. S	Ensino de História e a Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática/ Ano de publicação (2011)	Diversidade sociocultural nos currículos escolares – reflexões e discussões quanto a inserção da lei 10.639/03 (torna obrigatório o ensino de história da cultura Africana e Afro-brasileira	A abordagem de culturas tradicionalmente negadas e silenciadas nos currículos é compreendida como importante estratégia de combate às desigualdades historicamente perpetuadas em nossa sociedade.	Traçar um breve panorama de alguns dos principais temas, questões e polêmicas que envolvem a produção do conhecimento sobre África e sobre presença africana e afro-descendente no Brasil.
DADOS COMPLEMENTARES				
PROBLEMÁTICA	GOVERNO VIGENTE NO ANO DA PUBLICAÇÃO	RESULTADO	OBSERVAÇÕES	

<p>elucidar aspectos da interface entre a produção acadêmica – especialmente a produção do campo historiográfico sobre o continente africano e sobre a escravidão negra –, a Lei 10.639/03 e suas Diretrizes Curriculares correlatas e o ensino de história.</p>	<p>Dilma Rousseff</p>	<p>identificação de alguns dos problemas e contradições presentes, tanto no campo das concepções e aportes teóricos, quanto em relação às orientações pedagógicas em relação a lei 10.639/03</p>	
---	-----------------------	--	--



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

[Mensagem de veto](#)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

***Art. 26-A.** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)*

***Art. 79-A.** (VETADO)*

***Art. 79-B.** O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1^º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 26-A.** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1^º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2^º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)

Art. 2^º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187^º da Independência e 120^º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

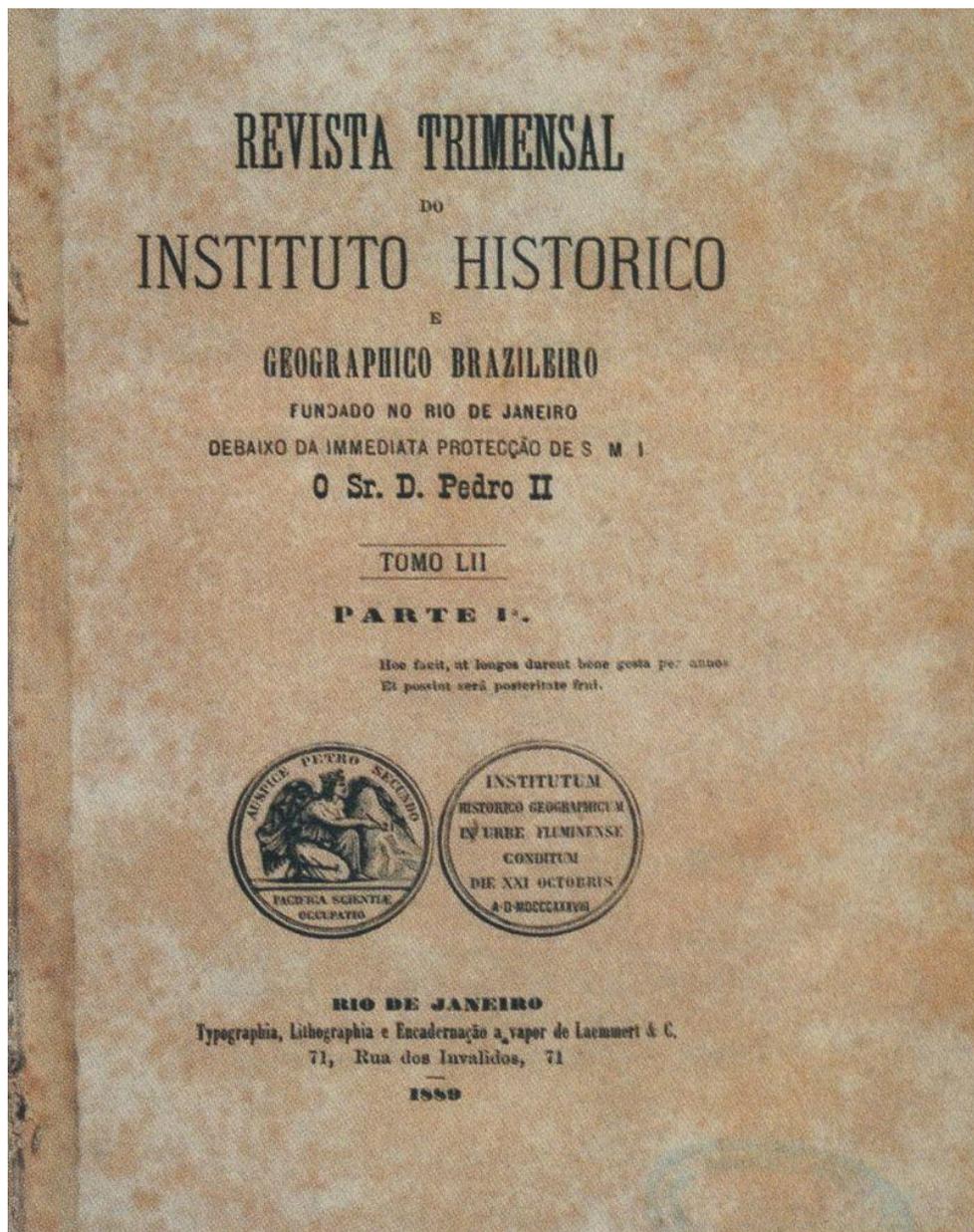
Capa de uma edição de 1889

Slogan

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos. Et possint sera posteritate frui.

(Tradução:

Isso eu faço, para que a longa duração das coisas é, após seu sucesso ao longo dos anos. E a posteridade lá na frente pode desfrutar.)



Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969

Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Parágrafo único. As bases filosóficas de que trata este artigo, deverão motivar:

- a) a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;
- b) a prática educativa da moral é do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extraclasse e orientação dos pais.

Art. 3º A Educação Moral e Cívica, com disciplina e prática, educativa, será ministrada com a apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização. § 1º Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de "Organização Social e Política Brasileira."

§ 2º No sistema de ensino superior, inclusive pós-graduado, a Educação Moral e Cívica será realizada, como complemento, sob a forma de Estudos de Problemas Brasileiros," sem prejuízo de outras atividade culturais visando ao mesmo objetivo.

Art. 4º Os currículos e programas básicos, para os diferentes cursos e áreas de ensino, com as respectivas metodologias, serão elaborados pelo Conselho Federal de Educação, com a colaboração do órgão de que trata o artigo 5º, e aprovados pelo Ministros da Educação e Cultura.

Art. 5º É criada, no Ministério da Educação e Cultura, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC).

§ 1º A CNMC será integrada por nove membros, nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre pessoas delicadas à causa da Educação Moral e Cívica.

§ 2º Aplica-se aos integrantes da CNMC o disposto nos §§ 2º, 3º, e 5º, do art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 6º Caberá, especialmente à CNMC:

- a) articular-se com as autoridades civis e militares, de todos os níveis de governo, para implantação e manutenção da doutrina de Educação Moral e Cívica, de acordo com os princípios estabelecidos no artigo 2º;
- b) colaborar com o Conselho Federal de Educação, na elaboração de currículos e programas de Educação Moral e Cívica;
- c) colaborar com as organizações sindicais de todos os graus, para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica;

- influenciar e convocar a cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, das Instituições e dos órgãos formadores da opinião pública e de difusão
- d) cultural, inclusive jornais, revistas editoras, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão; das entidades esportivas e de recreação, das entidades de casses e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade;
- assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista de moral e civismo, e colaborar com os demais órgãos do Ministério da
- e) Educação e Cultura, na execução das providências e iniciativas que se fizerem necessárias, dentro do espírito deste Decreto-lei.

Parágrafo único. As demais atribuições da CNMC, bem como os recursos e meios necessários, em pessoal e material, serão objeto da regulamentação deste Decreto-lei.

Art. 7º A formação de professores e orientadores da disciplina "Educação Moral e Cívica," far-se-á em nível universitário, e para o ensino primário, nos cursos normais.

§ 1º Competirá ao Conselho Federal e aos Conselhos Estaduais de Educação, adotar as medidas necessárias à formação de que trata este artigo.

§ 2º Aos Centros Regionais de Pós-Graduação incumbirá o preparo de professores dessa área, em cursos de mestrado.

§ 3º Enquanto não houver, em número bastante, professores e orientadores de Educação Moral e Cívica, a habilitação de candidatos será feita por meio de exame de suficiência, na forma da legislação em vigor.

§ 4º No ensino primário, a disciplina "Educação Moral e Cívica" será ministrada pelos professores, cumulativamente com as funções próprias.

§ 5º O aproveitamento de professores e orientadores na forma do § 3º, será feito sempre a título precário, devendo a respectiva remuneração subordinar-se, nos estabelecimentos oficiais de ensino, ao regime previsto no artigo 111 do Decreto-lei nº 700, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 6º Até que o estabelecimento de ensino disponha de professor ou orientador, regularmente formado ou habilitado em exame de suficiência, o seu diretor avocará o ensino da Educação Moral e Cívica, a qual, sob nenhum pretexto, poderá deixar de ser ministrada na forma prevista.

Art. 8º É criada a Cruz do Mérito da Educação Moral e Cívica a ser conferida pelo Ministro da Educação e Cultura, mediante proposta da CNMC, a personalidades que se salientarem, em esforços e em dedicação à causa da Educação Moral e Cívica.

Parágrafo único. A CNMC proporá ao Ministro da Educação e Cultura as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 9º A CNMC elaborará projeto de regulamentação do presente Decreto-lei, a ser encaminhada ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Educação e Cultura, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação deste Decreto-lei.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 15/09/1969

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/9/1969, Página 7769 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1969, Página 209 Vol. 5 (Publicação Original)